

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALDO REZENDE

SEGREGAÇÃO IMPOSTA NO CONTEXTO DA DINÂMICA
SÓCIO-ESPACIAL DA CIDADE DE VITÓRIA (ES):
O CASO DE MANGUE SECO - ANDORINHAS.

VITÓRIA
2012

ALDO REZENDE

**SEGREGAÇÃO IMPOSTA NO CONTEXTO DA DINÂMICA
SÓCIO-ESPACIAL DA CIDADE DE VITÓRIA (ES):
O CASO DE MANGUE SECO - ANDORINHAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Tosta dos Reis,

**VITÓRIA
2012**

ALDO REZENDE

**SEGREGAÇÃO IMPOSTA NO CONTEXTO DA DINÂMICA
SÓCIO-ESPACIAL DA CIDADE DE VITÓRIA (ES):
O CASO DE MANGUE SECO - ANDORINHAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

,

Aprovado em agosto de 2012,

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Luis Carlos Tosta dos Reis

Prof. Dr. Carlos Teixeira Campos Junior

Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Gomes



*Palafitas em Mangue Seco
(autor desconhecido)*

Aos que ainda persistem na possibilidade
de negação do “*ter humano*” e da afirmação do “*ser humano*” em sua capacidade plena de amar e cuidar bem uns dos outros.
À querida e inesquecível professora Ana Clara Torres Ribeiro: revolucionária no
pensar e no agir; clareza e sabedoria indispensáveis à luta pelo direito
à existência com dignidade.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R467s Rezende, Aldo, 1962-
Segregação imposta no contexto da dinâmica sócio-espacial
da cidade de Vitória (ES) : o caso de mangue seco - Andorinhas /
Aldo Rezende. – 2012.
156 f. : il.

Orientador: Luis Carlos Tosta dos Reis.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Cidades e vilas. 2. Espaço urbano. 3. Urbanização. 4.
Segregação urbana. I. Reis, Luís Carlos Tosta dos. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

Agradecimento especial ao Professor Luis Carlos Tosta dos Reis pela dedicação, solidariedade e comprometido propósito de construção do conhecimento para a transformação do homem e da sociedade.

Agradecimentos também a: Maria Helena e Carlos, Sandra e Túlio, Rogério e Ivanilda, Mauro e Maria, Sânia, Luana e Rafael, Nayara, Yasmim, Arthur, Lucas, Vitória, Marcelo, José Nilton (mirandinha) e Maria Zita, Júnior (21) e Érica, Július (Canabrava) e Rúbia, Kamila, meninas : Ana Clara , Júlia e Sofhia, Breno, Cumadre Tereza, Ademir(mala),meninos: Davi e Matheus, D^a. Amélia, Tia Lana, Douglas e Cristiane, menina Nayra, Sr. João e Dona Nair, Durval, Rafaela da Vaz Projetos, Tércio, Karl, Edmar, Valéria e Edmar Jr., Érica, Rocha, Janielle, Vera e Suley da Cristal, Fabrício do Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias (LCGGEO-UFES), Izadora (secretária do mestrado), Ednamara, Wanderson, Kellinton, Tayhana, André, Mairom, Monique, Maris e Jaime (colegas de turma do mestrado-2009), professores do PPGG-UFES, comunidade e lideranças de Mangue Seco-Andorinhas, servidores da Gerência do Projeto Terra Mais Igual-PMV, funcionários do IJNS e da Biblioteca Pública Estadual, companheiros do Movimento de Luta pela Moradia e do Movimento Jacarenema, Dr. Roberto Ailton e amigos da Fraternidade Irmã Clotildes....

e outros tantos com os quais tive a oportunidade de trocar energia e que de alguma forma, em minha existência, fizeram e ainda fazem a diferença.

“[...] toda cidade vai cantar e finalmente vai voltar, aos tempos atrás, aos tempos da paz, ao tempo da consideração, quando era menos ambição e o coração valia muito mais.”
(Nelson Cavaquinho)

“[...] e de repente o furor volta, o interior todo se revolta e faz nossa força se agigantar. Mas só se a vida fluir sem se opor. Mas só se o tempo seguir sem se impor. Mas só se for seja lá como for. O importante é que a nossa emoção sobreviva! “
(Paulo Cesar Pinheiro)

RESUMO

A partir de Mangue Seco-Andorinhas, a segregação sócio-espacial imposta é tema deste trabalho de pesquisa; imposição na perspectiva da leitura crítica no âmbito dos processos relacionados às seletivas e desiguais formas de apropriação, produção, modelagem e de uso do espaço urbano aqui referenciado como sistema de objetos e ações intercambiáveis, dialeticamente relacionados. Nestes termos, com ênfase em pontuais aspectos relacionados ao histórico processo de crescimento e urbanização da cidade de Vitória, buscaremos através de estudos e análises sobre a gênese do lugar denominado Mangue Seco-Andorinhas, destacar aspectos relacionados a historicidade das etapas de consolidação do lugar considerado na condição de assentamento subnormal e precário, para assim, a partir das intervenções urbano-habitacionais promovidas pelo poder público local, através do Projeto Terra(1998-2004), reconhecer os principais atributos do fenômeno da segregação na atualidade.

Palavras-chave: cidade; espaço urbano; urbanização; segregação sócio-espacial imposta.

ABSTRACT

From Mangue Seco-Swallows, the socio-spatial segregation imposed is the subject of this research, enforcement in the context of critical reading in proceedings related to the selective and unequal forms of ownership, production, modeling and use of urban space here referenced as a system of interchangeable objects and actions dialectically related. Accordingly, with emphasis on specific aspects related to the historical process of growth and urbanization of the city of Victoria, will seek through studies and analyzes of the genesis of a place called Mangue Seco-Swallows, highlight the historical aspects of the stages of consolidation of the place considered provided subnormal settlement and precarious, thereby, from the urban-housing interventions promoted by local authorities, through the Earth Project (1998-2004), recognize the key attributes of the phenomenon of segregation today.

Keywords: city, urban, urbanization, socio-spatial segregation imposed

LISTA DE FIGURAS

Sumário.....	25
1 INTRODUÇÃO	20
Mapa Nº. 1 - Localização de Mangue Seco-Andorinhas	22
Fonte: PMV/2011.....	22
2 A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA CIDADE	
CAPITALISTA: A BASE TEÓRICO – METODOLÓGICA.....	23
2.1 Segregação na organização interna da cidade: uma apreciação teórica..	24
2.2 A Segregação como processo espacial: uma abordagem geográfica do assunto.....	29
Figura 3) Esquema de Hoyt.....	32
Figura nº 04- Esquema da Organização Espacial da Cidade Latino-americana	35
Figura 05- Esquemas da Dinâmica Espacial da Segregação ..	37
2.3 Agentes Sociais Modeladores do Espaço Urbano: breve apreciação a partir do papel do Estado e dos Grupos Sociais Excluídos na produção da segregação.	43
3.1 Atributos da Gênese da Segregação em Vitória.....	49
Foto nº 01 - Pinguela da passagem (18--?)......	50
Foto nº. 02- Ilha do Príncipe e Ponte Seca ligando Vitória e Vila Vilha (19--?).	50
Foto de nº. 03 – Vista Panorâmica da Mancha Urbana de Vitória- 1920.....	51
Foto nº. 04 - Edificações Populares às Margens da Baía de Vitória-Vila Rubim (18--?)......	52
Foto nº. 05 - Campinho - Parque Moscoso no Centro de Vitória.....	54
3.2 Elementos da Produção da Auto-segregação e da Segregação Imposta em Vitória – a partir de meados do século XX.....	55
3.3 A Intensificação da Segregação Sócio-espacial na Cidade de Vitória.....	59
Mapa Nº 02 - Concentração dos Grandes Projetos Industriais no ES.....	60
Tabela 01 - Assentamentos informais e precários da Grande Vitória (1980)	64

Foto nº. 06 - Palafitas: Ocupação dos Manguezais na Porção Noroeste de Vitória.....	65
Tabela 2 - Pessoas Economicamente Ativas na Grande Vitória-1980-(por rendimento e sexo).....	66
Tabela 03 -População carente da Grande Vitória - 1980.....	67
3.4 Mangue Seco - Andorinhas como Expressão da Segregação em Vitória:	
Apresentação Preliminar.....	68
Mapa Nº. 03 - Vitória: Áreas Aterradas por Tipo de Aterro.....	69
Foto Nº. 07 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas.....	70
Mapa Nº. 04 - IQU Geral Médio, 1991-.....	72
Mapa nº.05- IQU Geral Médio, 2000 -.....	73
4 ANÁLISE DE MANGUE SECO-ANDORINHAS COMO EXPRESSÃO DA SEGREGAÇÃO EM VITÓRIA.....	75
4.1 Elementos da Produção de Mangue Seco-Andorinhas como Área Segregada em Vitória	76
Mapa Nº. 06 - Evolução Cronológica dos Aterros no Município de Vitória (1900 - 1996).....	77
Foto nº 08 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas na fase de ocupação, anos de 1960.	79
Foto nº 09 - Marisqueiro no Canal da Passagem s/d.....	82
Foto nº 10 - Cata de Mariscos no Manguezal do Canal da Passagem s/d	82
Foto nº.11 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas.....	86
Foto nº 12 - Demolição de palafitas em Mangue Seco-Andorinhas- década de 80.....	87
Foto nº.13- Palafitas: ocupação em Mangue Seco-Andorinhas /1980.....	88
Foto nº.14 - Aterro em Mangue Seco-Andorinhas/1982.....	91
Foto Nº. 15 - Via pública no Mangue Seco-Andorinhas/1985	92
Mapa nº. 07-Espacialização dos grupos sociais na cidade de Vitória - ES.....	99
Foto nº.16 - Palafitas na ocupação dos mangues em Vitória.....	101
4.2 O Projeto Terra e as Intervenções do Poder Público em Mangue Seco-Andorinhas: uma apreciação crítica.....	102

4.2.1 Projeto Terra: Caracterização Geral e Propostas para Mangue Seco - Andorinhas.....	104
Mapa 08 - Poligonais do Projeto Terra - Localização.....	108
Mapa nº 09 - Bairros integrantes da Poligonal11 - Projeto Terra -.....	110
Figura nº. 06 - Croquis indicativo das intervenções urbanas previstas na Poligonal 11.....	113
Quadro 02- Investimentos na Poligonal 11.....	114
4.2.2 Repercussões e Conflitos Derivados das Intervenções do Poder Público em Mangue Seco - Andorinhas.....	115
Figura Nº. 07 - Área pós- despejo / Mangue Seco-Andorinhas.....	117
Foto nº 17 - Orla do Canal da Passagem/Mangue-Seco-Andorinhas/2012.....	120
Foto nº.18 - Área degradada sob a Ponte “Estaiada”: junto à “Orla” de Mangue Seco-Andorinhas.....	121
4.2.3 Mangue Seco-Andorinhas hoje: das palafitas à “espetacularização” a permanência da condição e estigma de área segregada.....	125
Figura nº. 09 - Vista Panorâmica do Canal da Passagem: destaque para a ponte estaiada	129
e a projeção do Hotel Bristol Easy.	129
Foto nº.19 - Prédio de kitnetes para aluguel em Mangue Seco-Andorinhas.....	130
Foto nº 20 - Comércio na via principal de Mangue Seco- Andorinhas ...	131
Foto nº 21 - Estabelecimento comercial em Mangue Seco-Andorinhas...	131
Foto nº.22 - Mercado ambulante em Mangue Seco-Andorinhas.....	132
Foto nº.23 - Servidões (becos) típicos de Mangue Seco-Andorinhas....	133
Foto nº. 24 - Adensamento em Beco - Mangue Seco-Andorinhas.....	133
Foto nº 25 - Vista panorâmica da “Orla” do Canal da Passagem/Mangue-Seco-	134
Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.....	134
Foto 26 - Ponte Estaiada sobre o Canal da Passagem / Mangue Seco -	135
Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.....	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS.....	151

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Sumário.....	25
1 INTRODUÇÃO	20
Mapa Nº. 1 - Localização de Mangue Seco-Andorinhas	22
Fonte: PMV/2011.....	22
2 A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA CIDADE CAPITALISTA: A BASE TEÓRICO – METODOLÓGICA.....	23
2.1 Segregação na organização interna da cidade: uma apreciação teórica..	24
2.2 A Segregação como processo espacial: uma abordagem geográfica do assunto.....	29
Figura 3) Esquema de Hoyt.....	32
Figura nº 04- Esquema da Organização Espacial da Cidade Latino- americana	35
Figura 05- Esquemas da Dinâmica Espacial da Segregação ..	37

2.3 Agentes Sociais Modeladores do Espaço Urbano: breve apreciação a partir do papel do Estado e dos Grupos Sociais Excluídos na produção da segregação.	43
3.1 Atributos da Gênese da Segregação em Vitória.....	49
Foto nº 01 - Pinguela da passagem (18--?).....	50
Foto nº. 02- Ilha do Príncipe e Ponte Seca ligando Vitória e Vila Vilha (19--?) .	50
Foto de nº. 03 – Vista Panorâmica da Mancha Urbana de Vitória- 1920.....	51
Foto nº. 04 - Edificações Populares às Margens da Baía de Vitória-Vila Rubim (18--?).....	52
Foto nº. 05 - Campinho - Parque Moscoso no Centro de Vitória.....	54
3.2 Elementos da Produção da Auto-segregação e da Segregação Imposta em Vitória – a partir de meados do século XX.....	55
3.3 A Intensificação da Segregação Sócio-espacial na Cidade de Vitória.....	59
Mapa Nº 02 - Concentração dos Grandes Projetos Industriais no ES.....	60
Tabela 01 - Assentamentos informais e precários da Grande Vitória (1980)	64
Foto nº. 06 - Palafitas: Ocupação dos Manguezais na Porção Noroeste de Vitória.....	65
Tabela 2 - Pessoas Economicamente Ativas na Grande Vitória-1980-(por rendimento e sexo).....	66
Tabela 03 -População carente da Grande Vitória – 1980.....	67
3.4 Mangue Seco - Andorinhas como Expressão da Segregação em Vitória:	
Apresentação Preliminar.....	68
Mapa Nº. 03 - Vitória: Áreas Aterradas por Tipo de Aterro.....	69
Foto Nº. 07 – Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas.....	70
Mapa Nº. 04 - IQU Geral Médio, 1991-.....	72
Mapa nº.05- IQU Geral Médio, 2000 -.....	73
4 ANÁLISE DE MANGUE SECO-ANDORINHAS COMO EXPRESSÃO DA SEGREGAÇÃO EM VITÓRIA.....	75

4.1 Elementos da Produção de Mangue Seco-Andorinhas como Área Segregada em Vitória	76
Mapa Nº. 06 - Evolução Cronológica dos Aterros no Município de Vitória (1900 – 1996).....	77
Foto nº 08 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas na fase de ocupação, anos de 1960.	79
Foto nº 09 - Marisqueiro no Canal da Passagem s/d.....	82
Foto nº 10 - Cata de Mariscos no Manguezal do Canal da Passagem s/d	82
Foto nº.11 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas.....	86
Foto nº 12 - Demolição de palafitas em Mangue Seco-Andorinhas- década de 80.....	87
Foto nº.13- Palafitas: ocupação em Mangue Seco-Andorinhas /1980.....	88
Foto nº.14 - Aterro em Mangue Seco-Andorinhas/1982.....	91
Foto Nº. 15 - Via pública no Mangue Seco-Andorinhas/1985	92
Mapa nº. 07-Espacialização dos grupos sociais na cidade de Vitória - ES.....	99
Foto nº.16 - Palafitas na ocupação dos mangues em Vitória.....	101
4.2 O Projeto Terra e as Intervenções do Poder Público em Mangue Seco-Andorinhas: uma apreciação crítica.....	102
4.2.1 Projeto Terra: Caracterização Geral e Propostas para Mangue Seco - Andorinhas.....	104
Mapa 08 - Poligonais do Projeto Terra - Localização.....	108
Mapa nº 09 - Bairros integrantes da Poligonal11 - Projeto Terra -.....	110
Figura nº. 06 - Croquis indicativo das intervenções urbanas previstas na Poligonal 11.....	113
Quadro 02- Investimentos na Poligonal 11.....	114
4.2.2 Repercussões e Conflitos Derivados das Intervenções do Poder Público em Mangue Seco - Andorinhas.....	115
Figura Nº. 07 - Área pós- despejo / Mangue Seco-Andorinhas.....	117
Foto nº 17 - Orla do Canal da Passagem/Mangue-Seco-Andorinhas/2012.....	120
Foto nº.18 - Área degradada sob a Ponte “Estaiada”: junto à “Orla” de Mangue Seco-Andorinhas.....	121
4.2.3 Mangue Seco-Andorinhas hoje: das palafitas à “espetacularização” a permanência da condição e estigma de área segregada.....	125

Figura nº. 09 - Vista Panorâmica do Canal da Passagem: destaque para a ponte estaiada	129
e a projeção do Hotel Bristol Easy.	129
Foto nº.19 - Prédio de kitnetes para aluguel em Mangue Seco-Andorinhas.....	130
Foto nº 20 - Comércio na via principal de Mangue Seco- Andorinhas ...	131
Foto nº 21 - Estabelecimento comercial em Mangue Seco-Andorinhas...	131
Foto nº.22 - Mercado ambulante em Mangue Seco-Andorinhas.....	132
Foto nº.23 - Servidões (becos) típicos de Mangue Seco-Andorinhas....	133
Foto nº. 24 - Adensamento em Beco - Mangue Seco-Andorinhas.....	133
Foto nº 25 - Vista panorâmica da “Orla” do Canal da Passagem/Mangue-Seco-	134
Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.....	134
Foto 26 - Ponte Estaiada sobre o Canal da Passagem / Mangue Seco -	135
Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.....	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS.....	151
Sumário.....	25
1 INTRODUÇÃO	20
Mapa Nº. 1 - Localização de Mangue Seco-Andorinhas	22
Fonte: PMV/2011.....	22
2 A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA CIDADE CAPITALISTA: A BASE TEÓRICO - METODOLÓGICA.....	23
2.1 Segregação na organização interna da cidade: uma apreciação teórica..	24
2.2 A Segregação como processo espacial: uma abordagem geográfica do assunto.....	29
Figura 3) Esquema de Hoyt.....	32
Figura nº 04- Esquema da Organização Espacial da Cidade Latino-americana	35
Figura 05- Esquemas da Dinâmica Espacial da Segregação..	37

2.3 Agentes Sociais Modeladores do Espaço Urbano: breve apreciação a partir do papel do Estado e dos Grupos Sociais Excluídos na produção da segregação.	43
3.1 Atributos da Gênese da Segregação em Vitória.....	49
Foto nº 01 - Pinguela da passagem (18--?).....	50
Foto nº. 02- Ilha do Príncipe e Ponte Seca ligando Vitória e Vila Vilha (19--?) .	50
Foto de nº. 03 – Vista Panorâmica da Mancha Urbana de Vitória- 1920.....	51
Foto nº. 04 - Edificações Populares às Margens da Baía de Vitória-Vila Rubim (18--?).....	52
Foto nº. 05 - Campinho - Parque Moscoso no Centro de Vitória.....	54
3.2 Elementos da Produção da Auto-segregação e da Segregação Imposta em Vitória – a partir de meados do século XX.....	55
3.3 A Intensificação da Segregação Sócio-espacial na Cidade de Vitória.....	59
Mapa Nº 02 - Concentração dos Grandes Projetos Industriais no ES.....	60
Tabela 01 - Assentamentos informais e precários da Grande Vitória (1980)	64
Foto nº. 06 - Palafitas: Ocupação dos Manguezais na Porção Noroeste de Vitória.....	65
Tabela 2 - Pessoas Economicamente Ativas na Grande Vitória-1980-(por rendimento e sexo).....	66
Tabela 03 -População carente da Grande Vitória – 1980.....	67
3.4 Mangue Seco - Andorinhas como Expressão da Segregação em Vitória:	
Apresentação Preliminar.....	68
Mapa Nº. 03 - Vitória: Áreas Aterradas por Tipo de Aterro.....	69
Foto Nº. 07 – Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas.....	70
Mapa Nº. 04 - IQU Geral Médio, 1991-.....	72
Mapa nº.05- IQU Geral Médio, 2000 -.....	73
4 ANÁLISE DE MANGUE SECO-ANDORINHAS COMO EXPRESSÃO DA SEGREGAÇÃO EM VITÓRIA.....	75

4.1 Elementos da Produção de Mangue Seco-Andorinhas como Área Segregada em Vitória	76
Mapa Nº. 06 - Evolução Cronológica dos Aterros no Município de Vitória (1900 – 1996).....	77
Foto nº 08 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas na fase de ocupação, anos de 1960.	79
Foto nº 09 - Marisqueiro no Canal da Passagem s/d.....	82
Foto nº 10 - Cata de Mariscos no Manguezal do Canal da Passagem s/d	82
Foto nº.11 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas.....	86
Foto nº 12 - Demolição de palafitas em Mangue Seco-Andorinhas- década de 80.....	87
Foto nº.13- Palafitas: ocupação em Mangue Seco-Andorinhas /1980.....	88
Foto nº.14 - Aterro em Mangue Seco-Andorinhas/1982.....	91
Foto Nº. 15 - Via pública no Mangue Seco-Andorinhas/1985	92
Mapa nº. 07-Espacialização dos grupos sociais na cidade de Vitória - ES.....	99
Foto nº.16 - Palafitas na ocupação dos mangues em Vitória.....	101
4.2 O Projeto Terra e as Intervenções do Poder Público em Mangue Seco-Andorinhas: uma apreciação crítica.....	102
4.2.1 Projeto Terra: Caracterização Geral e Propostas para Mangue Seco - Andorinhas.....	104
Mapa 08 - Poligonais do Projeto Terra - Localização.....	108
Mapa nº 09 - Bairros integrantes da Poligonal11 - Projeto Terra -.....	110
Figura nº. 06 - Croquis indicativo das intervenções urbanas previstas na Poligonal 11.....	113
Quadro 02- Investimentos na Poligonal 11.....	114
4.2.2 Repercussões e Conflitos Derivados das Intervenções do Poder Público em Mangue Seco - Andorinhas.....	115
Figura Nº. 07 - Área pós- despejo / Mangue Seco-Andorinhas.....	117
Foto nº 17 - Orla do Canal da Passagem/Mangue-Seco-Andorinhas/2012.....	120
Foto nº.18 - Área degradada sob a Ponte “Estaiada”: junto à “Orla” de Mangue Seco-Andorinhas.....	121
4.2.3 Mangue Seco-Andorinhas hoje: das palafitas à “espetacularização” a permanência da condição e estigma de área segregada.....	125

Figura nº. 09 - Vista Panorâmica do Canal da Passagem: destaque para a ponte estaiada	129
e a projeção do Hotel Bristol Easy.	129
Foto nº.19 - Prédio de kitnetes para aluguel em Mangue Seco-Andorinhas.....	130
Foto nº 20 - Comércio na via principal de Mangue Seco- Andorinhas ...	131
Foto nº 21 - Estabelecimento comercial em Mangue Seco-Andorinhas...	131
Foto nº.22 - Mercado ambulante em Mangue Seco-Andorinhas.....	132
Foto nº.23 – Servidões (becos) típicos de Mangue Seco-Andorinhas....	133
Foto nº. 24 - Adensamento em Beco - Mangue Seco-Andorinhas.....	133
Foto nº 25 - Vista panorâmica da “Orla” do Canal da Passagem/Mangue-Seco-	134
Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.....	134
Foto 26 - Ponte Estaiada sobre o Canal da Passagem / Mangue Seco -	135
Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.....	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS.....	151

LISTA DE MAPAS

<u>Mapa 01 - Localização de Mangue Seco-Andorinhas..Erro: Origem da referência não encontrada</u>
<u>Mapa 02 - Concentração dos Grandes Projetos Industriais no ES..Erro: Origem da referência não encontrada</u>
<u>Mapa 03 - Vitória: Áreas Aterradas por Tipo de Aterro Erro: Origem da referência não encontrada</u>
<u>Mapa 04 - IQU Geral Médio, 1991-..Erro: Origem da referência não encontrada</u>
<u>Mapa 05- IQU Geral Médio, 2000 -. Erro: Origem da referência não encontrada</u>
<u>Mapa 06 - Evolução Cronológica dos Aterros no Município de Vitória (1900 – 1996)</u>
<u>Erro: Origem da referência não encontrada</u>
<u>Mapa 07- Espacialização dos grupos sociais na cidade de Vitória - ES</u>
<u>Erro: Origem da referência não encontrada</u>

Mapa 08 - Poligonais do Projeto Terra - Localização...Erro: Origem da referência não encontrada

Mapa 09 - Bairros integrantes da Poligonal11 - Projeto Terra -.....Erro: Origem da referência não encontrada

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Assentamentos informais e precários da Grande Vitória (1980).....Erro: Origem da referência não encontrada

Tabela 2 - Pessoas Economicamente Ativas na Grande Vitória-1980-(por rendimento e sexo).....Erro: Origem da referência não encontrada

Tabela 03 -População carente da Grande Vitória – 1980.....Erro: Origem da referência não encontrada

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Participação de Alguns municípios da Grande Vitória na evolução populacional do Espírito Santo: 1940-

2010.....[Erro: Origem da referência não encontrada](#)

Quadro 02- Investimentos na Poligonal

11.....[Erro: Origem da referência não encontrada](#)

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01: Tabelas do IQU	151
Anexo 02: Projeto Terra: composição das poligonais por bairro	153

LISTA DE SIGLAS

ACAPEMA - Associação Capixaba de Meio Ambiente.

AIA – Área de Interesse Ambiental.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CAJUN- Projeto Caminhando Juntos.

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão.

CIVIT – Centro Industrial de Vitória.

COFAVI- Companhia de Ferro e Aço de Vitória.

COPOM- Comando da Policia Militar do Espírito Santo.

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce.

GAB/ADM - Coordenadoria de Administração Estratégica.

GAB/PLAN - Coordenadoria de Planejamento.

HBB – Programa Habitar Brasil.

HBB/BID -Programa Habitar Brasil- Banco Interamericano de Desenvolvimento.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPES - Instituto de Pesquisa do Espírito Santo.

IQU - Índice de Qualidade Urbana.

MNLP/ES - Movimento Nacional de Luta pelo Direito a Moradia- Espírito Santo.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado.

PDU – Plano Diretor Urbano.

PEE- Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória.

PRE- Programa de Reaparelhamento Estrutural.

PMV- Prefeitura Municipal de Vitória.

PMV/RA/2008 – Prefeitura Municipal de Vitória- Relatório de Avaliação das Ações Pós-Intervenções do Projeto Terra.

PNDs - Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II.

PNDU - Programa das Nações Unidas.

RA/PMV/2008- Relatório de avaliação, Prefeitura de Vitoria, 2008.

SEMFA- Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória.

SEMAN/PMV- Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória.

SEPLAN/PMV- Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Vitória.

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo.

ZIPP- Zonas de Intervenção Públicas Prioritárias.

Sumário

Sumário.....	25
1 INTRODUÇÃO	20

Mapa Nº. 1 - Localização de Mangue Seco-Andorinhas	22
Fonte: PMV/2011.....	22
2 A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA CIDADE	
CAPITALISTA: A BASE TEÓRICO - METODOLÓGICA.....	23
2.1 Segregação na organização interna da cidade: uma apreciação teórica..	24
2.2 A Segregação como processo espacial: uma abordagem geográfica do assunto.....	29
Figura 3) Esquema de Hoyt.....	32
Figura nº 04- Esquema da Organização Espacial da Cidade Latino-americana	35
Figura 05- Esquemas da Dinâmica Espacial da Segregação..	37
2.3 Agentes Sociais Modeladores do Espaço Urbano: breve apreciação a partir do papel do Estado e dos Grupos Sociais Excluídos na produção da segregação.	43
3.1 Atributos da Gênese da Segregação em Vitória.....	49
Foto nº 01 - Pinguela da passagem (18--?)......	50
Foto nº. 02- Ilha do Príncipe e Ponte Seca ligando Vitória e Vila Vilha (19--?).	50
Foto de nº. 03 - Vista Panorâmica da Mancha Urbana de Vitória- 1920.....	51
Foto nº. 04 - Edificações Populares às Margens da Baía de Vitória-Vila Rubim (18--?).....	52
Foto nº. 05 - Campinho - Parque Moscoso no Centro de Vitória.....	54
3.2 Elementos da Produção da Auto-segregação e da Segregação Imposta em Vitória - a partir de meados do século XX.....	55
3.3 A Intensificação da Segregação Sócio-espacial na Cidade de Vitória.....	59
Mapa Nº 02 - Concentração dos Grandes Projetos Industriais no ES.....	60
Tabela 01 - Assentamentos informais e precários da Grande Vitória (1980)	64
Foto nº. 06 - Palafitas: Ocupação dos Manguezais na Porção Noroeste de Vitória.....	65

Tabela 2 - Pessoas Economicamente Ativas na Grande Vitória-1980-(por rendimento e sexo).....	66
Tabela 03 -População carente da Grande Vitória - 1980.....	67
3.4 Mangue Seco - Andorinhas como Expressão da Segregação em Vitória:	
Apresentação Preliminar.....	68
Mapa Nº. 03 - Vitória: Áreas Aterradas por Tipo de Aterro.....	69
Foto Nº. 07 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas.....	70
Mapa Nº. 04 - IQU Geral Médio, 1991-.....	72
Mapa nº.05- IQU Geral Médio, 2000 -.....	73
4 ANÁLISE DE MANGUE SECO-ANDORINHAS COMO EXPRESSÃO DA SEGREGAÇÃO EM VITÓRIA.....	75
4.1 Elementos da Produção de Mangue Seco-Andorinhas como Área Segregada em Vitória	76
Mapa Nº. 06 - Evolução Cronológica dos Aterros no Município de Vitória (1900 - 1996).....	77
Foto nº 08 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas na fase de ocupação, anos de 1960.	79
Foto nº 09 - Marisqueiro no Canal da Passagem s/d.....	82
Foto nº 10 - Cata de Mariscos no Manguezal do Canal da Passagem s/d	82
Foto nº.11 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas.....	86
Foto nº 12 - Demolição de palafitas em Mangue Seco-Andorinhas- década de 80.....	87
Foto nº.13- Palafitas: ocupação em Mangue Seco-Andorinhas /1980.....	88
Foto nº.14 - Aterro em Mangue Seco-Andorinhas/1982.....	91
Foto Nº. 15 - Via pública no Mangue Seco-Andorinhas/1985	92
Mapa nº. 07-Espacialização dos grupos sociais na cidade de Vitória - ES.....	99
Foto nº.16 - Palafitas na ocupação dos mangues em Vitória.....	101
4.2 O Projeto Terra e as Intervenções do Poder Público em Mangue Seco-Andorinhas: uma apreciação crítica.....	102
4.2.1 Projeto Terra: Caracterização Geral e Propostas para Mangue Seco - Andorinhas.....	104
Mapa 08 - Poligonais do Projeto Terra - Localização.....	108

Mapa nº 09 - Bairros integrantes da Poligonal11 - Projeto Terra -.....	110
Figura nº. 06 - Croquis indicativo das intervenções urbanas previstas na Poligonal 11.....	113
Quadro 02- Investimentos na Poligonal 11.....	114
4.2.2 Repercussões e Conflitos Derivados das Intervenções do Poder Público em Mangue Seco - Andorinhas.....	115
Figura Nº. 07 - Área pós- despejo / Mangue Seco-Andorinhas.....	117
Foto nº 17 - Orla do Canal da Passagem/Mangue-Seco-Andorinhas/2012.....	120
Foto nº.18 - Área degradada sob a Ponte “Estaiada”: junto à “Orla” de Mangue Seco-Andorinhas.....	121
4.2.3 Mangue Seco-Andorinhas hoje: das palafitas à “espetacularização” a permanência da condição e estigma de área segregada.....	125
Figura nº. 09 - Vista Panorâmica do Canal da Passagem: destaque para a ponte estaiada	129
e a projeção do Hotel Bristol Easy.	129
Foto nº.19 - Prédio de kitnetes para aluguel em Mangue Seco-Andorinhas.....	130
Foto nº 20 - Comércio na via principal de Mangue Seco- Andorinhas ...	131
Foto nº 21 - Estabelecimento comercial em Mangue Seco-Andorinhas...	131
Foto nº.22 - Mercado ambulante em Mangue Seco-Andorinhas.....	132
Foto nº.23 – Servidões (becos) típicos de Mangue Seco-Andorinhas....	133
Foto nº. 24 - Adensamento em Beco - Mangue Seco-Andorinhas.....	133
Foto nº 25 - Vista panorâmica da “Orla” do Canal da Passagem/Mangue-Seco-	134
Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.....	134
Foto 26 - Ponte Estaiada sobre o Canal da Passagem / Mangue Seco -	135
Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.....	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS.....	151

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática da segregação no espaço intra-urbano através de um estudo de caso sobre Mangue Seco - Andorinhas¹, (Mapa 01), originado a partir de ocupações de manguezais na porção noroeste da ilha de Vitória (ES), enquanto alternativa de moradia para os pobres nesta cidade.

Tema amplo e sistematicamente desenvolvido pela pesquisa urbana através de diversos campos das ciências sociais, a segregação é apreendida, na presente pesquisa, fundamentalmente, como processo espacial que exprime as diferenças entre as classes sociais na organização interna da cidade, através da emergência de áreas dotadas de “forte homogeneidade social interna e forte disparidade entre elas” (CASTELLS, 1983).

O objetivo principal da pesquisa é fornecer uma contribuição ao estudo sobre a segregação espacial na cidade de Vitória, através de um estudo de caso de Mangue Seco – Andorinhas. A perspectiva através da qual o estudo de caso pretende atingir esse objetivo elege, como fio condutor da problemática da pesquisa, a análise do papel dos principais agentes sociais da produção do espaço urbano (CORRÊA, 1995) diretamente envolvidos na estruturação da referida área como expressão da segregação na capital capixaba, quais sejam: por um lado, os *grupos sociais excluídos*, “tipo ideal” teórico encarnado pelos moradores de Mangue Seco – Andorinhas e; por outro lado, o *Estado*, através das disposições assumidas pelo poder público em relação à área.

De fato, como será observado no desenvolvimento do trabalho, a ação dos agentes sociais do espaço urbano, notadamente do Estado e dos *grupos sociais excluídos*, constituem uma dimensão inerente à produção da segregação na organização interna da cidade. Por conseguinte, o papel desses agentes se apresenta como um componente regularmente tratado no plano da depuração teórico-conceitual sobre a segregação. A proposta de desenvolver o estudo de caso sobre Mangue Seco - Andorinhas através do qual o plano analítico incida, de modo precípuo, sobre o

¹ A denominação Mangue Seco-Andorinhas refere-se a um recorte espacial fundado na percepção e apreensão dos próprios moradores em relação à história de produção e modelagem do lugar estando, portanto relacionado à continuidade do processo de ocupação da maré após o ato oficial de criação do Bairro Andorinhas, ocorrido na década de 1970.

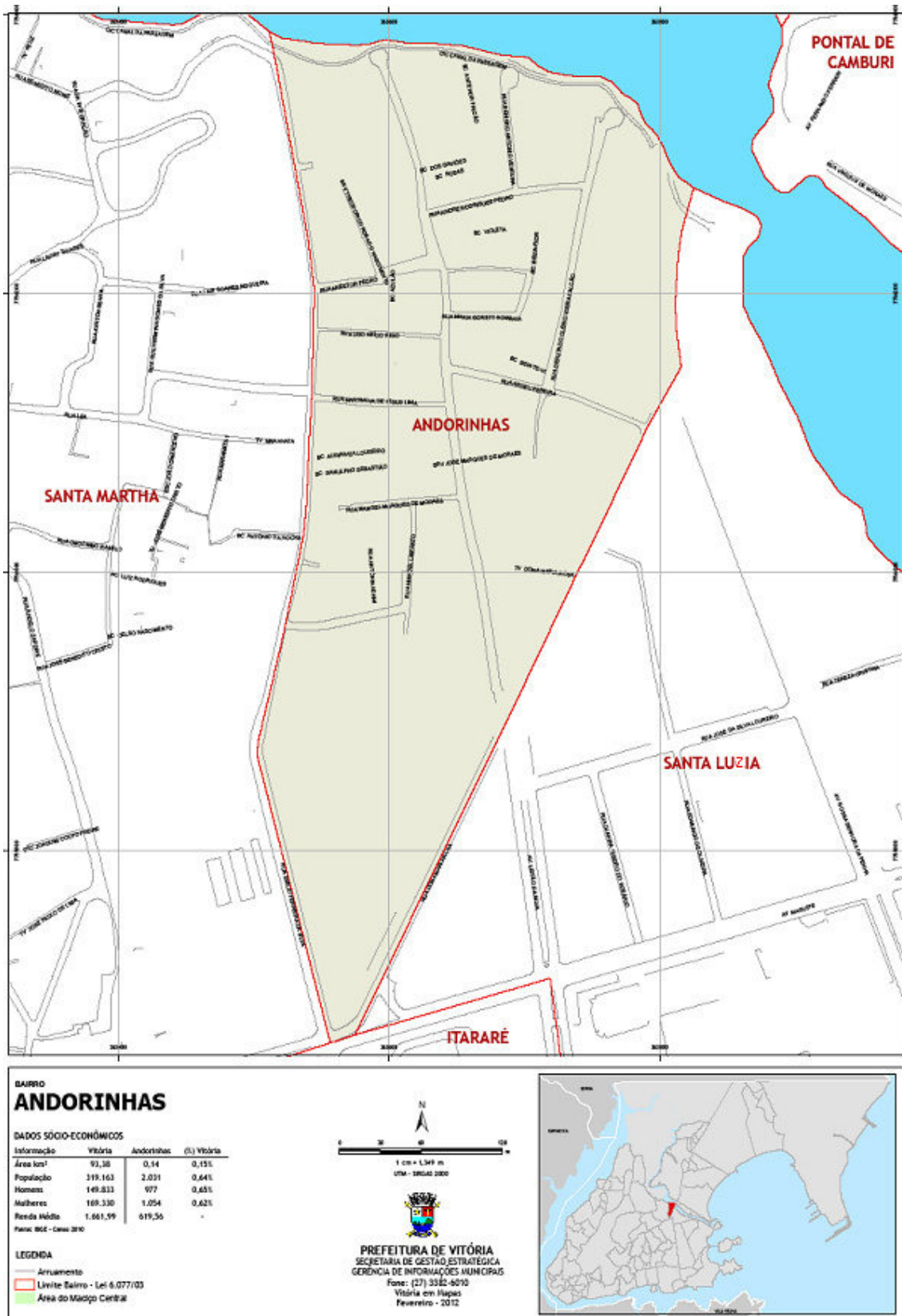
papel dos grupos sociais excluídos e do Estado reflete, assim, um aspecto que se poderia considerar constitutivo da própria reflexão teórica sobre o assunto.

Assim, a problemática do presente estudo visa, através da perspectiva da análise proposta, contemplar as transformações que Mangue Seco-Andorinhas conheceu, desde sua gênese, enquanto área fortemente submetida ao processo de segregação imposta no contexto da cidade de Vitória.

Para tanto a dissertação foi dividida em 4 capítulos principais, dentre os quais o capítulo seguinte é reservado à apresentação da problemática da pesquisa proposta no plano mais estritamente teórico da pesquisa. O cerne deste capítulo diz respeito à apresentação dos atributos básicos dos conceitos de *segregação espacial* e dos *agentes sociais* da produção do espaço urbano, privilegiando, notadamente, a qualificação conceitual dos agentes sociais que irão orientar a análise proposta, tal como indicado acima.

O capítulo 3 dedica-se à qualificação do tema através de uma aproximação em relação a cidade de Vitória, na medida em que entende-se que o estudo de caso sobre Mangue Seco – Andorinhas não pode se limitar estritamente a esta área na condição de objeto empírico da pesquisa, sendo necessário considerar o contexto histórico particular do processo de urbanização da cidade de Vitória.

O quarto capítulo é reservado ao plano analítico do estudo de caso sobre Mangue Seco – Andorinhas como expressão da segregação em Vitória, focalizando, para tanto, conforme indicado, a ação dos agentes sociais protagonistas na estruturação da área.



Mapa Nº. 1 - Localização de Mangue Seco-Andorinhas

Fonte: PMV/2011

2 A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA CIDADE CAPITALISTA: A BASE TEÓRICO – METODOLÓGICA.

A segregação no espaço intraurbano encerra um tema tradicional e sistematicamente trabalhado na pesquisa urbana em diversos campos das ciências humanas e sociais, tendo conhecido abordagens tributárias de distintas matrizes de fundamentação teórico-metodológicas que permitiram, assim, desenvolver diferentes ângulos de problematização sobre o assunto, revelando distintos aspectos da complexidade que lhe é inerente.

A segregação integra, também, um lugar de destaque no temário da pesquisa urbana em geografia, tendo ganhado um impulso significativo, sobretudo, a partir movimento de renovação crítica que a disciplina conheceu desde meados do século XX, notadamente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando a influência prevalente da filiação ao materialismo histórico e dialético redimensionou a relevância de temáticas que trazem à tona às contradições inerentes à produção capitalista do espaço urbano.

A amplitude com a qual o tema é trabalhado na pesquisa urbana é considerável. Envolve desde as contribuições “fundadoras” da assimilação primeva do assunto, legitimamente alçadas à condição de clássicos; aos quais se juntaram, ao longo do tempo, obras seminais, em igual medida consideradas “clássicos”, porquanto redimensionaram o assunto abrindo-lhes novas perspectivas desenvolvidas a partir de filiações teórico-metodológicas alternativas. Considere-se ainda, a miríade infindável de estudos de casos realizados atualmente sobre o tema e que pertencem aos mais diversos contextos, para ratificar a extensão do alcance do interesse que o tema suscita. O exame em qualquer *site* de busca na *internet* através da palavra “segregação” atesta o caráter “oceânico” do número de publicações exclusivamente dedicado ao tema. A revisão bibliográfica que se segue, procurou, diante desta magnitude, eleger algumas poucas obras de síntese teórica que tratam o tema a partir de uma apreciação panorâmica e que, além disso, fossem dotadas de uma posição crítica, que, assim, possibilitasse trazer à tona os atributos do conceito de segregação convergentes com a perspectiva que se propõe desenvolver no estudo de caso específico de Mangue Seco - Andorinhas.

Nesses termos o presente capítulo é reservado à exposição sobre o assunto no plano estritamente teórico e conceitual. Para tanto, ele foi dividido em duas partes básicas que, de modo complementar, buscam corresponder à perspectiva desde a qual se propôs problematizar o tema na presente. É assim que, o item seguinte dedica-se a apresentação do conceito de segregação, considerando, de modo sintético desde a proveniência do conceito aos atributos básicos associados ao viés com o qual o conceito é assimilado na presente pesquisa. O segundo item é reservado à apresentação dos agentes sociais de produção do urbano, destacando, mais especificamente, os atributos que qualificam, nesse sentido, os “*grupos sociais excluídos*” e o “*Estado*”, porquanto incidem na perspectiva da análise proposta para o caso específico de Mangue Seco – Andorinhas.

2.1 Segregação na organização interna da cidade: uma apreciação teórica.

Os estudos sobre o fenômeno da segregação residencial tiveram sua origem na Escola de Chicago², inicialmente através de Park e Mackenzie, sendo na ocasião entendido como um fenômeno natural da urbanização e definido como “[...] uma concentração de tipos de população dentro de um território”; resultado da preferência pessoal dos cidadãos que naturalmente escolhiam seus lugares de moradia e convívio nas cidades (VIEIRA, MELLAZZO, 2002).

² A Escola Sociológica de Chicago, ou **Escola de Chicago**, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small. O surgimento da Escola de Chicago está diretamente ligado ao processo de expansão urbana e crescimento demográfico da cidade de Chicago no início do século 20, resultado do acelerado desenvolvimento industrial das metrópoles do Meio-Oeste norte-americano. Como decorrência desse processo, Chicago presenciou o aparecimento de fenômenos sociais urbanos que foram concebidos como problemas sociais: o crescimento da criminalidade, da delinquência juvenil, o aparecimento de gangues de marginais, os bolsões de pobreza e desemprego, a imigração e, com ela, a formação de várias comunidades segregadas (os guetos). Todos esses problemas sociais (na época se utilizava o termo “patologia social”) se converteram nos principais objetos de pesquisa para os sociólogos da Escola de Chicago. O mais importante a destacar é que os estudos dos problemas sociais estimularam a elaboração de novas teorias e conceitos sociológicos, além de novos procedimentos metodológicos (JOHNSON, 1997).

De acordo com Gottdiener (1993, p.35-38), no âmbito dos problemas teórico relacionados ao uso da analogia biológica para explicar a organização do espaço, a ecologia urbana³ apresenta-se em duas fases caracterizadas tanto pela ênfase aos fatores behavioristas ou sociogênicos na explicação dos padrões espaciais, como também na visão sistêmica de ajustes da sociedade ao meio ambiente como “[...] consequência de forças sociais básicas” a exemplo da competição econômica, reiterando a importância da correlação entre padrões ecológicos e processos sociais.

A partir das teorias relacionadas aos processos de organização do espaço fundamentados sob os postulados da “ecologia urbana”, por sua vez circunscritos a analogia biológica e culturalista dos estudos sobre os fenômenos sociais urbanos, desenvolveram-se outras perspectivas de abordagens teóricas e analíticas sobre a morfologia urbana e o fenômeno da segregação urbano enquanto processo sócio-espacial.

É assim que, por exemplo, a partir dos teóricos da chamada “ecologia urbana”, a segregação esteve relacionada ao conceito de “áreas naturais”, resultante da “[...] competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais; que, por sua vez, serviu de premissa para, ulteriormente, a elaboração do conceito de “áreas sociais”, relacionado à distribuição espacial uniforme da população a partir do status econômico, grau de instrução, etnia, além de outros atributos (CORRÊA, 1995:59-60).

Dentre as diversas teorias que abordam o tema da segregação relacionado-o ao uso do solo intraurbano, destacam-se, pela amplitude da sistematização que oferecem, os estudos classificatórios de Bailly (1973), Basset & Short (1980) e Clark (1985). Trata-se de contribuições que merecem ser destacadas porquanto possibilitam

³ [...] Na sociologia urbana de Park, portanto, a dimensão cultural se amalgamava a uma base biótica. Na prática, a ecologia urbana passou a depender cada vez mais dos aspectos sociobiogênicos da interação humana enquanto modo de explicação de teoria. Assim, a ecologia urbana colocou os fatores econômicos na base da organização espacial (GOTTDIENER, 1983, p.38). [...] As limitações da ecologia urbana contemporânea já são evidentes. Ela possui uma visão biologicamente reducionista das relações humanas que ignora as influências de classe, status e poder político. Assim, ela desdenha a saudável apreciação que os primeiros ecologistas demonstraram pela luta competitiva-como se refletia no espaço através das gangues, crimes, etc.- em favor de uma visão cooperativa de toda a interação humana. Em segundo lugar, é esquematicamente conservadora por causa de seu enfoque da adaptação e integração funcional. Por fim, é tecnologicamente determinista na medida em que depende das inovações do transporte e das comunicações para explicar o crescimento e mudança urbanos (GOTTDIENER, 1993, p.49).

qualificar a noção de segregação no âmbito da estruturação do espaço urbano, contemplando desde os fundamentos da ecologia urbana à perspectiva crítica de reflexão sobre a organização do espaço urbano da cidade capitalista.

À luz do paradigma funcionalista, presente na abordagem ecológica, de acordo com Bailly (1973), são três as linhas básicas relacionadas a teorias de organização do espaço intra-urbano e que reconhecem como naturais e necessários os processos de hierarquização, fragmentação e da segregação a partir de padrões específicos e dinâmicas sócio-espaciais correspondentes; sendo eles:

- i. os modelos teóricos morfológicos ou descritivos relacionados com abordagens sobre a estrutura e regularidade do fenômeno urbano, principalmente a partir dos trabalhos de Burgess e Hoyt;
- ii. os modelos teóricos explicativos alicerçados em modelos matemáticos e analíticos, probalísticos e de simulação relacionados aos estudos da organização urbana, a partir dos trabalhos de Park e Hurd;
- iii. e finalmente os modelos teóricos normativos que através da categoria sociedade buscam analisar a organização do espaço urbano a exemplo dos trabalhos de Howard.

Com base nos estudos desenvolvidos por Basset e Short (1980), outra classificação se desdobra analiticamente com maior abrangência a partir das seguintes abordagens:

- i. teoria ecológica: relacionada a estudos sobre a disputa pelo espaço na perspectiva da ecologia humana da Escola de Chicago, quando a partir dos processos relacionados ao mundo vegetal, Park (1916) e Mackenzie(1971), buscaram explicar a partir das “áreas naturais” a organização da cidade considerando a segregação como resultado do processo natural de competição pessoal;
- ii. abordagem teórica no âmbito da teoria da economia neoclássica com estudos desenvolvidos por Thunen (1826), sobre o uso e renda do solo;
- iii. teoria social sobre o processo de urbanização em que Shevky e Bell (1955) *apud* Gil (s/d) , desenvolveram o conceito de “áreas sociais” com base na

tendência de uniformidade da população, a partir do status econômico, urbanização e etnia;

- iv. teoria ecologia fatorial: relacionada a estudos de Berry (1971) sobre a os padrões espaciais e sociais da cidade;
- v. teoria dos arranjos de poder e conflitos sociais em estudos de Pahl (1975) e Cox(1976), *apud* Gil(s/d) fundamentados na sociologia de matriz weberiana .

Em contraponto às teorias da “ecologia urbana”, a influência do pensamento marxista na análise e apreensão dos processos e fenômenos sociais urbanos, possibilitou avanços na perspectiva de apreensão sobre a temática da segregação porquanto diretamente relacionada aos processos desiguais e contraditórios da urbanização capitalista.

Sendo o espaço urbano considerado como produto social e partindo de abordagens ancoradas no pensamento teórico crítico sobre o fenômeno da segregação, em particular, os estudos tornados clássicos de Castells (1983) e Lefebvre (1983, 1972), embora apresentem diferentes análises do fenômeno, são consensuais quanto ao reconhecimento de que o significado essencial do fenômeno da segregação se dá sob a lógica da produção social do espaço urbano. A distância física-espacial, as diferentes formas de acesso e apropriação dos meios de consumo coletivo⁴ assim como, o distanciamento social, expressam através da materialidade das formas o sentido da segregação urbana na cidade capitalista (CASTELLS, 1983, p.210). Conforme apontado por este autor, a segregação urbana reflete a hierarquia das estruturas da sociedade capitalista em correspondência com os níveis de organização econômico, político e ideológico. Por sua vez, Lefebvre (1983, 1972), refere-se ao fenômeno da segregação urbana tendo como ponto de partida a formação do espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierarquizado) que dialeticamente sobrepõem-se ao espaço social. Para o referido autor, a segregação é compreendida a partir da “[...] gênese do sistema urbano como etapa de uma

⁴[...] Os processos de consumo coletivo se referem ao suporte dado pelo Estado a certos bens públicos que Castells considera essenciais para a reprodução da força de trabalho- que está envolvido com a “organização dos meios de consumo coletivo que constituem a base da vida cotidiana de todos os grupos sociais: habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte etc (GOTTDIENER, 1993, p.123).

gênese mais ampla que é o valor de troca generalizado do mundo da mercadoria e do dinheiro, numa palavra, do capital (LEFEBVRE, 1972, p.108).

No campo estrito da geografia urbana, diversas são as teorias referentes a estruturação e organização intra-urbana e que reportam ao fenômeno sócio-espacial da segregação a partir de matrizes de filiação filosófica distintas. De acordo com BAILLY (1973) a partir das abordagens clássicas sobre os modelos teóricos explicativos e descritivos relacionados ao uso e ocupação do solo urbano, geógrafos da corrente neopositivista, intitulada “nova geografia”, desenvolveram análises teóricas fundamentadas na perspectiva estrutural-funcionalista de apreensão sobre a organização e funcionamento da cidade; tendo sido considerados os processos de hierarquização, fragmentação e segregação urbana. Dentre as teorias cuja gênese remete a matriz neopositivista de caráter funcionalista citam-se as teorias das zonas concêntricas, dos setores, dos centros múltiplos, assim como da teoria das densidades urbanas. É principalmente através das variáveis: localização (tendo o centro da cidade como referência), eixos rodoviários e de transportes, mobilidade e densidade populacional que as referidas teorias buscaram descrever e explicar a “dinâmica natural” dos processos de hierarquização, fragmentação e segregação do espaço urbano (CORRÊA, 2005).

Com vistas à superação da análise funcionalista da cidade e do teor estritamente descritivo sobre as abordagens relacionadas a organização interna da cidade que contemplam o fenômeno da segregação, David Harvey (1980), desde a filiação à perspectiva crítica marxista, realizou estudos sobre o uso do solo urbano com base na teoria do valor enquanto categoria social para, assim, explicar a formação e organização da cidade. Nestes termos, as formas de apropriação, uso e ocupação da terra urbana na condição de mercadoria, passaram então a ser definidas de acordo com a lógica que rege os interesses dos agentes produtores e consumidores do espaço urbano. É sob essa perspectiva crítica que CORRÊA (1995), desenvolve uma problematização conceitual sobre segregação que identifica-se como particularmente cara à perspectiva com a qual se propõe desenvolver, através de um enfoque geográfico, o estudo de caso sobre Mangue Seco – Andorinhas. Trata-se de pensar a segregação enquanto *processo espacial* inerente à organização interna da moderna cidade capitalista.

2.2 A Segregação como processo espacial: uma abordagem geográfica do assunto.

A elaboração teórico-conceitual da segregação enquanto *processo espacial* é tributária de um viés que entende a pesquisa geográfica sob o ângulo da crítica e da transformação social, na medida em que envolve, em seu cerne, à problematização da lógica da reprodução do capital, destacando, dentre outros elementos, o papel dos agentes sociais modeladores do espaço urbano (CORRÊA, 1995; VASCONCELOS, 2011)⁵. Antes de expor os atributos básicos do conceito de segregação *enquanto processo espacial* considera-se relevante apresentar, previamente, a própria noção de processo espacial.

De acordo com CORRÊA (1995), os processos espaciais constituem, no âmbito da moderna cidade capitalista, elementos mediatizadores que viabilizam que os processos sociais inerentes ao capitalismo (fundamentalmente a acumulação de capital e a reprodução social) originem as formas espaciais, fundamentais à abordagem geográfica⁶. Enquanto tal, os processos espaciais constituem,

“[...] um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, **postas em ação pelos agentes modeladores**, e que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade. São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. [...] os processos espaciais são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade. Nesse sentido os processos espaciais são de natureza social, cunhados na própria sociedade” (CORRÊA, 1989; p. 36; grifo nosso).

O papel dos agentes sociais do urbano, destacado na passagem acima, configurando um elemento constitutivo dos processos espaciais, encerra, outrossim, tal como indicado na introdução da dissertação, um componente central para a análise que se propõe desenvolver sobre o caso específico de Mangue Seco – Andorinhas, porquanto notadamente as ações dos *grupos sociais excluídos* e do

⁵ Milton Santos atribui, dentre os teóricos da renovação crítica da geografia brasileira, o pioneirismo de Roberto Lobato Corrêa na elaboração da noção de *processo espacial*. Confira, a esse respeito, o prefácio do livro *Trajetórias Geográficas* (CORRÊA, 1997). De fato, o referido autor contribui de forma sistemática da elaboração da referida noção que, por sua vez, mereceu a dedicação de reflexões teóricas ulteriores, como, por exemplo, a contribuição recente levada à cabo por VASCONCELOS (2011), que retomou a reflexão teórica sobre o tema, fazendo avançar o debate na pesquisa em geografia urbana.

⁶ O autor destaca os seguintes processos espaciais (e suas respectivas formas) como aqueles que se poderiam considerar básicos na organização interna da cidade capitalista: (a) centralização e área central; (b) descentralização e núcleos secundários; (c) coesão e áreas especializadas; (d) segregação e áreas sociais; (e) dinâmica espacial da segregação; (f) inércia e áreas cristalizadas;

Estado são entrevistados como reveladoras do significado dessa área como expressão da segregação imposta em Vitória e, portanto, fornecem uma perspectiva que se considera fértil para análise do estudo de caso. Antes, contudo, de destacarmos os atributos básicos do papel dos agentes modeladores do espaço urbano, que será desenvolvida no item 2.2, cabe ampliar a reflexão sobre o sentido da segregação enquanto processo espacial.

Nesse sentido, o nexos essencial entre o processo de segregação e as classes sociais constitui um atributo de fundamental importância a ser destacado. Conforme apontado por Corrêa (1989), a segregação encerra uma expressão espacial das classes sociais, estando, portanto, inextricavelmente associada às forças de estruturação das classes sociais no capitalismo. De acordo com Harvey (1975 *apud* Corrêa, 1989) estas forças seriam basicamente três, a saber:

“[...] **a)** uma força primária, básica, que vem das relações entre capital e trabalho, gerando uma estrutura dicotômica de classes: os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho; **b)** uma força residual, que é originada de formas pretéritas de organização social ou do contrato entre um modo de produção dominante e um subordinado. Traduz-se, por exemplo, na existência de uma aristocracia rural e de camponeses mais ou menos incorporados ao capitalismo; **c)** forças derivativas, que emergem devido às necessidades de preservar os processos de acumulação capitalista através de inovações tecnológicas e controlar as mudanças na organização social” (CORRÊA, 1995, p.61).

A atuação destas forças, “[...] geram uma marcante fragmentação da estrutura social” e concomitante, uma “[...] crescente concentração de atividades e população na cidade, engendrando processos econômicos e sociais que se traduzem, dentre outros, em seletivas e dinâmicas formas de (re)produção e apropriação do espaço, suscitando que “[...] da localização diferenciada no espaço urbano, destas classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista” (CORRÊA, 1995, p.61). Nesta perspectiva, ainda conforme Lefebvre (1976), citado por Corrêa (1995, p.65), “[...] a reprodução das relações sociais de produção constitui o papel mais importante que a organização espacial da cidade está destinada a cumprir, sendo através das áreas sociais segregadas que isto pode ser viabilizado”. Em síntese, a segregação pode ser considerada,

“[...] como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábrica e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução. Assim a segregação

residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro”.

Porquanto, em essência, tributária das leis básicas da acumulação de capital e reprodução social, a segregação manifesta a emergência de padrões espaciais na organização interna da cidade, pois, na medida em que promove a separação espacial das diferentes classes sociais, esta separação, “[...] por sua vez, origina padrões espaciais, ou seja, as áreas sociais que emergem da segregação estão dispostas espacialmente segundo uma certa lógica, e não de modo aleatório” (CORRÊA, 1995, p. 66).

A propósito dos padrões espaciais da segregação, referidos na citação acima, caberia destacar o modo com o qual, através da perspectiva dos processos espaciais, os modelos “clássicos” de segregação são - não obstante as matrizes de fundamentação dos quais são originariamente provenientes - criticamente reapropriados, destituindo-lhe do pretense teor normativo e redimensionando-lhes, por sua vez, a dimensão da historicidade.

É nestes termos que a espacialização das classes sociais possibilita apreender diferentes padrões de segregação residencial, passíveis de serem representados através de esquemas explicativos. A elaboração de padrões fundamentais da segregação na organização interna da cidade constitui um traço marcante na pesquisa urbana dedicada ao tema da segregação. Nesse sentido, importa apresentar os principais modelos de determinação dos padrões de segregação no espaço urbano, destacando, de modo breve, seus atributos básicos.

Figura 1) **Esquema de Kohl**
(simplificado)

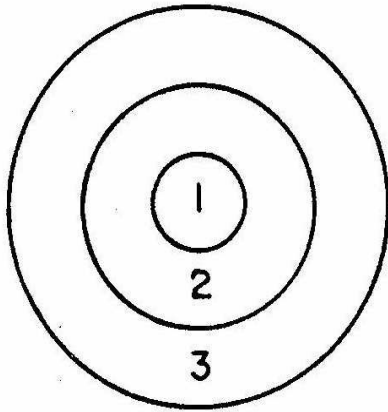


Figura 2) **Esquema de Burgess**
(simplificado)

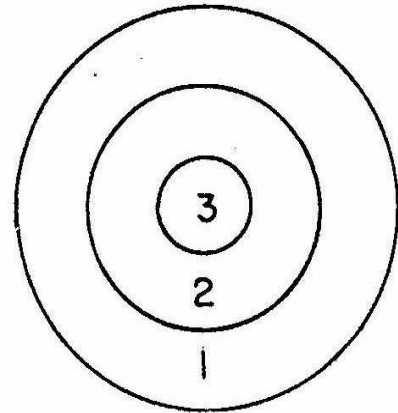
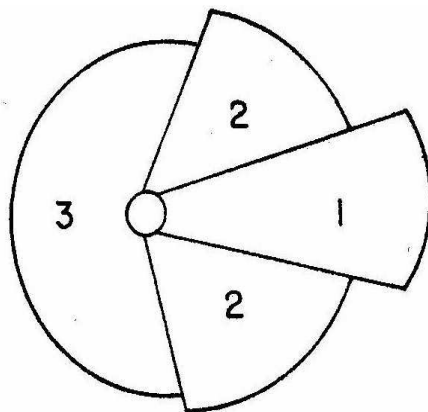


Figura 3) **Esquema de Hoyt**
(simplificado)



LEGENDA

Status social:

- 1- Alto
- 2- Médio
- 3- Baixo

O primeiro esquema genérico, elaborado pelo geógrafo J.G.Kohl (1841), foi feito em abordagens sobre o assunto conforme a realidade urbana das cidades da Europa

Continental; a manifestação da segregação na organização interna da cidade demonstrava-se na concentração das classes dominantes no centro e da localização dos pobres na periferia da cidade (cf.fig.01). O esquema de segregação sócio-espacial proposto por Kolh reflete a historicidade de um processo inicialmente marcado pelo incipiente desenvolvimento da cidade em sua fase pré-capitalista, num contexto de limitada mobilidade intra-urbana, quando a localização das atividades político-administrativas, econômico-financeiras e religiosa favoreciam a localização da elite no centro urbano. Como verificado por E.W. Burgess (cf.fig.02), em relação ao fenômeno da segregação sócio-espacial nas cidades americanas na década de 1920, na medida em que as áreas degradadas dos centros urbanos foram sendo ocupadas pelos pobres, as classes privilegiadas, em movimento inverso, produziram e refugiaram-se em paraísos suburbanos na periferia das cidades (CORRÊA, 1995).

O movimento de transferência da classe privilegiada do centro em direção a periferia efetivou-se no contexto de degradação socioambiental das áreas centrais da cidade; fenômeno este já apontado por Engels desde 1840, quando se referiu à degradação da cidade de Londres, tendo aludido o dinâmico processo do fazer e refazer a segregação sócio-espacial no contexto da reprodução e acumulação capitalista. Ainda na perspectiva dos esquemas clássicos de segregação residencial característicos de momentos históricos diferenciados e, por conseguinte de estágios diversos de desenvolvimento da economia urbana, a partir da industrialização e intensificada urbanização, o modelo de Hoyt (cf. fig.03) retrata a espacialização das classes a partir de setores de segregação com destaque para o fenômeno da auto-segregação das camadas privilegiadas.

A partir dos três esquemas ou modelos clássicos de segregação residenciais apresentados, Corrêa (1995, p.73), propõe reconhecê-los não como padrões - que poderiam deter a exclusividade explicativa, e sim como “possibilidades teóricas”, na lógica dos processos sociais e econômicos historicamente determinados na perspectiva de atuação dos agentes de produção e consumo da cidade.

Nestes termos, uma vez consideradas as peculiaridades do processo histórico de evolução das cidades, para além da simultaneidade de ocorrência dos padrões clássicos de segregação, outros fenômenos sócio-espaciais tornaram-se expressivos, tendo em vista contextos mais específicos. Assim como ocorre nas

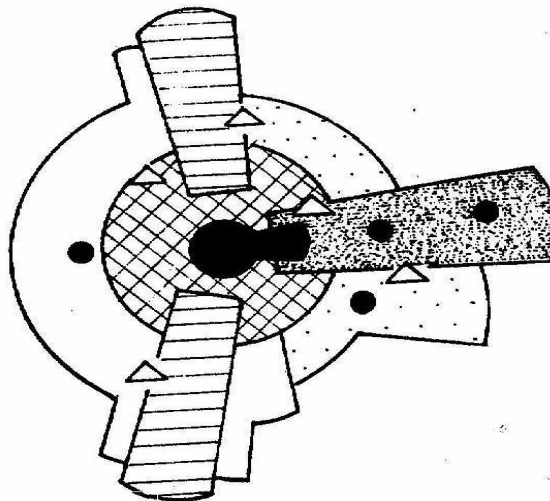
principais cidades do mundo, em especial, no caso das cidades latino-americanas, as transformações dos padrões clássicos de segregação residencial revela novos sentidos e significados para o fenômeno tanto em relação a alteração da escala geográfica quanto em relação ao grau de homogeneidade capturado na paisagem: na forma e na expressão sócio-espacial das desigualdades, principalmente através da exacerbada condição de pobreza e da violência urbana localizada.

Por sua vez, como será desenvolvido mais detidamente no item seguinte, é possível reconhecer que na reprodução da cidade e do urbano, através das intervenções promovidas principalmente pela ação do Estado corporativo, a cidade é renovada e ressignificada em sua estrutura e organização interna. (CASTRIOTA, 2003, p.23).

Em relação aos países de economia dependente da América Latina, a dinâmica espacial da segregação está histórica e intrinsecamente relacionada com processos que definiram tanto a divisão econômica quanto a divisão social do espaço. Nesse sentido, é importante destacar a contribuição de Yujnovsky (*apud* CORRÊA, 1995, p.74) quando ressalta os três principais períodos históricos de crescimento da cidade latino-americana, assim especificados:

- a) um primeiro período inicia-se na fase de colonização aos anos de 1850 quando sob a legitimação da “Lei das Índias”, predominou o padrão apontado por Kolh, estando a elite instalada junto ao centro da cidade; não havendo significativa distância física-espacial, a segregação se efetivou na distância social também definida, principalmente através da tipologia das construções da época;
- b) o segundo período se estende de 1850 às décadas iniciais do primeiro quartel do século XX, quando novas funções alteraram a dinâmica espacial e as formas urbanas, tendo em vista, principalmente, o incremento as atividades comerciais, de serviços e em alguns casos de incipiente industrialização. O movimento de transferência da classe de alto status do centro em direção a periferia efetivou-se no contexto da reprodução do espaço com o surgimento e reestruturação de áreas residenciais exclusivas. Para o centro das cidades abandonados pela elite, dirigiram-se os imigrantes juntando-se aos pobres urbanos já residentes, expondo assim um padrão de segregação correspondente à respectiva dinâmica;

- c) o terceiro período inicia-se por volta do ano de 1930, sendo marcado pela afirmação dos setores preferenciais da camada de alto status e pela perifização da classe de baixo status que passou a ocupar extensos e longínquos conjuntos habitacionais, além de favelas, loteamentos clandestinos e irregulares, com predominância do sistema de autoconstrução na produção de moradias populares; oportunidade em que o fenômeno da segregação sócio-espacial apresenta-se de forma marcante tendo em vista a expressiva aglomeração da classe de baixo status em áreas de forte homogeneidade social interna(caracterizada principalmente pelas precárias condições de moradia, baixos salários, baixo grau de escolaridade, ausência ou pouca qualificação profissional, etc..) .



LEGENDA









	Núcleo Central		Bairros de Médio
	Zona Periférica do		Bairros de Baixo
	Eixos Industriais		Subcentros
	Bairros de Alto Status		Favela

Figura nº 04- Esquema da Organização Espacial da Cidade Latino-americana
(Adaptado de MERTINS E BAHR, 1983, *apud* CORRÊA, 1995, p.75)

A partir da figura de nº. 04, referente a expressão da organização espacial das cidades latino-americanas fica evidenciada a complexidade que a dinâmica da

segregação gerou, suscitando assim diversas possibilidades teóricas de análise sobre a organização do espaço urbano da cidade em seus tempos distintos. No contexto da dinâmica urbana historicamente definida pelas respectivas fases de evolução da cidade capitalista, “[...] a segregação residencial em grande escala tem sido a marca do padrão tradicional latino-americano”, sendo que, nas décadas iniciais do século XX, conformou-se a tendência de aglomeração dos grupos de alto status em “[...] apenas uma área de crescimento que, na forma de um cone une o centro histórico com a periferia em um sentido geográfico determinado” (SABATINI, 2004, p.60).

Um atributo de fundamental importância para a qualificação teórica do processo de segregação está relacionado à complexa dinâmica espacial desse processo. A dinâmica espacial da segregação no bojo da estruturação interna da cidade constitui outro componente. Nestes termos, no processo de reprodução e espacialização das classes sociais, a dinâmica espacial da segregação, sucinta compreender tanto a alternância no movimento de disputa, apropriação e controle do espaço urbano pelo grupo de alto status em sua tendência auto-segregativa, quanto a segregação imposta aos grupos de baixo status (CORRÊA, 1995,p.69).

“[...] a segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social é habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de status inferior ou, em alguns casos, superior, através do processo de renovação urbana” (CORRÊA, 1995, p. 70).

A periferia historicamente demarcada e estigmatizada⁷ como área predominante de concentração da população de baixo status, progressivamente passou a corresponder aos setores de expansão do grupo de alto status, complexificando a dinâmica de mobilidade sócioespacial que “[...] muda da estrutura de segregação do padrão indicado por Kohl para um identificado por Hoyt”, possibilitando aprender outras nuances do fenômeno (CORRÊA, 1995, p.71). De acordo com exposto na figura de nº 05, as classes sociais se revezam, através de diferentes movimentos que, não obstante complexos, revelam padrões.

⁷[...] Na atualidade a palavra “estigma” representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social. Para Goffman (1983,p.11), “la sociedad establece los medios para caracterizar a las personas y el complemento de atributos, que se perciben como corrientes y naturales a los miembros de cada una de esas categorías” (MELO,2009).

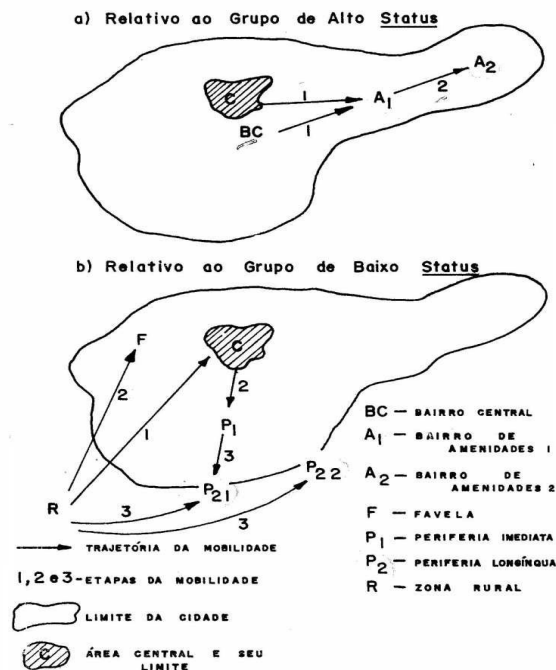


Figura 05- Esquemas da Dinâmica Espacial da Segregação
(Modelo produzido por CORRÊA, 1995, p.74)

O surgimento de novos bairros ocupados por grupos sociais de alto status ressaltam peculiaridades da dinâmica espacial da segregação sendo assim “[...] dotados de novos valores de uso, de novas amenidades, quando são reproduzidas novas áreas sociais, segregadas e dotadas de novos estilos de vida”. Trata-se, pois, de uma dinâmica de mobilidade e renovação sócio-espacial conformada na transposição ou coexistência de um padrão de segregação para outro (CORRÊA, 1995, p.71).

Em diversas cidades latino-americanas, a dinâmica de segregação urbana se consolidou de modo precípua através da trajetória de mobilidade da área rural em direção às regiões periféricas das grandes cidades, onde surgiram favelas, loteamentos clandestinos e irregulares, conformando o padrão de distância física e social. Conforme Kaztman (2001), nas cidades latinas americanas, este movimento é típico da década de 1980, e correspondeu às experiências de desindustrialização, modernização da estrutura produtiva, precarização das relações de trabalho e encolhimento do papel do estado⁸.

⁸[...] em vez da atração pela cidade, opera a expulsão em direção da periferia. Em lugar de estímulos nascidos de novas oportunidades de trabalho, cresce a proporção da população ativa com poucas esperanças de inserção instável na estrutura produtiva (KATZMAN, 2001, p.181).

Na coexistência dos referidos padrões de organização e estruturação do espaço urbano, a trajetória e as respectivas etapas da mobilidade territorial apontadas na Figura 5, reafirmam a complexidade da dinâmica espacial da segregação na medida em que também são reveladas as transformações na “[...] redução da escala geográfica de segregação em algumas áreas internas das cidades e de sua ampliação em outras áreas⁹” (SABATINI, 2004, p.60). Nesta perspectiva, ainda conforme Sabatini (2004, p.69), a ruptura do padrão tradicional de segregação-centro-periferia, ocorre na proporção em que nota-se alterar a estrutura interna das cidades latino-americanas através da redução da escala de segregação marcadamente influenciada pelo forte desenvolvimento do setor imobiliário privado.

“[...] A construção de condomínios fechados para classes médias e altas fora das áreas tradicionais de concentração destas classes é talvez a mais notória e extensa alteração na estrutura interna de cidades chilenas e latino-americanas. Não é raro ver tais empreendimentos inesperadamente surgirem próximos à áreas pobres.[...]o surgimento de novos shoppings centers e outros megaprojetos localizados fora da área tradicional das classes mais altas é outro componente desta ruptura espacial. Rodovias e anéis rodoviários novos e renovados têm alterado a condição de acessibilidade das cidades permitindo gerar extensas áreas de mercado e, consequentemente permitindo uma certa dispersão destes novos megaprojetos. Dentro destas áreas de mercado podem se encontrar bairros pobres que por si só não poderiam sustentar os comércios e serviços de alta qualidade dos megaprojetos” (SABATINI, 2004,p.69).

Nestes termos, mediante o dinâmico processo de alteração da estrutura interna das cidades latino-americanas, os altos preços da terra, o fim da informalidade fundiária com a implementação de projetos de regularização, seguido do deslocamento dos pobres para a periferia longínqua, são algumas das intervenções urbanas que possibilitam destacar tendências de alteração dos padrões da dinâmica espacial da segregação urbana (SABATINI, 2004,p.69).

Ainda conforme o referido autor, mesmo que as cidades ainda mantenham o padrão tradicional de segregação, a “ruptura espacial” decorrente principalmente das intervenções urbanas resultou na alteração do processo de organização e

⁹[...] Tanto nas cidades chilenas quanto as latino-americanas são reconhecidas por apresentar uma segregação em “grande escala”. O que caracteriza estas cidades são extensas zonas de pobreza e uma notória aglomeração de grupos de renda alta em uma zona principal de crescimento que une o centro com a periferia, Alternativamente, as cidades poderiam apresentar uma segregação em “pequenas escala”, ocorrendo em bairros homogêneos e pequenos dispostos alternadamente no espaço urbano. [...] o conceito de “escala geográfica de segregação” é a chave para entender as mudanças que estão afetando o padrão de segregação das cidades chilenas e latino-americanas. Uma discussão deste conceito e de seu fundamento a partir da crítica da literatura especializada, encontra-se em Sabatini et. Al. (2001) (SABATINI, 2004, p.65).

estruturação das cidades latino-americanas. Nestas condições a valorização do preço da terra, seguido, em muitos casos, da especulação imobiliária, reiteraram o sentido simbólico da segregação urbana em sua relação com a estigmatização¹⁰ da pobreza e da consequente reprodução das desigualdades sociais.

Em relação aos estudos de caso sobre a temática da segregação nas cidades brasileiras, é considerável o volume de pesquisas relacionadas tanto aos processos de espacialização das classes sociais, como suas relações com as questões das desigualdades sociais, da pobreza, violência e criminalidade. As recentes abordagens buscam retratar as transformações relacionadas aos padrões clássicos de análise do fenômeno da segregação e as novas formas apresentadas no contexto da dinâmica de estruturação do espaço urbano

Como nos demais países da América Latina, no Brasil, os estudos sobre a dinâmica espacial da segregação partem da análise do padrão tradicional de segregação residencial das cidades que, da perspectiva socioeconômica de análise, confirmam a histórica condição de distância social e espacial entre pobres e ricos, materializada inicialmente, em grande escala, pela relação centro-periferia¹¹.

No Brasil, é considerável o volume de estudos empíricos sobre o fenômeno da segregação que, por sua vez, ancorados no debate teórico-conceitual, buscam desenvolver a temática da segregação em seus múltiplos processos e correspondentes formas de expressão historicamente definidas. No campo interdisciplinar as abordagens percorrem o debate acerca da relação entre segregação e desigualdades sociais, homogeneidade e diversidade relacionadas ao

¹⁰[...] A estigmatização dos bairros e áreas onde se concentram os grupos pobres ou discriminados é, sem dúvida, uma dimensão central da “nova pobreza” que está crescendo em praticamente todas as cidades na era da globalização das economias (SABATINI, 2004, p.64).

¹¹ [...] Bonduki & Rolnik (1979), definem duas formas de periferia: uma geográfica, tendo o centro da metrópole como referência e outra sociológica, relacionada ao lugar da reprodução da força de trabalho e as condições de moradia. De acordo com os citados autores o termo é utilizado de forma indiscriminada e propõem uma definição com base na teoria da renda da terra, referindo-se a baixa renda diferencial que explica o fenômeno da segregação. Pavani (1994, p.186), refere-se a dois tipos de periferia “aquelas que são ocupadas pelos destituídos e as que são ocupadas pelas classes privilegiadas”. O autor refere-se aos novos loteamentos de alto padrão na periferia como lugares segregados ou mesmo auto-segregados, Sposito (1999,p:83-99)), analisa a relação entre urbanização e cidade para além da expressão das novas formas na ânsia da compreensão sobre a organização e reorganização do espaço urbano metropolitano por um “novo padrão de desconcentração territorial que não pode ser compreendido como negação da aglomeração, mas como condição e expressão de novas lógicas de localização, que engendram novas práticas sociais e que se realizam redesenhando essa nova morfologia (idem,p:85)”.

fenômeno, fatores e processos sobre a mudança de escala, dentre outras perspectivas de análise.

Em abordagens teóricas sobre a relação entre segregação e homogeneidade, Villaça (2004), recorre a intensidade do fenômeno referindo-se ao conceito de “alta concentração” para desconstruir o sentido de prevalência, de maioria, de expressividade quantitativa. O referido autor também faz referência ao conceito de “grau de homogeneidade” relacionando-o com abordagens sobre escala para assim caracterizar a segregação. Ainda conforme Villaça (2004, p.94), “[...] o conceito de segregação varia conforme a finalidade da pesquisa, e esta está, por sua vez, articulada com essas questões de explicação, constatação e medição”.

Na base empírica referencial de estudos e análises relacionadas às dinâmicas formas de organização e estruturação do espaço urbano, cidades a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro tornaram-se importantes laboratórios de pesquisa principalmente sobre o fenômeno da segregação. Na efervescência do debate, o tema da segregação sócio-espacial passou a ser vinculado a abordagens sobre os impactos da globalização econômica na estruturação das cidades, assim como, aos estudos relacionados às políticas públicas, urbanização e disposição dos bens de uso coletivo.

A partir de estudos mais recentes realizados sobre o fenômeno da segregação sócio-espacial na cidade de São Paulo, Caldeira (2000, p.211), parte da evidência de três formas históricas de expressão do fenômeno para destacar transformações nos padrões tradicionais de análise do fenômeno. Através do uso de indicadores geográficos, demográficos e socioeconômicos a autora buscou enfatizar o processo de conformação de uma nova forma de segregação que a partir dos anos de 1980, passou a corresponder às transformações da estrutura e dinâmica urbana da cidade e da região metropolitana.

De acordo com Caldeira (2000, p.211):

[...] Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação sócio-espacial é o que chamo de “**enclaves fortificados**”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua

principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto (*Grifo nosso*).

No estudo de caso sobre a segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro, tendo como referência os modelos tradicionais de organização interna das cidades, bem como da representação gráfica da dinâmica econômico-social da região metropolitana, Souza (2010, p.63-91) desenvolveu modelos de análise sobre a evolução da segregação residencial; na condição de problema urbano, o referido autor desenvolve a análise sobre segregação associado à pobreza, à violência e degradação ambiental da cidade do Rio de Janeiro.

Na perspectiva da crítica urbana recente, Ferreira (2010), associou o tema segregação urbana ao fenômeno da gentrificação enquanto reflexo das políticas de intervenção voltadas para a renovação e ressignificação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, oportunidade em que o autor refere-se a “banalização” e a tendência à homogeneização do espaço urbano relacionada a tentativa de replicar o modelo de cidade de “sucesso internacional”.

Também a gentrificação de lugares, entendida como “enobrecimento”, “expulsão branca” e “ressignificação de lugares”, foram temas de estudos realizados por Antonio Arantes e Rogério Leite em relação às intervenções urbanas realizadas nas cidades de Salvador e Recife. Em ambos os estudos os pesquisadores ressaltaram o papel do Estado em parceria com a iniciativa privada em intervenções para fins de requalificação/revitalização de áreas de apelo histórico cultural que foram transformadas em áreas de lazer, consumo, e turismo (FRUGOLI JR. & SKLAIR, 2008:121).

Em abordagens relacionadas a diferentes formas de entendimento e apreensão sobre dinâmicas e formas espaciais das cidades, Vasconcelos (2011, p.7-28) ressalta sobre as “[...] diversas formas espaciais resultantes de diferentes processos sociais, como uma tentativa de diferenciar as diversas noções e conceitos que normalmente são usados sem o devido rigor”. Nestes termos, além da segregação o autor faz referência a diversos outros processos e formas sócio-espaciais.

Através de abordagens associadas a questões da pobreza, da violência e criminalidade, no Espírito Santo, estudos sobre novas formas de expressão do fenômeno da segregação sócio-espacial são pautadas em evidências empíricas,

estudos e análises diversas. Trata-se de estudos que buscam contextualizar o fenômeno em sua relação com a historicidade do processo de produção e reprodução social do espaço na lógica das políticas públicas implementadas também à luz das técnicas e instrumentos de planejamento e gestão urbanos.

Em pesquisas realizadas nos municípios de Serra, Vila Velha e Cariacica, Silva (2005, p. 8), associa segregação residencial e violência para assim, analisar o novo perfil dos bairros de exclusão social “[...] identificados como, lugares de isolamento, do abandono e, sobretudo, de destituição econômica das condições necessárias à inserção nas posições relevantes da estrutura produtiva.

No contexto do processo histórico de formação da Região Metropolitana da Grande Vitória, Mattos (2010), analisa o fenômeno da segregação associado ao projeto de modernização econômica do Espírito Santo; ressaltando o período pós década de 1960, com destaque para o agravamento das desigualdades sócio-espaciais em sua relação com a fragmentação social e a escalada da violência na região.

Também a partir de estudos sobre um conjunto de bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória, Zanotelli (2004), analisou os processos de fragmentação sócio-espacial e de segregação relacionados a questão da criminalidade violenta em bairros populares.

Assim como nas principais cidades brasileiras, acompanhando a perspectiva de abordagens relacionadas a espacialização das classe sociais no contexto da influência dos processos sociais de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, os estudos sobre o fenômeno da segregação sócioespacial na Região Metropolitana da Grande Vitória revelaram a manifestação dos diversos padrões de segregação sócio-espacial historicamente determinados.

Em especial, na cidade de Vitória, conformaram-se arranjos espaciais marcados por contradições estruturais decorrentes do modelo excludente de desenvolvimento econômico implementado a partir dos anos de 1970 (SIQUEIRA, 2001). São contradições engendradas por processos de estruturação e organização do espaço revelando na dinâmica social estabelecida a conformação de diferentes padrões e formas de segregação sócio-espacial.

Nesta perspectiva de reflexão sobre as mudanças de padrão e novas dinâmicas espaciais da segregação, tanto no âmbito da modalidade imposta quanto a desejada (auto-segregação), ambas as situações são reflexos da estrutura social de classes, relacionada principalmente à manutenção de privilégios por parte da classe dominante (CORRÊA, 1995).

2.3 Agentes Sociais Modeladores do Espaço Urbano: breve apreciação a partir do papel do Estado e dos Grupos Sociais Excluídos na produção da segregação.

No que diz respeito à produção da segregação na organização interna da cidade, a ação dos agentes sociais modeladores joga um papel decisivo, sendo indispensável, assim, considerá-lo no plano teórico-conceitual.

É através da ação de agentes sociais concretos que o espaço urbano capitalista é efetivamente produzido. Sua relevância central para o entendimento da organização interna da cidade capitalista, bem como, mais especificamente, para a inteligibilidade do processo de segregação tornou a reflexão sobre o papel dos agentes sociais um assunto indispensável ao exercício teórico dos estudos urbanos, sobretudo redimensionado a partir da influência decisiva que, notadamente a partir do último quartel do século XX, matrizes de fundamentação filosófica inspiradas no materialismo histórico e dialético tornaram-se paradigmáticos para os estudos urbanos filiados à uma postura crítica à sociedade capitalista.

O modo com o qual a ação dos agentes sociais se concretiza na produção do espaço urbano constitui um fenômeno dotado de grande complexidade, que articula

[...] práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar entretanto que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social,

ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade sócio-espacial também não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia” (CORRÊA, 1995: p.11-13).

O exercício teórico de depuração do assunto, aspirando tornar inteligível à complexidade que lhe é inerente, conduziu à sistematização de categorias dos principais agentes sociais, através das quais tornou-se possível determinar os atributos básicos do modo com o qual cada *tipo (ideal)* de agente social efetiva sua ação na produção do espaço urbano¹². A categorização destes tipos ideais variam, evidentemente, no bojo das inúmeras contribuições teóricas que abordaram o assunto (GOTTIDIENNER, 1993; LOJKINE, 1977; CORRÊA, 1985), não obstante essa variação reflita, fundamentalmente, diferenças formais restritas ao nível meramente terminológico, via de regra em função da codificação conceitual própria que cada autor imprime ao assunto.

Nesse sentido pode-se destacar a sistematização proposta por CORRÊA (1985), para quem os principais agentes da produção do urbano constituem: (a) Os proprietários dos meios de produção; (b) Os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado e; (e) Os grupos sociais excluídos.

A classificação destacada acima é, fundamentalmente, de natureza analítica, na medida em que, concretamente, as referidas categorias podem estar integradas diretamente, por exemplo, como no caso de grandes corporações capitalistas que articulam a compra, a especulação, o financiamento, a administração, dentre outras ações diretamente envolvidas na produção do urbano. Assim, deve ser resguardado que, concretamente, as referidas categorias não são necessariamente mutuamente excludentes - a despeito, mesmo, da possibilidade de, eventualmente, a ação de cada agente social se dar, também, de modo autônomo, como, por exemplo, verifica-se conflitos de interesses entre os proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários e os proprietários fundiários (CORRÊA, 1995, p. 12 – 13).

Tal como indicado anteriormente, a perspectiva de problematização do tema através da realização de um estudo de caso sobre Mangue Seco – Andorinhas irá privilegiar,

¹² O alcance que o assunto despertou no debate teórico em geografia urbana não se restringiu à cidade moderna capitalista, mas também suscitou o empenho de se depurar o papel dos agentes modeladores, por exemplo, nas cidades brasileiras no período colonial. (C.f.: VASCONCELOS, P. A. de: *Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial*. In: CASTRO, I. E. et alli. *Explorações Geográficas*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2001).

de modo prevalente, a análise da ação de dois agentes modeladores fundamentais para a produção da referida área como expressão da segregação em Vitória, quais sejam: por um lado, o papel do grupo social excluído - que se efetiva através da ação dos moradores na estruturação da área e; por outro, a ação do Estado. Nesse sentido, a explanação sobre a natureza da ação dos agentes modeladores do espaço urbano que será conduzida no que segue, irá desenvolver uma breve qualificação intercalada da ação desses dois atores¹³.

O Estado tem um papel de fundamental importância no dinâmico processo de produção, estruturação e reprodução do espaço urbano da cidade capitalista. De acordo com CORRÊA (1995), subjacente à sua ação, vigoram os interesses da elite que se concretizam, mediatizados pela figura do Estado, através de duas formas básicas: por um lado determinando, de modo deliberado, onde deseja morar, através da seleção das melhores áreas da cidade, excluindo daí o restante da população. Por outro lado, sua ação produz a segregação, também, através do controle normativo sobre o mercado de terras, bem como da incorporação e da construção, “[...] direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais [notadamente, os grupos sociais excluídos] no espaço urbano” (CORRÊA, 1995, p. 64).

A distinção entre auto-segregação (da classe dominante) e segregação imposta (sobre os grupos sociais excluídos) é, no contexto da cidade capitalista, indissociável da ação mediatizadora e dissimuladora do Estado gerindo os interesses da elite, revelando, pois, o papel decisivo da dimensão política no modo com o qual o fenômeno da segregação sócio-espacial se efetiva como imposição a determinados grupos sociais, através da seletividade do acesso e diferentes usos da terra, regulados pela ação do Estado, tal como sublinhado por SABATINI, (2004:60 - 62), para quem, “[...] o século XX mostra com clareza como as elites e o Estado foram construindo uma porção da cidade que em sua forma espacial pura se parece com um cone”; desta forma, são excluídos, “[...] cada vez mais desta área, os grupos que não cabem dentro da estrutura social do capitalismo desenvolvido: grupos, não poucas vezes majoritários na população”.

¹³ Para a caracterização da ação dos demais agentes consulte-se CORRÊA (1995).

Assim, o que é socialmente produzido, principalmente os bens de consumo coletivo urbano, é seletiva e privativamente apropriado por diferentes classes sociais; situação mediada pelo papel do Estado, também, através dos instrumentos de planejamento e gestão urbanos (SANTOS 1993).

É nesse mesmo sentido que Lojkin (1977, p.189) chama a atenção para a natureza essencialmente ideológica do planejamento e intervenções urbanas conduzidas pelo Estado, como um vetor de agravamento da segregação. Sendo a organização social da cidade capitalista definida em correspondência à forma desenvolvida da divisão social do trabalho, a segregação é resultado direto da ação de determinados agentes, dentre os quais destaca-se o papel central do Estado que, sempre a serviço do capital, exerce um importante papel na organização e estruturação do espaço urbano das cidades, quando através das políticas públicas de planejamento e em especial das políticas habitacionais, torna ainda mais agudo o fenômeno da segregação sócio-espacial.

O papel nefasto do planejamento e intervenções urbanas do Estado foi objeto de crítica sistemática por parte de autores que se tornaram referências no campo dos estudos urbanos críticos, tais como, dentre outros, Henri Lefebvre e Mark Gottidiener:

“[...] as intervenções do Estado não resgatam o espaço social; ao contrário, ele apenas ajuda a hegemonia do espaço abstrato, produzindo alguns de seus próprios espaços através do planejamento. Sendo o Estado uma estrutura de poder, suas intervenções inauguram a destruição do espaço social e a forma compacta, confinada de cidade. Para Lefebvre, o Estado está aliado não só contra a classe trabalhadora ou mesmo contra as feições do capital, ele é o inimigo da própria vida cotidiana- pois produz o espaço abstrato que nega o espaço social que suporta a vida cotidiana e a reprodução de suas relações sociais” (GOTTDIENER, 1993, p.148).

A seletiva condição de acesso a terra e, por conseguinte da moradia, fez dos grupos socialmente excluídos agentes de apropriação de áreas inicialmente desprovidas de interesse imobiliário. Desta forma, sob a estratégica de sobrevivência dos pobres, caracteriza-se a segregação imposta¹⁴ no espaço urbano da cidade capitalista. (CORRÊA, 1995, p.12-29)

¹⁴ “[...] Em realidade pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas”. (CORRÊA, 1995:64). Ainda sobre o tema, verificar O’NEILL, M. Monica, Condomínios exclusivos: um estudo de caso. Revista Brasileira de Geografia, 48(1), 1986, *apud* Correa (1995, p.64).

Os grupos sociais excluídos atuam na produção do espaço urbano, fundamentalmente, de modo reativo às imposições através das quais a classe dominante, mediatizada pelo poder de legitimação normativa da ação Estatal, efetiva seu controle sobre a organização interna da cidade. Trata-se do grupo social que,

“[...] tem como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas –, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela” (CORRÊA, 1995, p. 30).

O modo com o qual os grupos sociais excluídos se revelam, efetivamente, como agentes modeladores na produção do espaço urbano é apresentado, de modo conciso, na passagem abaixo, com a qual encerramos o capítulo de revisão teórica através de uma citação que resguarda o sentido da análise.

A condição de agentes modeladores do espaço urbano dos grupos sociais excluídos revela-se, efetivamente,

[...]Na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes de produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças (CORRÊA, 1995, p. 30)

Encerramos, assim, este capítulo reservado à revisão teórica sobre o tema com a citação acima, estritamente convergente com o fio condutor que irá orientar a análise do caso de Mangue Seco – Andorinhas como expressão da segregação em Vitória, no capítulo 4 da dissertação. Antes, contudo, considera-se necessário considerar no que segue, capítulo 3, os elementos básicos da urbanização da cidade de Vitória, a

fim de fornecer um enquadramento que permita contextualizar à problematização Mangue Seco – Andorinhas no contexto particular da referida cidade.

3 PRODUÇÃO DO URBANO E DA SEGREGAÇÃO EM VITÓRIA.

3.1 Atributos da Gênese da Segregação em Vitória.

Antes de se tornar uma metrópole, a cidade de Vitória nasceu na condição de Vila colonial, comprimida entre o mar e a montanha,

[...] A implantação da Vila da Vitória apresenta feições características do esquema adotado pelos portugueses nos núcleos menores: ruas tortuosas, com terrenos e quadras de dimensões irregulares, refletindo a topografia da colina. A sinuosidade das ruas e os aclives- características que dificultam a circulação e comunicação da cidade com o meio exterior- ajudavam a proteger a parte mais alta da cidade, onde se concentravam as construções mais importantes (KLUG, 2009:19).

Neste sentido, o sítio limitado foi sendo inicialmente configurado pelas ações dos primeiros agentes modeladores: colonizadores na extração de materiais primas, na dizimação e/ou domesticação do povo indígena, como também através da construção de igrejas, muralhas, fortalezas militares, sedes político-administrativas, casas, estradas, ancoradouros, armazéns, além de outros objetos e correspondentes ações no contexto histórico da produção social do espaço.

Assim como nas primeiras aglomerações urbanas brasileiras, na Ilha de Vitória, de acordo com a reduzida distância física entre os grupos sociais e a correspondente dinâmica social existente, a expressão da segregação sócioespacial esteve relacionada principalmente com o tipo de moradia que “[...] serviam para distinguir socialmente as pessoas e posteriormente contribuir para a valorização dos lugares” (CAMPOS JUNIOR, 2002:78).

A partir do centro histórico de Vitória, com o aterro dos manguezais ganha impulso o processo de expansão territorial a partir das primeiras décadas do século XIX, sobretudo entre os anos de 1812 e 1819, além do surgimento de novas ruas, pontes de travessia e residências, sinalizando para a progressiva expansão e modernização da cidade; também através da implantação do sistema de bondes elétricos em 1912 (KLUG, 2009, p.22).

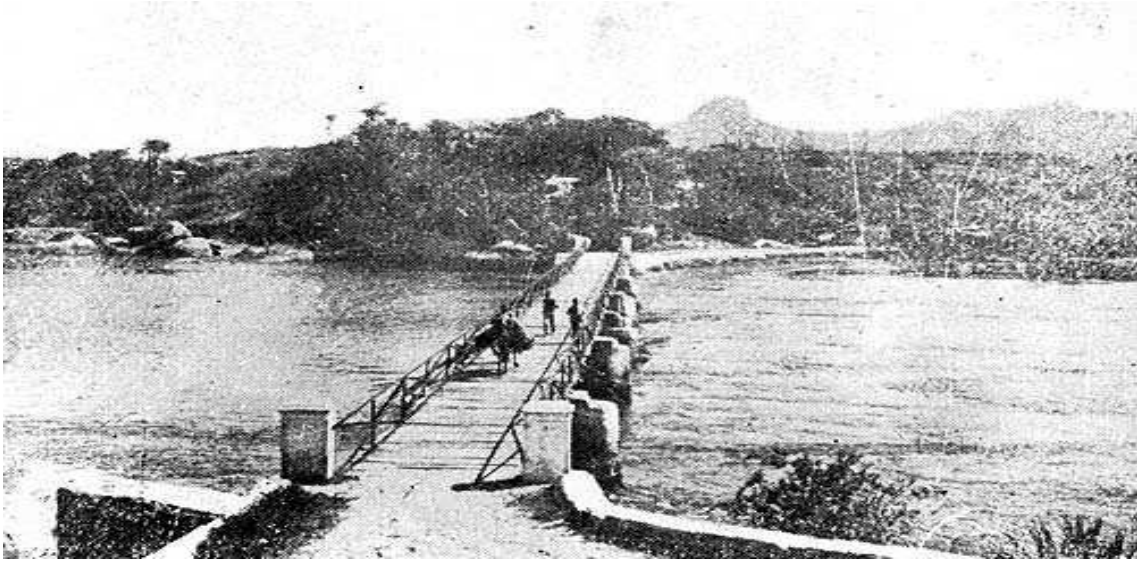


Foto nº 01 - Pinguela da passagem (18--?)

Fonte: <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br/2010/10/ponte-da-passagem->



Foto nº. 02- Ilha do Príncipe e Ponte Seca ligando Vitória e Vila Velha (19--?)

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=323866-acesso> 07/2011

Nos últimos anos do segundo quartel do século XIX, já eram visíveis os sinais de prolongamento da cidade no sentido horizontal acompanhando a faixa litorânea em direção ao sul e, também, ligando-se precariamente com a parte continental através de uma improvisada “pinguela” sobre o canal da passagem, (Cf. foto. nº.01). Em direção ao sul a travessia para Vila Velha pela Ponte Seca era feita através da Ilha do Príncipe (Cf. foto nº.02).

[...] No período situado entre os fins do século XIX e a década de 1950, a cidade de Vitória passa por um processo de modernização, embelezamento e expansão promovido pelo poder público, que vai remodelar partes da cidade e buscar novas áreas para a expansão do tecido urbano. No intuito de atender aos interesses da nova burguesia enriquecida e adequar a cidade ao desenvolvimento imposto pela economia cafeeira, busca-se construir uma nova cidade, mais moderna, com uma linguagem de retidão das formas e amplitudes de espaços que se contrapunham ao desenho tortuoso da cidade colonial (KLUG, 2009, p.25).



Foto de nº. 03 – Vista Panorâmica da Mancha Urbana de Vitória- 1920.

Fonte: <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br/2010/10/vitoria>

De acordo com projeções de expansão da mancha urbana, previstos pelo Projeto Novo Arrabalde (1892), aterros foram progressivamente realizados, oportunidade em que, sob o discurso da modernização higienista, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito, defendeu a expansão da cidade sobre o mangue por acreditar que “[...] o manguezal deveria ser dizimado como medida higiênica para garantir a saúde da população (KLUG, 2009, p.29).



Foto nº. 04 - Edificações Populares às Margens da Baía de Vitória-Vila Rubim (18--?)

Fonte: Arquivo Público Estadual,

“[...] Imagens da cidade do final do governo Florentino Avidos comparadas com imagens dos primeiros tempos de Vitória apontam como a mancha urbana cresceu e ganhou terras entre o Maciço Central e a baía. O sítio físico, que outrora representava limite físico e barreira para a expansão da cidade, começava a perder seu papel de entrave principal do crescimento da cidade, a partir do momento em que começa a invadir a baía, através de aterros, e a subir o maciço (KLUG, 2009, p.36)”.

Sob a luz da política higienista, por sua vez circunscrita ao imperativo da ideologia de modernização e embelezamento da cidade, a primeira iniciativa de intervenção planejada de matriz sanitaria ocorreu com o Plano Novo Arrabalde (Governo de Muniz Freire, 1892-1896), quando, a reboque do estigma de aéreas insalubres o crescimento e expansão urbana da cidade efetivou-se através da criação de solo sobre as áreas de mangues aterradas.

“[...] O problema sanitário manifestado nas grandes epidemias serviu para separar fisicamente as pessoas, segregando as de menor renda. A pretexto de desinfetar áreas insalubres produziu-se um outro espaço, padronizado, que diferenciava os lugares (áreas fisicamente localizadas) na cidade, podendo se tornar objeto da valorização imobiliária” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.85).

No entanto, somente nas décadas iniciais do Século XX as intervenções para fins de modernização e embelezamento “[...] concretamente mudaram a fisionomia da cidade, criando um novo espaço, que rompe com o passado colonial de Vitória” (CAMPOS JÚNIOR, 2002 p.135).

Progressivamente a nordeste a cidade foi expandindo sobre os manguezais, entrelaçando-se aos morros integrados à paisagem, quando paulatinamente a cidade vai subindo pelos mortos e “[...] vão surgindo novas ocupações, a exemplo do bairro Jucutuquara, no caminho entre o centro e o Novo Arrabalde” (KLUG, 2009, p.33).

No final do século XIX, a reforma do porto “[...] era parte de uma estratégia de recuperação econômica da região. Pretendia-se romper com a estagnação econômica herdada ainda no período colonial”, quando a “[...] principal obra proposta era a construção de um ramal ferroviário ligando as regiões produtoras a Vitória” (LEME, 1999, p.23).

As intervenções urbanas realizadas pelo poder público (implantação da rede de energia elétrica, aterros, esgotamento sanitário, ordenamentos das vias e calçadas, obras de saneamento, pavimentação, construção de prédios públicos, implantação do bonde, além de outras intervenções), reforçaram a centralidade econômica, política, sociocultural da capital; o Centro afirmou-se na condição de lugar de convergência comercial do café, com logística instalada e capacidade de exportação através do Porto de Vitória. Através das ações de embelezamento da cidade (Foto 05), novas formas urbanas passaram a expressar o sentido das diferentes e seletivas formas de usos e ocupação do espaço urbano redimensionado a espacialidade do fenômeno da segregação com a ampliação gradativa do aumento da distância territorial entre as classes.

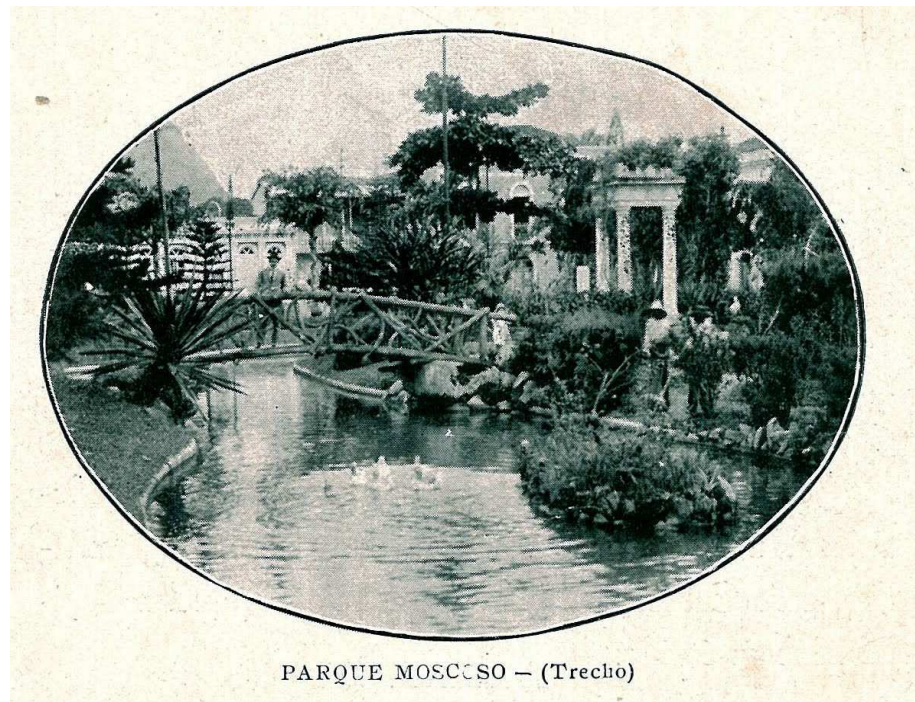


Foto nº. 05 - Campinho - Parque Moscoso no Centro de Vitória

Fonte: <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br/2010/10/parque>

Ainda, conforme Campos Júnior (2002, p.85):

[...] O aterro do alagado do Campinho confirma isso. No lugar construiu-se o Parque Moscoso (uma das mais importantes áreas públicas de lazer da cidade ainda hoje) e ao seu redor liberam-se terrenos para edificações de moradias. *Foi onde primeiro começou a se evidenciar a diferenciação espacial, pois ali veio a predominar a localização de pessoas de maior renda daquele momento.* A consolidação da sua ocupação ocorre nos anos 40 e se estende pelas ruas Dom Fernando, Padre Nóbrega e Uruguai. *(grifo nosso)*

Ainda que não consolidadas as bases econômicas e produtivas capazes de fomentar o mercado imobiliário da cidade, a presença do Estado já sinalizava para a atuação de novos agentes na modelagem do espaço. Através de concessões de contratos e subvenções por serviços prestados, relacionados principalmente a expansão territorial, construção de equipamentos e prédios públicos e implantação de loteamentos, a ação do Estado foi de fundamental importância (CAMPOS JÚNIOR 2002, p.50).

Neste contexto, as intervenções de caráter modernizador realizadas acabaram por consolidar uma nova fase de estruturação interna da cidade, que viria a redimensionar o fenômeno da segregação sócio-espacial quando ocorreu a “[...] demolição dos elementos que denunciavam a presença da pobreza na paisagem para a construção de novos espaços” (KLUG, 2009, p.43).

3.2 Elementos da Produção da Auto-segregação e da Segregação Imposta em Vitória – a partir de meados do século XX.

Além da prosperidade da economia cafeeira verificada nos anos de 1940-1950 que confirmou a vocação da cidade para as atividades comerciais e de serviços, “[...] o surto industrial promovido por Getúlio Vargas refletiu-se no Estado, especialmente em Vitória”. A implantação da Companhia de Ferro e Aço de Vitória-COFAVI, da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD e do moinho de trigo Buaiz foram importantes vetores de dinamização da economia urbana da capital, com rebatimentos na produção da segregação do espaço urbano. Ainda conforme Campos Junior (2001 p.84-85):

[...] A diferenciação espacial vai ficando mais evidente ano a ano. Fazendo uma aproximação histórica e tomando exemplos do passado, não havia separações entre pessoas de diferentes padrões de renda no espaço de morar na cidade - pobres e ricos moravam próximos. O problema sanitário manifestado nas grandes epidemias serviu para separar fisicamente as pessoas, segregando as de menor renda. A pretexto de desinfetar áreas insalubres produziu-se um outro espaço, padronizado, que diferenciava os lugares (áreas fisicamente localizadas) na cidade, podendo se tornar objeto da valorização imobiliária”.

Com a dinamização econômica, o incremento populacional e o aumento da demanda por terras e edificações, novas intervenções urbanísticas priorizavam a preocupação estética e embelezamento. Nesta perspectiva foram realizadas intervenções do poder público voltadas para “[...] a demolição dos elementos que denunciavam a presença da pobreza na paisagem, para construção de novos espaços” (KLUG, 2009, p.42).

As propostas de remodelagem sinalizavam também para a construção do cenário de beleza e modernidade pensada para além da área central, envolvendo também as regiões da Ilha do Príncipe e Santo Antônio, conforme relatório da Empresa de Topografia Urbanismo e Construção Ltda. Em Santo Antônio foi proposto a

demolição de favelas próximas ao cemitério e na área do manguezal, para possibilitar a integração da paisagem local no conjunto de “[...] um novo cenário digno de apreciação”; assim de acordo com a ideologia sanitaria e da modernização/embelezamento, na cidade “ o “feio” não tinha espaço, somente o que era considerado belo na paisagem poderia aparecer (KLUG, 2009,p.42).

Através dos projetos relacionados aos fatores trânsito e circulação, as intervenções urbanas, ao mesmo tempo em que sinalizavam para a valorização do centro da cidade, apontavam para a expansão da mancha urbana. Nesta perspectiva foram definidas a construção de “[...] vias à beira-mar que circundassem a ilha de Vitória, com a finalidade de coletar o tráfego local, além de se tornar um atrativo turístico” (KLUG, 2009:42).

Com o relativamente lento processo de crescimento e expansão urbana verificados até meados dos anos de 1940, é a partir dos anos de 1950, com o aumento da população e com o incremento da economia local, que começa a se verificar a “[...] escassez de terrenos em algumas áreas diferenciadas e mais valorizadas”, sobretudo no Centro de Vitória. É sob esse quadro que ganhará celeridade a ocupação de morros, quanto da expansão territorial acompanhada da mobilidade da população, principalmente no sentido leste, norte e noroeste, reproduzindo historicamente nessa cidade, padrões clássicos de segregação que passaram a coexistir (CAMPOS JÚNIOR, 2002:84).

No contexto da estruturação urbana, após os anos de 1950, o processo demográfico caracterizado pela intensa mobilidade no sentido rural-urbano, decorrente principalmente da política de erradicação dos cafezais, assim como do processo de modernização da produção agrícola, incrementou o contingente populacional da capital, tendo também contribuído para intensificar a segregação sócio-espacial, quando já se faziam visíveis às ocupações populares nos morros, assim como nos mangues da cidade de Vitória.

Trata-se da dinâmica que irá ratificar a desigualdade sócio-espacial também com a expansão do fenômeno da segregação urbana em direção a periferia e aos municípios vizinhos.

[...] Como não se pode admitir que tenha havido absorção integral da população que migrou para Vitória nos postos de trabalho gerados pelo comércio e serviços - vale lembrar que a taxa de crescimento populacional [nessa década] na capital foi quase três vezes superior a da década anterior -, o trabalhador excedente certamente proporcionou o nascimento, ainda que discreto, do mercado de trabalho em Vitória. A população de maior poder aquisitivo intensifica a ocupação das áreas centrais dotadas de melhor infraestrutura e de equipamentos, enquanto a de menor renda se instala em bairros, periferia, e nos municípios vizinhos (CAMPOS JUNIOR, 2002, p.106).

A partir da década de 1960 o crescimento e expansão urbana da cidade conheceu acelerado processo de ocupação dos morros e manguezais pelos pobres, tendo como correspondente, sobretudo, o êxodo rural advindo da segunda fase da política de erradicação dos cafezais (1962 e 1966), concomitante à modernização dos processos produtivos no campo, e que afetou “[...] profundamente a economia estadual com desdobramentos numa crise social sem precedentes” (CAMPOS JUNIOR, 2002,p.118).

Naquela ocasião a erradicação do café correspondeu a redução de 45% das áreas plantadas, com o desemprego imediato de 50 mil trabalhadores rurais, além da liberação de aproximadamente 150 mil pessoas das áreas rurais do estado (SEPLAN, 1978,p.12).

Paralelamente ao quadro indicado acima, as intervenções urbanísticas de caráter sanitaria, responsáveis pela reorganização e estruturação do espaço urbano, além de responder a demanda existente num contexto de escassez de lotes na área central, conformou um novo modo de vida urbano. Os prédios de apartamentos tornaram-se símbolo de status e de prestígio das classes privilegiadas, inserindo-se na produção do urbano como novo perfil de manifestação do fenômeno da segregação sócio-espacial, expresso na tipologia das construções a partir da distinção social também verificada com a valorização dos lugares seletivos no centro da cidade¹⁵ (SEPLAN, 1978,p.78). Ainda conforme Campos Júnior (2002, p.78):

¹⁵[...] A produção do espaço se dava de maneira seletiva evidenciando uns lugares em relação a outros, *conforme fosse o padrão ideológico do urbanismo da época*. Durante quase todos os primeiros 50 anos do século XX a lógica sanitaria e a preocupação em ganhar do mar terrenos alagados deram em Vitória a tônica das intervenções públicas. O plano de Saturnino de Brito para um novo arrabalde, que foi a primeira proposta de intervenção planejada para Vitória ainda no século XIX, tinha o cunho sanitaria. Como esta proposta só se efetivou décadas mais tarde, as intervenções de Jerônimo Monteiro (1908-1912) foram as que concretamente mudaram a fisionomia da cidade, criando um novo espaço, que rompe com o passado colonial de Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.135).

[...] Assim foi o que aconteceu em Vitória nas proximidades do Parque Moscoso, na Ladeira Dom Fernando e nas imediações das ruas Padre da Nobrega e Uruguai, área que, na década de 40, veio a ser denominada pejorativamente de “Favela de Ouro”, em razão das construções de melhor padrão realizadas nessa área a partir da segunda década do século XX.

A década de 1960 é marcada pelo impulso de significativas intervenções urbanas reafirmando a “elitização” do Centro da cidade e o despontar da região da Praia do Suá e da Praia do Canto na condição de bairros nobres em “germe”. A distância física e social entre pobres (ocupantes de morros e manguezais) e ricos residentes em distintas áreas do centro da cidade e nas áreas de expansão dotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos reiterou, na capital capixaba de então, sobretudo o padrão proposto por Hoyt, ainda que em coexistência com os demais padrões de segregação urbana.

Dentre as principais intervenções realizadas, a expansão do eixo rodoviário e de transportes intraurbano, juntamente com a conclusão das obras da BR-101 e BR-262, ligando Vitória ao Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte, assim como a construção de “estradas vicinais convergindo para os principais eixos rodoviários, as BRs” intensificou a condição da capital como importante centro das decisões políticas, econômicas e administrativas do Estado (CAMPOS JUNIOR, 2002, p.121).

[...] A importância do progresso dos meios de transportes, provocando e acentuando esta “revolução no modo de povoamento urbano” já era destacada desde o começo deste século, não apenas como elemento a ser considerado para a compreensão do processo de descentralização no interior da cidade, mas também para o entendimento dos fluxos populacionais entre cidades. Essa constatação evidencia a importância das relações que as cidades estabelecem com suas áreas de influência, não apenas para a compreensão dos papéis que desempenha numa divisão territorial do trabalho, mas também para a análise do próprio processo de estruturação interna do espaço urbano (SPOSITO, 1999, p.92).

Com os investimentos em infraestrutura, nas atividades industriais, logística e exportação e, por conseguinte, devido ao crescimento do setor de serviços, a partir dos anos de 1970, uma nova estrutura interna da cidade passa a manifestar contornos mais nítidos, sobretudo no que respeita ao fenômeno da segregação, como será visto no tópico seguinte. No compasso da manifestação de disfunções e des-economias associadas à excessiva concentração da área central da cidade, delineia-se a ocupação seletiva da zona norte da cidade, com a construção de mansões gestando aí o setor da cidade que se destacaria, nas décadas subsequentes, pela auto-segregação dos bairros de alto status social da cidade.

3.3 A Intensificação da Segregação Sócio-espacial na Cidade de Vitória

A partir das estratégias de inserção do Espírito Santo na nova dinâmica econômica a partir da década de 1970, que seria estruturada em grandes projetos industriais e portuário¹⁶, ganharam visibilidade os impactos resultantes de tais investimentos ocorridos principalmente na cidade de Vitória, frente ao descompasso entre industrialização e urbanização, sendo que, tais investimentos, contraditoriamente,

“[...] ao mesmo tempo em que provocam, com a indústria moderna, uma tendência crescente à aglomeração urbana, imprimem um triplice limite a qualquer organização racional de planejamento urbano: a cidade desempenha fundamental papel econômico o desenvolvimento do capitalismo, mas, inversamente, a urbanização é moldada de acordo com as necessidades de acumulação capitalista” (LOJKINE, 1997:82 *apud* SIQUEIRA, 2009:15).

Nesta fase, o incremento populacional e a seletiva forma de acesso a terra deram expressão ao fenômeno da segregação sócioespacial imposta no contexto do contraditório processo de reestruturação econômica decorrentes principalmente da implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - I e II PNDs. De acordo com Silva (2005, p.45).

[...]A Região da Grande Vitória não possuía infraestrutura para receber o grande fluxo migratório de pessoas do interior e de outros estados que para cá se deslocou, formando um elevado contingente de mão-de-obra pouco qualificada. Ocorreu, então, que o espaço urbano desenvolveu-se de forma desordenada, com a concentração dos Grandes Projetos Industriais quase todos na região da Grande Vitória, carente de infraestrutura básica. Esse foi um dos principais motivos de grande desorganização espacial e social.

¹⁶ “[...]É nesta etapa que vai ocorrer a segunda e decisiva forma de integração do Espírito Santo ao sistema capitalista nacional. Trata-se da implantação, no território capixaba, mais precisamente na região da Grande Vitória, de projetos industriais de grande porte, voltados para os setores de transformação, principalmente de atividades indispensáveis à complementação e integração do parque produtivo nacional (minério de ferro, celulose, madeira, alimentos e siderurgia), projetos que vão completar o ciclo de inserção do estado no processo de modernização da economia nacional. Os projetos foram agrupados em cinco complexos, sendo três do setor secundário siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e dois do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual)(SIQUEIRA:2009:7-8).

Com o I PND -1972-74 e o II PND-1975-79 os investimentos são direcionados às atividades de modernização portuária e implantação dos chamados Grandes Projetos Industriais, que na cidade de Vitória e nos municípios de Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, integrantes da Região Metropolitana, proliferou os assentamentos subnormais: ilegais e precários¹⁷.

Mapa Nº 02 - Concentração dos Grandes Projetos Industriais no ES.



Neste contexto de reestruturação da economia local, de acordo com dados do IBGE e do IJSN, (Quadro nº. 01), de 1960 a 1980 a população do município de Vitória saltou de 83.351 para 207.747 habitantes em 20 anos, dos quais 44,2% corresponderam em 1980 ao percentual de população carente (com renda entre $\frac{1}{4}$ e 3 salários mínimos).

¹⁷[...] São ilegais porque estão fora do mercado imobiliário formal e desobedecem às leis que regulam e normatizam o uso do solo urbano; são precários porque excluídos dos grandes benefícios do urbano moderno. (ROLNIK, 1990, p.3)

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Cariacica	15228	21741	39608	101422	18908 9	27453 2	324285	34873 8
Serra	6415	9245	9192	17286	82581	22215 8	321181	40926 7
Viana	7661	5896	6571	10529	23440	43866	53452	65001
Vila Velha	17079	23127	55589	123742	20340 6	26558 6	345965	41458 6
Vitória	4521 2	50922	83351	13301 9	20774 7	25677 7	29230 4	32780 1
G.Vitória	10285 1	12328 1	20917 2	410103	74475 9	11266 38	142558 7	15653 93
E. Santo	75010 7	86156 2	11695 53	159933 3	20233 40	26006 18	309723 2	35149 52

Quadro Nº 01- Participação de Alguns municípios da Grande Vitória na evolução populacional do Espírito Santo: 1940-2010 - Fonte: IBGE/IJSN/2010

Na cidade de Vitória, mesmo com área de menor extensão e comprometida pela presença de barreiras físico-geográficas, até o ano de 1980, verifica-se a maior concentração populacional em relação aos demais municípios, tendo em vista os investimentos governamentais estratégicos realizados nos setores produtivos, infraestrutura e exportação. O crescimento populacional também é verificado com intensidade nos municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana que passaram a receber a influência direta da capital enquanto centro estadual de “[...] tomada de decisões, informações, transações comerciais, financeiras e de prestação de serviços públicos, além de ser o vetor de difusão cultural e tecnológica” (LEMOS, 2010, p.254).

Em alguns destes municípios próximos a Vitória, o número de habitantes chegou a triplicar tendo em vista também o movimento migratório originado das cidades do interior do Espírito Santo, além de outros Estados, a exemplo de Minas Gerais e da Bahia.

[...] Entre 1960-1980, a população da Grande Vitória passou de 198.265 habitantes para 706.263. Estes dados mostram que o processo de urbanização estava ultrapassando os limites da municipalidade de Vitória, começando a surgir ao redor da capital um anel de subúrbios concentradores de problemas sociais (SIQUEIRA, 1991:107-16).

Neste contexto, uma nova dinâmica e configuração urbana foi sendo definida quando as áreas sem valor imobiliário, integradas pelos morros, encostas e

extensos manguezais, gradativamente foram sendo ocupadas por trabalhadores assalariados e desempregados posicionados à margem do processo de acumulação capitalista (SIQUEIRA, 2001).

A intensificação do processo de verticalização das construções, notadamente a partir da área central, foi paulatinamente se sobrepondo a formas urbanas pretéritas ainda presentes no Centro da cidade de Vitória. A articulação entre o mercado imobiliário e planejamento urbano jogou, nesse contexto, um papel decisivo, pois,

[...] O planejamento urbano adotado na cidade de Vitória a partir da década de 1970 permitiu que o seu crescimento fosse direcionado pelos interesses do mercado imobiliário. A densificação do Centro da cidade continuou ocorrendo através de uma verticalização cada vez mais forte e agressiva à paisagem. A ação imobiliária ampliava-se, dominando todo o cenário de crescimento e alteração da paisagem da área central. [...] Ao final da década de 1970, o Centro de Vitória - já alterado e deteriorado visualmente - não comportava mais o aumento exacerbado de fluxos provocado pelo crescimento da densidade. Com as deseconomias geradas pela aglomeração das atividades na área central, esse espaço começou a se apresentar saturado e inadequado para novos investimentos (KLUG, 2009, p.56).

Com o processo de verticalização orientando-se em direção à porção leste e norte da cidade, sobretudo a partir da década de 1980, verifica-se, também, uma significativa intensificação do fenômeno da segregação sócio-espacial na organização interna da capital. Através da formação bairros prevalentemente verticalizados de alto status, a segregação ganha novos significados, na medida em que a forma “condominial” das edificações verticalizadas,

[...] evidenciam os contrastes entre as pessoas que passavam a ocupar essa nova forma de moradia com o “mundo exterior”. O convívio social dos moradores desses condomínios limita-se às áreas “cercadas” pelos muros, que impedem o contato com o “mundo de fora”. A rua torna-se lugar exclusivo para a circulação. Criam-se novos “espaços públicos de lazer” dentro do condomínio fechado” (GOMES, 2009, p.43).

Ainda de acordo com Klug (2009), a expansão da malha urbana sobre o aterro da Praia do Suá, a incorporação das Ilhas do Frade e do Boi, assim como a expansão sobre o litoral na região da Praia do Canto, resultou também em numa nova dinâmica urbana expondo formas modernas de edificações, além da infraestrutura e serviços urbanos implementados no local.

Neste sentido, em Vitória, concomitante à expansão urbana e espacialização seletiva das classes sociais, as ocupações desordenadas de áreas de manguezais,

encostas e morros da cidade, reafirmaram o quadro de contradições e conflitos urbanos. À forma de segregação imposta, cada vez mais, foi se associando o agravamento das questões sociais tendo em vista principalmente os consideráveis índices de desemprego, além do quadro de pobreza, miséria e violência também verificado nos municípios do entorno (SILVA, 2005:45).

Na lógica do crescimento e urbanização orientada pelos interesses de produção, circulação, distribuição e consumo, além da distância espacial, a distância social entre os grupos sociais economicamente diferenciados permitiu confirmar a expressividade do processo de segregação sócio-espacial imposta; visível não apenas a partir do lugar e do tipo de moradia, mas principalmente no cotidiano do modo de vida marcado pelo estigma de pobreza e da violência nos assentamentos informais e precários de Vitória e municípios do entorno próximo (SILVA, 2005, p.85-87).

[...] Em meados dos anos 70, Vitória era um centro altamente congestionado, e com considerável expansão da população favelada. É a partir de 1977 que tem início o processo de invasão da região do contorno da ilha (lado norte/noroeste), formada por manguezais e morros, local onde a Prefeitura despejava o lixo da cidade (SILVA, 2005, p.52).

No centro da cidade, a partir de meados da década de 1970, com o crescente adensamento populacional, a intensificação dos fluxos e o visível processo de degradação¹⁸, o intensificado movimento de transferência das elites para os bairros nobres localizados em direção a Praia do Suá, Praia do Canto e entorno, dinamizou o mercado de terras; a valorização imobiliária, favorecendo a especulação e tornando ainda mais seletiva as formas de acesso a terra e a moradia.

[...] Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e a habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias” (SANTOS, 2001, p.106).

¹⁸[...] Ao final da década de 1970, o Centro de Vitória, já alterado e deteriorado visivelmente- não comportada mais o aumento exacerbado de fluxos provocados pelo crescimento da densidade. Com as deseconomias geradas pela aglomeração de atividades na área central, esse espaço começou a se apresentar saturado e inadequado para novos investimentos. O Aterro da Praia do Suá e a construção de uma nova ponte de ligação com Vila Velha no local reforçaram os indícios da transferência da verticalização para a região dos bairros da Praia do Canto, Bento Ferreira e Praia do Suá” (KLUG, 2009,p.57).

Nestes termos, a partir das contradições sociais inerentes a produção da cidade,

“[...] surgem e se expandem na Grande Vitória inúmeros bairros periféricos que juntamente com as favelas alojam a classe trabalhadora empregada. É nessa área, que se concentra tanto a pobreza da cidade, como a de seus habitantes. A ocupação dos morros, mangues e baixadas no centro da cidade e na periferia da aglomeração; a formação de novas favelas e expansão de bairros carentes foram uma consequência deste processo, que provocou um maior empobrecimento, na região da Grande Vitória” (SIQUEIRA, 1991, p.27).

De acordo com dados apresentados na tabela abaixo, em 1980, na cidade de Vitória foi constatada a existência de 32 assentamentos informais em áreas de baixadas, mangues e morros, onde residiam 97.221 mil habitantes. Como nas ocupações em áreas de mangue (foto nº. 06), nos assentamentos considerados informais e precários, os habitantes conviviam com a ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Tabela 01 - Assentamentos informais e precários da Grande Vitória (1980)

Unidades urbanas	Localização	Qtde.	Número de Habitações	Número de Habitantes
Vitória	-Baixadas e Mangues	07	3.186	15.930
	-Morros	25	16.830	81.291
Vila Velha	-Baixadas e Mangues	26	17.228	81.291
	-Morros	08	4.250	21.250
Cariacica	-Baixadas e Mangues	03	3.380	21.980
	-Morros	09	6.950	39.400
Serra	-Baixadas e Mangues	03	1.900	8.500
	-Morros	02	1.200	6.900
Total	-Baixadas e Mangues	39	25.694	132.550
Total Geral	-Morros	44	29.230	148.481
		83	54.924	281.391

Fonte: Ipes:Diagnósticos da situação das favelas, bairros carentes e segmentos de pobreza. P35-37.

De acordo com Siqueira (1991), num contexto de ausência de políticas públicas capazes de disciplinar a distribuição regional equitativa dos investimentos, bem

como, de regulamentar a implantação dos projetos na perspectiva de redução dos impactos, além do fenômeno da segregação sócio-espacial, tornou-se marcante o agravamento do quadro de desigualdades sociais. Com o considerável aumento populacional verificado após os anos de 1970, além de Vitória, nas cidades do entorno, à exemplo de Cariacica, Serra e Vila Velha, tornaram-se visíveis os impactos negativos resultados da modernização econômica excludente, a exemplo das comprometidas condições de vida do considerável número de população carente (SILVA, 2003).



Foto nº. 06 - Palafitas: Ocupação dos Manguezais na Porção Noroeste de Vitória
Fonte: PMV/1990

Neste sentido, associado ao movimento de diversificação econômica (indústria, comércio, serviços), verificou-se o “confinamento” social dos pobres em áreas segregadas, marcados principalmente pelas desigualdades sociais e pelo estigma de pobreza associado à violência (SILVA, 2005).

Conforme verificado na exposição de dados da Tabela nº. 02, referente a população economicamente ativa na região da Grande Vitória, no ano de 1980, o expressivo número de assalariados e sem rendimentos confirma as contradições estruturais do modelo de desenvolvimento agravadas principalmente em decorrência da “[...]falta de políticas públicas de investimentos básicos na área da saúde, da habitação e da educação, inclusive de incentivos na qualificação de trabalhadores” (SILVA,2005,p.70).

Tabela 2 - Pessoas Economicamente Ativas na Grande Vitória-1980-(por rendimento e sexo)

Classes de Rendimento	Pessoas Economicamente Ativas			
	Total	%	Homens	Mulheres
Até ¼ do salario mínimo	8.494	1,6	2.387	6.107
+ de ¼ a ½ salario mínimo	22.284	4,2	6.619	15.665
+ de ½ a 1 salario mínimo	53.421	10,0	26.353	27.068
+ de 1 a 1/ ½ salario mínimo	58.609	11,0	38.673	19.936
+ de 1 ½ 2 salários mínimos	34.418	6,5	25.852	8.566
+ de 2 a 3 salários mínimos	41.339	7,8	31.962	9.377
+ de 3 a 5 salários mínimos	33.269	6,3	25.762	7.507
+de 5 a 10 salários mínimos	24.988	4,7	20.162	4.826
+de 10 a 20 salários mínimos	10.528	2,0	9.084	1.444
+ de 20 salários mínimos	4.649	0,9	4.404	245
Sem rendimentos	238.385	44,7	67.968	140.417
Sem declaração	1.695	0,3	743	952
Total	532.079	100	259.969	272.110

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1980. Mão-de-obra. Rio de Janeiro: 1983 p. 232-37 (SIQUEIRA, 1991, p.126).

É assim que, com base nos dados acima, constata-se um quadro social no qual,

“[...] que grande parte dos trabalhadores encontrava-se numa situação que pode ser classificada como de subempregos, e que as atividades formais de trabalho urbano só conseguiam uma parte da população. Logo os baixos rendimentos e a falta de trabalho, aliados ao elevado contingente migratório, contribuíram para o agravamento dos problemas urbanos e afetaram a qualidade de vida da população” (SIQUEIRA, 2001, p.126-7).

No contexto das graves questões sociais urbanas, além da proliferação de assentamentos informais e precários a intensificação do fenômeno de segregação sócio-espacial se efetivou também através da ação do Estado na construção de

conjuntos habitacionais localizados nas periferias, muitos deles transformados em bolsões de miséria e pobreza (REZENDE, 2005).

Em referência aos problemas urbanos agravados durante as décadas de 1980-2000, tornou-se evidente “[...] a inexistência de políticas urbanas, com capacidade de fazer frente aos problemas que passaram a marcar a vida da cidade”. Ainda, conforme Siqueira (2001:71) “[...] a primeira evidência seria o caso, da necessidade da região se preparar quantitativamente no que se referem os serviços básicos como: saúde, educação, habitação, segurança, transporte coletivo, lazer, etc”.

Conforme dados da tabela abaixo, o expressivo contingente de carentes na capital e nos municípios vizinhos confirma o quadro de desigualdades socioeconômicas e de segregação sócio-espacial imposta, tendo em vista principalmente a “[...] ascensão da pobreza, da pauperização de grande parte das classes médias, o agravamento da situação de isolamento social dos pobres urbanos, concomitante aos altos índices de violência” (SILVA, 2003, p.54).

Tabela 03 -População carente da Grande Vitória – 1980

Municípios	População	População carente	%
Vitória	207.747	103.080	49,6
Vila Velha	203.406	119.200	58,6
Cariacica	189.089	83.537	44,2
Serra	82.591	22.603	27,3
Viana	23.440	10.087	43,0
Total	706.263	338.507	47,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo-1980. Foram consideradas população carente, famílias com renda entre ¼ e 3 salários mínimos.

Com a expansão da mancha urbana, as formas de segregação imposta e de auto-segregação ganharam maior visibilidade, sobretudo com a predominância da população pobre ocupando os morros e manguezais, principalmente na porção

noroeste e sudoeste da cidade de Vitória, destacando o isolamento espacial dos pobres em relação a outros grupos sociais (SILVA, 2005, p.54).

Na cidade de Vitória, a localidade denominada Mangue Seco-Andorinhas apresenta-se como expressão contundente do modo com o qual o fenômeno da segregação imposta se realiza. O próximo item é reservado à qualificação preliminar desta área, visando demonstrar a aderência entre o recorte temático da segregação e o recorte espacial que elegemos para o estudo de caso.

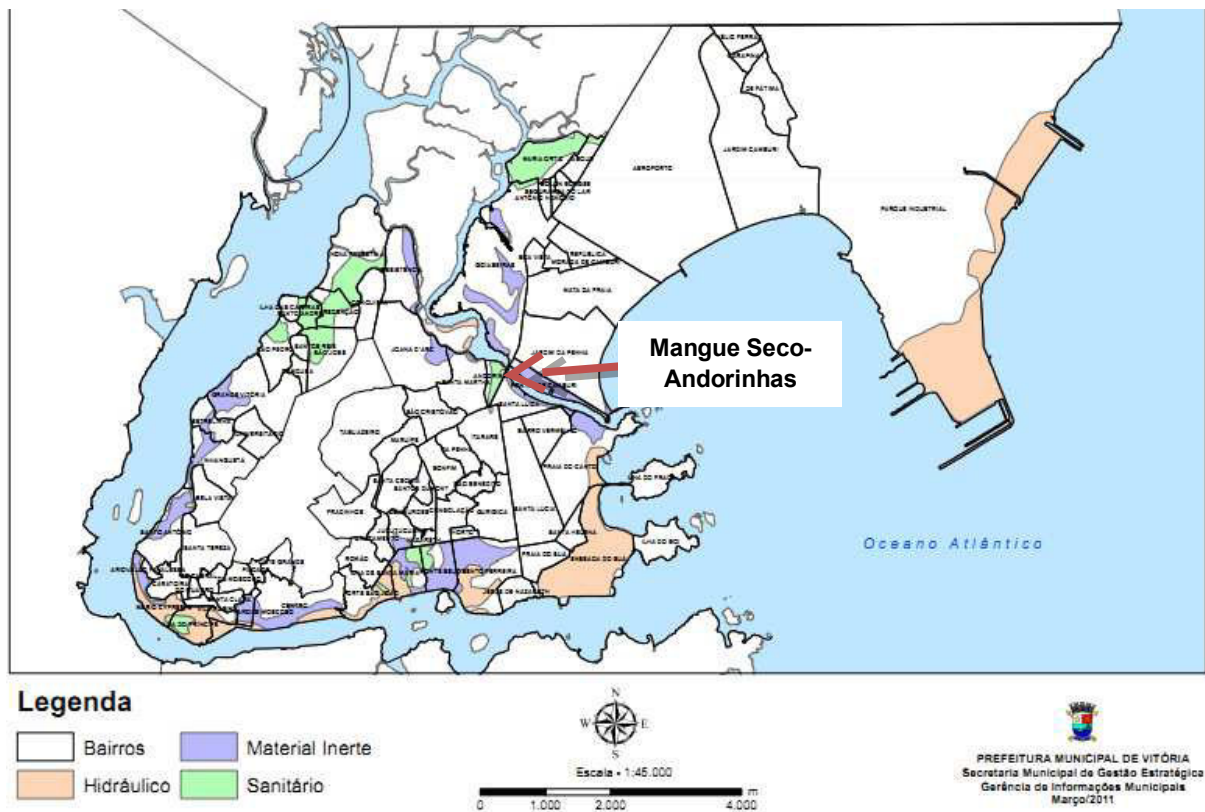
3.4 Mangue Seco - Andorinhas como Expressão da Segregação em Vitória: Apresentação Preliminar.

Embora se manifestasse de modo tímido desde as décadas iniciais do século XIX, é a partir das décadas de 1960 e 1970 que se tornou expressiva a ocupação dos morros, encostas e principalmente dos manguezais da Ilha de Vitória. Inicialmente, a prática de aterro das áreas de alagados e manguezais esteve relacionada aos interesses de embelezamento e modernização da cidade¹⁹. Nestes termos, extensas áreas de mangues foram sendo aterradas também com o uso de entulhos e lixo resultando na expansão territorial da cidade sobre os manguezais²⁰.

¹⁹[...] Segundo Villaça (1999), sob a égide do embelezamento é que surgiu o planejamento brasileiro cuja inspiração era fundamentalmente europeia. As áreas alagadiças contíguas ao centro foram suprimidas, tidas como insalubres e esteticamente indesejáveis. O processo subsequente corresponde a uma nova ordem urbana, ou seja, imposta pela produção que exige um espaço de circulação eficaz. Nessa perspectiva, o município de Vitória não tinha para onde se expandir, e a solução encontrada foi na anexação de terras através de aterros ao mar. Estes aterros foram sendo promovidos sucessivamente pelo poder público e marcaram o processo de urbanização de Vitória” (BARBOSA, 2004,p.86).

²⁰[...] “Os aterros de mangue em Vitória, revelados pela bibliografia do geógrafo-historiador e administrador das Unidades de Conservação da prefeitura de Vitória, Willis Farias, começaram pela região onde é hoje a Praça Costa Pereira. Na época os escravos lançavam, à noite, tonéis de lixo doméstico, com fezes -a contaminação dos mangues de Vitória com esgoto in natura é histórica- e restos de alimentos. Em 1860 começou o aterro da região onde é hoje a Avenida Jerônimo Monteiro. No início do século XX, os manguezais localizados na região do Parque Moscoso e do bairro Jucutuquara também não resistiram ao processo de urbanização da época. Um processo contínuo até a região de São Pedro e bairros mais próximos, o último grande aterro da cidade, entre 1981 e 1992. (...) Em Vitória, 45% dos manguezais sucumbiram à criação e ao desenvolvimento urbano da Capital. (...) “Vítima de invasões, aterros por lixo, entulhos e dragagem, e do esgoto doméstico in natura, os mangues cederam espaço para a ocupação urbana (ROCHA, 2002).

Mapa Nº. 03 - Vitória: Áreas Aterradas por Tipo de Aterro



Fonte: PMV/2011- Alterações feitas pelo autor em 2012.

No processo de ocupação das áreas desprovidas de interesse imobiliário a exemplo da progressiva ocupação dos manguezais, intensificada nos anos de 1970 e 1980, surgiram diversos assentamentos que passaram a ser considerados como “precários e informais”. Mangue Seco-Andorinhas é uma destas áreas, localizada na porção noroeste da Ilha de Vitória, resultado de ocupações que progressivamente estenderam-se ao longo do Canal da Passagem.

Conforme divulgado pela imprensa, por ocasião da ocupação do mangue, foram erguidas palafitas autoconstruídas com a utilização de madeiras, e sucatas, unidas umas às outras por “pinguelas”: estreitas passagens de madeiras suspensas sobre o mangue. A origem do nome “Andorinhas” está, assim, associada à

[...] frequência dos voos rasantes logo foi motivo para batizar o local do pouso das aves de bairro Andorinhas, que começou a ser habitado, há mais de 60 anos. A maioria dos moradores daquela época construía os barracos à beira do mangue. Além das condições precárias, os primeiros habitantes também tinham que enfrentar a prefeitura, já que o local havia sido ocupado irregularmente. Quem Viveu naquele tempo conta que a comunidade travou uma verdadeira batalha para garantir um teto” (Jornal A Tribuna, 01/02/2002).



Foto Nº. 07 – Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas

Fonte: Arquivo Público da PMV/1973

Na condição de assentamento informal e precário implantado sobre o mangue e incorporado ao bairro Andorinhas (oficialmente criado em 1975), de acordo com dados do IBGE (2000), 90,12% dos responsáveis pelos domicílios eram alfabetizados com tempo médio de 7 anos de estudo. Com renda média de dois salários mínimos, no ano de 2000, predominava no bairro a população adulta, cuja faixa etária estava entre 20 e 59 anos, correspondente a 57,16% do total da população local.

Através de indicadores²¹ agrupados em quatro dimensões e utilizados para mensurar o Índice de Qualidade Urbana-IQU²² no período compreendido entre 1991 e 2000,

²¹“Para Kayano (2001), indicadores são instrumentos importantes para controle da gestão e verificação de eficiência e eficácia não apenas na administração privada, mas também e principalmente na administração pública, por permitirem comparar situações entre localidades (espaços) ou entre períodos diferentes de um mesmo município ou estado. Pode-se dizer que os indicadores são, por um lado, importantes ferramentas gerenciais de gestão para a administração pública; e, por outro, um instrumento fundamental para a fiscalização da gestão pública por parte dos movimentos populares. Os indicadores também servem para identificar variações, comportamentos, processos e tendências; indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas; possibilitar a comparação entre países, cidades ou municípios, como, por exemplo, acompanhar as mudanças da qualidade de vida de determinada cidade num período de dez anos, ou comparar cidades ou países com perfis semelhantes num mesmo período. (PMV, 2004, p.18)”.

²²“O IQU constitui-se num índice desenvolvido pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), composto por quatro dimensões, a saber: *dimensão educacional*, *dimensão renda*, *dimensão habitacional* e *dimensão ambiental*. O IQU caracteriza-se por ser um indicador quantitativo, descritivo e composto, constituindo-se no resultado da composição de outros indicadores simples. A escolha do IQU fundamenta-se basicamente em três pontos: primeiro, por ser um indicador que utiliza exclusivamente os dados do censo universo do IBGE que, nesta etapa inicial

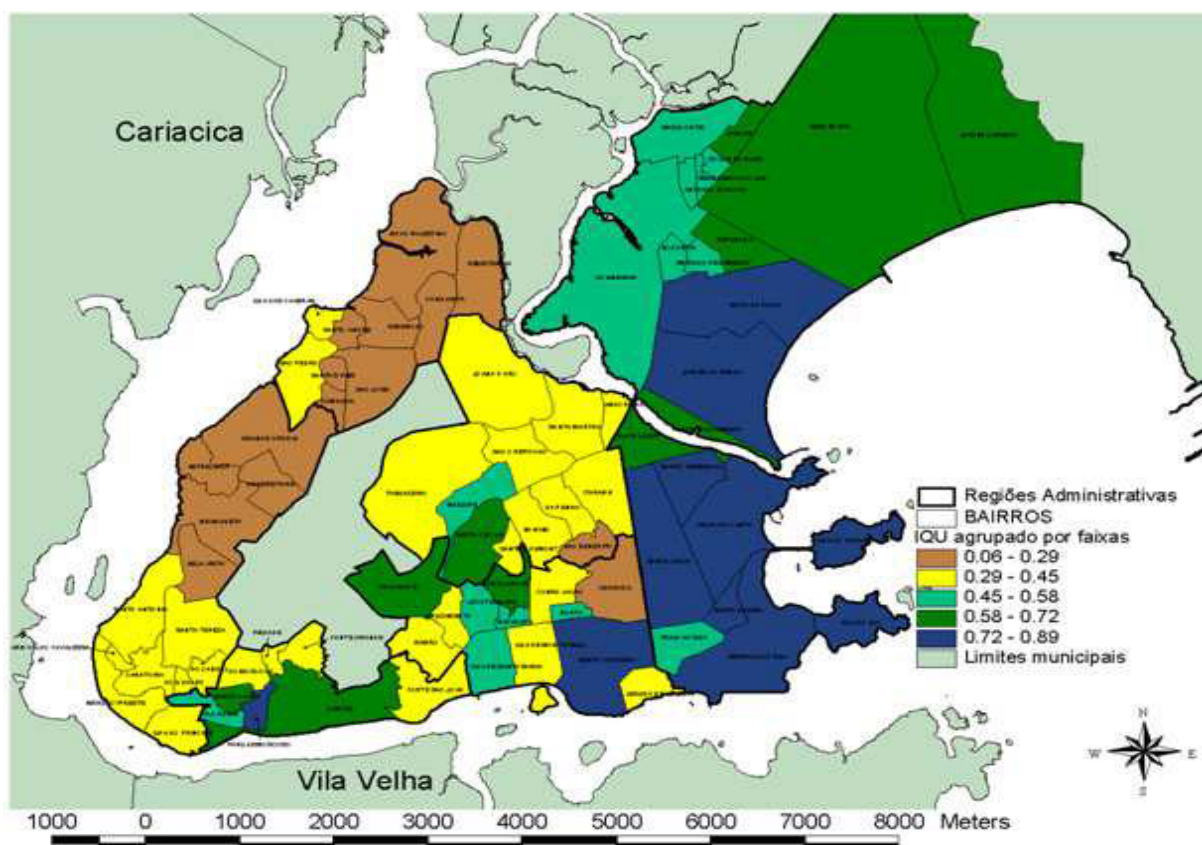
foram analisados os dados referentes a dimensão educacional, dimensão de renda, dimensão ambiental e dimensão habitacional, sendo cada uma delas dimensionadas a partir de indicadores correspondentes. São como será evidenciado, no que segue, informações fundamentais para fornecer uma qualificação prévia de Mangue Seco – Andorinhas como expressão da segregação na cidade de Vitória.

De acordo com metodologia utilizada para cálculo do IQU e tendo em vista os indicadores das respectivas dimensões de análises comparativas então apresentadas (educacional, renda, ambiental e habitacional)²³, o Índice de Qualidade Urbana referente Mangue Seco-Andorinhas no ano de 1991, situou-se na faixa de 0,45 a 0,58. No ano 2000, conforme exposto na figura de nº. 16, o Índice de Qualidade Urbana de Mangue Seco-Andorinhas ficou entre 0,47 a 0,59, quando principalmente em relação a dimensão educação, o relatório final elaborado pelos técnicos da PMV registrou a seguinte situação:

“[...]deve-se ter em mente que um longo percurso ainda tem de ser percorrido na questão educacional do município – seja na questão de erradicação do analfabetismo adulto seja em relação ao aperfeiçoamento profissional dos responsáveis pelo domicílio. Os dados informam que mesmo com a melhora observada nos três indicadores, os números relativos às regiões carentes da cidade continuam significativamente aquém das regiões nobres. Em outras palavras, mesmo com as melhoras observadas, as primeiras regiões continuam a apresentar um elevado número de analfabetos um substancial percentual de responsáveis pelo domicílio com baixa escolaridade e uma proporção reduzida de chefes de família com elevada escolaridade – ao contrário dos resultados verificados nas regiões mais ricas(PMV,2004).

do trabalho, permitiu o cálculo de um indicador tendo como base apenas uma fonte de dados. Segundo, por ter como base territorial de dados os setores censitários utilizados na pesquisa do censo do IBGE, existe a possibilidade de fácil adequação aos limites espaciais dos bairros de Vitória. Por fim, o cálculo do IQU leva em consideração onze variáveis, cujos resultados permitem a classificação e a análise quanto à convergência ou não dos espaços territoriais estudados, auferindo a qualidade urbana de forma integrada através de indicadores relacionados aos domicílios e à sua população. (PMV, 2004, p.13-14)”.
²³ Ver tabelas no anexo 01.

Mapa N°. 04 - IQU Geral Médio, 1991-

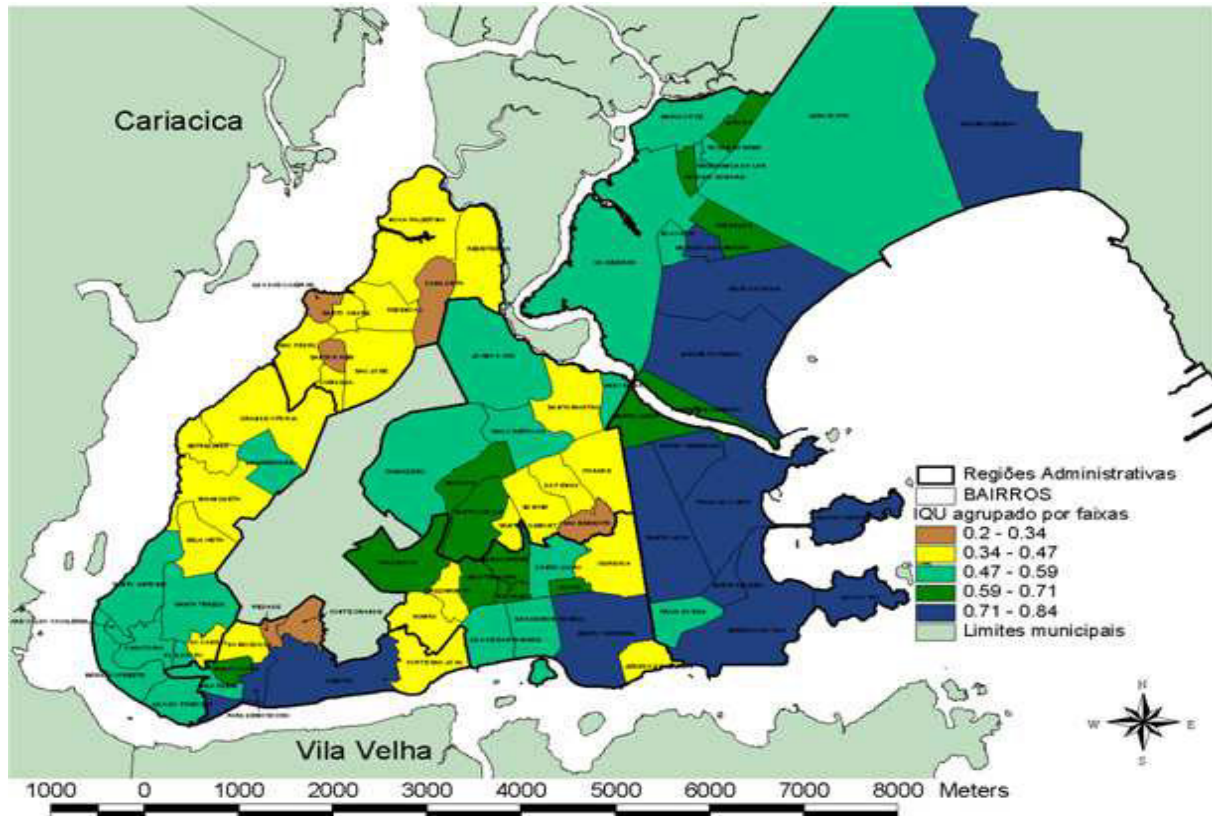


Fonte: PMV/SEMFA/NGTI/GEO

Ainda conforme apontado pelo relatório final referente ao IQU comparativo entre 1991 e 2000, com relação a dimensão , renda e habitação,

“[...]mesmo com o aumento moderado registrado no poder aquisitivo na cidade, tais ganhos não foram suficientes para reduzir a desigualdade de renda encontrada no município – visto que constatou-se um aumento mais expressivo na renda dos chefes de família residentes em bairros de maior poder aquisitivo, levando a uma concentração de renda em favor desses chefes residentes nesses bairros; (b) a existência de uma relação estreita entre escolaridade e renda dos chefes de família. Tal constatação denota que o problema da desigualdade de renda do município tende ao agravamento no curto prazo – em razão do baixo nível de escolaridade apresentado pelos chefes de família residentes nas regiões mais carentes -, havendo, portanto, necessidade de uma política corretiva por parte da administração municipal, com prioridade para a qualificação profissional do chefe de família - como forma de mitigar tal tendência. pode-se constatar uma tendência moderada de homogeneização dos índices de qualidade urbana da cidade. Não obstante, apesar da melhora apurada no aspecto habitacional, pôde-se verificar a necessidade de se implantar uma política pública habitacional mais ativa para correção de alguns pontos ainda falhos - notadamente, o indicador relacionado ao conforto do lar, em que averiguou-se que cerca de 3,3% dos domicílios, concentrados nas regiões mais carentes da cidade não apresentavam um único banheiro sequer”(PMV/2004).

Mapa nº.05- IQU Geral Médio, 2000 -



Fonte: PMV/SEMFA/NGTI/GEO

Assim, é no contexto da dinâmica de estruturação e organização interna do espaço urbano da cidade que interessa-nos então destacar as questões básicas que nos incitam à pesquisar Mangue Seco-Andorinhas como expressão da segregação imposta em Vitória:

- 1- Quais os principais atributos associados à gênese da segregação de Mangue Seco – Andorinhas no contexto de crescimento e expansão urbana da cidade de Vitória?
- 2- De que modo se efetivou a ação dos agentes sociais de modelagem do espaço urbano, notadamente, os moradores da área como *grupo social excluído* e o *Estado*, na produção da segregação imposta em Mangue Seco – Andorinhas?
- 3- Quais as repercussões resultantes das intervenções urbanísticas realizadas pelo poder público em Mangue Seco - Andorinhas?

- 4- Tendo em vista os objetivos propostos no contexto das intervenções realizadas através do Projeto Terra, quais os atributos que definem o fenômeno da segregação sócio-espacial em Mangue Seco - Andorinhas na atualidade?

A partir das questões apresentadas, buscaremos, no próximo capítulo, contribuir ao entendimento do fenômeno da segregação imposta em Vitória, a partir de uma análise sobre o caso específico de Mangue Seco-Andorinhas.

4 ANÁLISE DE MANGUE SECO-ANDORINHAS COMO EXPRESSÃO DA SEGREGAÇÃO EM VITÓRIA.

O presente capítulo aspira contribuir ao entendimento de Mangue Seco-Andorinhas como expressão da segregação imposta em Vitória, elegendo como fio condutor básico, embora não exclusivo, a análise crítica do papel dos principais agentes sociais envolvidos na formação e transformações mais relevantes que área conheceu desde sua gênese, quais sejam: dos moradores da área, encarnando a figura teórica dos grupos sociais excluídos; e do Estado, através das ações (e omissões) do poder público sobre a área.

Para tanto, propomos destacar dois momentos de análise - que estruturam, respectivamente, o presente capítulo - dos quais o primeiro (4.1) irá focalizar os atributos associados desde a origem da área até meados da década de 1990; perfazendo um período marcado, como será observado, por um lado, pelo papel decisivo dos moradores de Mangue-Seco Andorinhas na condição de grupo social excluído como agente social protagonista da estruturação da área, e; por outro lado, pela ação “contraditória” do poder público, que oscilaria – no referido período – desde a mais patente omissão, à inépcia de ações pontuais até as reações violentas contra a ocupação da área.

Num segundo momento (4.2) a análise irá focalizar o papel decisivo que, notadamente, a partir de meados da década de 1990, as propostas de intervenções do poder público exerceriam na condução ulterior de transformações urbanísticas de grande monta em Mangue Seco – Andorinhas. Trata-se, como será evidenciado no que segue, de um período a partir do qual, sobretudo as intervenções associadas ao Projeto Terra²⁴ encerrariam um papel de fundamental importância nas transformações que visavam afetar diretamente o significado da área como manifestação da segregação em Vitória. A análise do referido projeto, desde sua concepção; suas propostas de intervenção no setor da cidade que envolve Mangue Seco – Andorinhas; bem como, sobretudo, seus desdobramentos efetivos sobre a área, constituem o cerne desse segundo momento do presente capítulo.

²⁴Como será explicitado, de modo detalhado no capítulo 4, o Projeto Terra constitui um instrumento das políticas públicas de intervenções urbanas estruturante do Plano Estratégico Vitória do Futuro (1996-2010), em especial no tratamento da questão habitacional e requalificação dos bairros pobres de Vitória, conforme diretrizes da Agenda 21.

4.1 Elementos da Produção de Mangue Seco-Andorinhas como Área Segregada em Vitória

A origem de Mangue-Seco/Andorinhas enquanto área segregada em Vitória está como será evidenciado, no que segue, indissolúvelmente associada à apropriação do mangue enquanto alternativa área criada para fins de moradia.

A ocupação do mangue pelos pobres está invariavelmente vinculada às contradições inerentes ao acesso desigual da terra urbana pelas diferentes classes sociais no processo apropriação e de estruturação interna da cidade. A princípio considerado lugar sujo, fétido e abjeto, o mangue, na maioria das cidades litorâneas do país, antes mesmo de ser objeto do discurso ambiental e preservacionista, tornou-se lugar de solo criado e expandido em decorrência da ação dos agentes sociais de produção e consumo da cidade (SOUZA, 2003).

Na cidade de Vitória, mais precisamente na porção noroeste da ilha, a ocupação do mangue pelos pobres esteve associada ao fato dele também ter sido utilizado previamente como aterro sanitário: depósito de lixo e entulhos que, uma vez compactados acabou por promover, ulteriormente, a geração de solo-mercadoria. É assim que, em muitos casos, uma vez incorporadas ao tecido urbano, não é incomum que as áreas de manguezais tenham sido requalificadas, para usos diversos, relacionados principalmente aos interesses de reprodução e acumulação capitalista (DIEGUES, 1987; DIAS, 1994; ROCHA, 2002; LOBINO, 2008).

Na porção noroeste da ilha de Vitória, foi notadamente a partir das décadas de 1950-1970²⁵, que se intensificou a prática de aterro, paralelamente ao movimento de expansão territorial e urbana da cidade. Na porção leste e norte do litoral da cidade, as áreas sobre o mangue, uma vez assimiladas ao tecido urbano, foram ulteriormente destinadas a constituição de bairros residenciais nobres de expressivo valor imobiliário, além de destinarem-se à atividades comerciais, à implantação de plantas industriais e projetos de infraestrutura logística e portuária. Trata-se, a propósito, do setor que atualmente envolve as áreas de auto-segregação do grupo de alto *status* da capital.

²⁵ Embora através de depoimentos tenha sido indicado um início de ocupação já no final década de 50, tratava-se de uma ocupação incipiente que somente viria a ganhar expressão ao longo das décadas de 60 e 70.

“[...] o pessoal conta que já tinham umas poucas construções antes. Gente que foi chegando do interior do Espírito Santo e de Minas Gerais, tinha gente da Bahia também...isto lá pelos anos de 1950 e início de 60...daí durante o ano de 1960 e lá pelos anos de 70 foi mais forte....algumas famílias iam chegando e ocupando depois elas mesmo vendiam um pedaço ocupado pra um e para outro”(Dona Bela).²⁶

A ocupação tornou-se mais expressiva ao longo da década de 1960 e, sobretudo, ao longo da década de 1970, com a chegada de famílias migrantes do interior do Espírito Santo, bem como também do estado de Minas Gerais e da região sul da Bahia. Neste período a população de Vitória saltou de 83.351 para 133.019 habitantes, um aumento de aproximadamente 63% (Siqueira, 2001). Trata-se de um período de significativas transformações da paisagem urbana, resultado das novas estratégias de articulação dos agentes sociais na produção e modelagem do espaço urbano da cidade (CAMPOS, JR, 2009); quando, também, Mangue Seco - Andorinhas se estruturou basicamente na condição de lócus da reprodução da força de trabalho.

Afim de fornecer uma breve ilustração dos problemas associados a precariedade da condição de moradia que, nos idos da década de 1960 - portanto, a partir do período em que se dá mais significativamente a gênese da ocupação em Mangue-Seco/Andorinhas - os moradores da área estavam submetidos, destaca-se, no que segue, o depoimento de um morador que viveu a época:

[...] Vim de Baixo Guandu, eu e minha família lá pelos anos de 1967...já tinha um cado de barraco de madeira construído. Eu comprei este pedaço aqui...tinha uma pedra grande e então eu paguei para quebrar a pedra que foi distribuída com a vizinhança toda....assim o terreno ficou maior....daqui eu via os barracos lá pra frente e via a maré também ..lá longe. Consegui trabalho na distribuidora da Brahma que ficava onde é hoje aquele prédio grande, na Reta da Penha. Um dia eu sai de casa logo cedo pro trabalho...fomo vender cerveja lá pras bandas de Guarapari...era tudo estrada de terra...gastava om dia todo prá ir e pra voltar...**quando cheguei de volta era tardinha...fiquei assustado...tava tudo cheio de agua e não tinha chovido...foi ai que descubri que a maré enchia...virava tudo mar e a gente ficava no meio dele.....as vez tinha que sair de casa pro trabalho descalço e lavar o pé lá na Leitão da Silva onde tinha uma torneira pública.. ai agente calçada os sapato prá ir trabalhar”(Sr. Atilio - grifo nosso).**

²⁶ Todas as entrevistas e respectivos trechos citados no texto foram realizadas no período de novembro de 2011 a maio de 2012 junto aos moradores de Mangue Seco-Andorinhas, cujos nomes serão referenciados no contexto das citações.

Ainda, à guisa de registro sobre os atributos associados à origem e formação de Mangue Seco-Andorinhas, conforme declarado em entrevista por uma antiga moradora, ratifica-se o quadro de profunda precariedade das condições de habitação que os primeiros moradores enfrentaram:

“[...] morava em Minas. Nós viemos de Mantena. Moro aqui a 49 anos. Mais capixaba do que mineira. Capixabeira. Quando eu mudei pra cá existia apenas a parte que pega do material de construção Andorinhas, Redes Construir, pra lá até na Incospal que era terra...prá cá era tudo água, não tinha nenhuma moradia ainda...exceto na rua Emilio Ferreira da Silva que só tinha uma lateral...uma casa no meio e uma casa bem na beira da água...Os barracos de madeira foram se juntando, juntando e o bairro sendo formado em cima da maré” (Dona Bela).



Foto nº 08 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas na fase de ocupação, anos de 1960.

Fonte: Barbosa (2009)

Através das diversas entrevistas, foi possível apreender - para além das características associadas à precariedade das condições de moradia quando do início da ocupação da área - importantes aspectos relacionados a vida cotidiana do lugar, principalmente aqueles aspectos referentes aos laços de solidariedade que exerceram um significativo papel na conformação da área. Nesse sentido, os aspectos relacionados a convivência não devem ser subestimados. No caso da origem de Mangue Seco-Andorinhas, constatou-se que na memória de muitos dos antigos moradores permanece o registro de momentos de convivência nas lutas, nos conflitos, nas trocas, na partilha e interações do dia-a-dia. Um exemplo dessa

dimensão do processo de constituição da área pode ser trazido à tona através das declarações de Dona Geralda (78 anos), moradora que viveu essa fase de criação do bairro:

[...] Vim de Afonso Cláudio...era casada...sou de lá...minha terra é lá... A gente comprou um pedaço da maré. (...) Aqui era cheio de água...água mesmo, heimm...tinha hora da maré encher e vazar...a gente, os vizinhos tudo reuniu e a gente fizemos um pontilhão...pra pode passar..quando a maré enchia a gente passava a pinguela...era uma briga na rua de lá por causa da torneira pública...uns queria pegar água na frente do outro...a gente pegou, com seu João Romano, ele reuniu mais os vizinhos e a gente e fez o pontilhão de passar por cima...ai depois ele conversou lá e a prefeitura começou a aterrar aqui.(...) as casa era tudo de tábuas...barraco....as pessoas comprava , ai aterrou a rua e a gente foi aterrando o lote da gente....tenho problema de coluna até hoje...de ficar debaixo da casa aterrando...entulho lá da prefeitura....meu esposo quando era vivo trabalhava na prefeitura e conseguia entulho...eles botava lixo também....(....)os vizinhos trabalhava fora...uns trabalhava na prefeitura...biscateiros....pedreiro...lavadeira...eu pegava roupa prá lavar lá em Santa Marta e no Jardim da Penha....sofri muito aqui”.

A solidariedade que, em parte, caracterizou o cotidiano dos moradores que viveram a fase inicial da constituição da área reflete, outrossim, o fato de que às precárias condições de moradia associavam-se a ausência de provisão de infraestrutura urbana e serviços básicos no local. Assim, diversos moradores entrevistados relataram, por exemplo, o problema de acesso a água e a enorme dificuldade de transportá-la para casa, em função das condições da moradia, construídas sobre estacas (palafitas), ligadas umas às outras por passarelas de madeiras improvisadas, que muitas vezes, colocavam em risco a segurança dos moradores, principalmente das crianças (cf. foto nº 08, acima).

[...] A gente tinha que carregar muita lata de água na cabeça...as crianças caíam na maré...para levar algum doente tinha que levar encima da pinguela.. as dificuldades era porque vinha muita gente de fora, .que via que iam **comprar barato um pedaço de água** e iam fazendo aquele barraco cada vez pior”(Dona Bela).

A estreita relação entre os moradores e a maré constitui, também, um atributo de fundamental importância para compreender a formação de Mangue Seco – Andorinhas, incidindo sobre aspectos fundamentais da vida cotidiana dos moradores, tais como fonte de renda, alimento e, não menos relevante, a elaboração da identidade do lugar.

Conforme ressaltado por moradores mais antigos, da maré “brotavam” não só as palafitas, mas também o alimento, constituindo, assim, fonte de sobrevivência para os inúmeros pescadores e marisqueiros. Segundo eles, as pessoas em Mangue Seco-Andorinhas eram, então, muito mais próximas da maré, faziam “parte dela”, uma característica que foi mudando muito com o tempo.

[...] Minha família vivia da maré...do mar né.....a renda era 100% marisco retirado do mangue....pegava sururu, budigão, caranguejo e vendia...no passado a renda na minha casa era do mangue...65% dos moradores viviam do mangue....ai depois veio a construção civil, a era dos estudos...o pessoal foi estudando e crescendo...veio o supermercado prá cá e foi contratando o pessoal de Andorinhas“(Sr.Rony).

Para a maioria dos entrevistados a relação com o mar esteve intrinsecamente associada a condição de lugar moradia, de trabalho e fonte de alimento para a família. Conforme declarado por Dona Bela,

“[...] além de tomar banho, pegava-se caranguejo....a cata do caranguejo também eu ia....mesmo com lama até no Joelho pra pegar caranguejo a gente pegava para o sustento, para o consumo....tinha pessoas que vendiam.. que viviam da pesca e tem gente até hoje que vive da pesca...As pessoas hoje estão mais distante do mar.”

Durante as entrevistas, as falas dos moradores deixavam transparecer a dimensão do envolvimento e pertencimento em relação à maré, que se articulou por um tempo à existência deles próprios. Conforme percebido, para muitos, a relação com a maré esteve para além de seu significado estritamente “utilitário” (fonte de renda; trabalho, etc...), mas envolvia, também, uma força simbólica considerável. É assim que, nas entrelinhas das falas, foi possível reconhecer que a importância da coexistência com a maré constituía um traço fundamental nas afirmações dos moradores quando se referiam a identidade e pertencimento ao lugar.

“[...] eu pescava muito...agora foi aterrando ...aterrando..eu .pescava de anzol com meus filhos pequenos....muitos viviam disto... vendiam nas feiras...passava nas ruas vendendo....servia de alimento para o sustento também....peguei muito caranguejo, sururu, budigão pra gente comer e vender também....com o tempo foi aterrando tudo e ficou difícil....o pessoal não dá mais atenção pro mar.....ele fica lá sozinho” (Dona Geralda).



Foto nº 09 - Marisqueiro no Canal da Passagem s/d

Fonte: Barboza (2009)

[...] Dona Nair lembra que os homens costumavam viver da pesca e da cata de mariscos e da cata do caranguejo, e as mulheres de lavar roupa para fora. O Lazer das crianças era jogar futebol em um campo que ficava bem no meio do mangue. Quando a maré subia ninguém podia brincar, porque o mar ocupava tudo,diz”. “(...) na beira da água que tinha uma prainha...um areal onde a gente tomava banho com aqueles maiôs tipo macacão que vinha cá no joelho...tinha prainha, a gente tomava banho...tinha a pedrinha , o pessoal pulava de cima da pedra...a água era limpa...as andorinhas tomavam conta, tinha muitas andorinhas voando por aqui”(Jornal A Gazeta, 31/07/2006).



Foto nº 10 - Cata de Mariscos no Manguezal do Canal da Passagem s/d

Fonte: Barboza (2009)

Outro elemento que chamou a atenção para a análise acerca da origem de Mangue Seco-Andorinhas foi a importância então atribuída à presença de várias serrarias em bairros próximos, que, então, nas décadas de 1960 e 1970 tiveram um papel sobremodo relevante na geração de empregos para os moradores. Além disso, através do trabalho nas serrarias os moradores tinham acesso aos refugos de madeira que, por sua vez, constituíam um elemento de fundamental importância para a construção de barracos, pinguelas e palafitas. De acordo com Sr. Atilio (67),

“[...] as serrarias recebiam madeira que vinham do norte do Estado e do sul da Bahia. As madeiras de lei eram tratadas e iam pra fora do país....., também dava refugos de madeira usadas para construir barracos e fazer marcação dos pedaços da maré que pertencia a cada um... também fornecia pó de serra utilizado para fazer a comida. Eu mesmo consegui muitas carroça de resto de madeira prá mim e para a vizinhança toda”.

No mesmo sentido, de ratificar a peculiar importância imputada às serrarias para os moradores pioneiros da área, importância esta que, a propósito, foi recorrentemente destacada em várias conversas e entrevistas com os moradores mais antigos do lugar, destaca-se, dentre outras, a declaração de Dona Marilena,

“[...] nasci aqui na maré...no mangue..... meu pai contava e eu cheguei a ver....era tudo palafita...casas fincada no toco em cima do mangue...meu pai era marceneiro.....lá em Itararé....tinha umas quatro ou cinco serrarias pela região.....tinha muita gente que trabalhava ou de pedreiro ou nas serrarias como marceneiros...depois veio a serralheria lá onde é hoje o supermercado Wall Mart, ...muitos hoje trabalhavam lá... quem chegou primeiro foi dividindo o mangue...”, (Dona Marilena).

Assim, o paulatino adensamento da ocupação da área, então caracterizada em sua gênese pela precariedade das moradias e ausência de infraestrutura básica, foi ratificando-a paulatina e fundamentalmente como *lôcus* de reprodução de força de trabalho abundante e pouca qualificada; atributos tipicamente associados a áreas submetidas à segregação imposta no âmbito da organização interna da cidade capitalista, dos quais Mangue Seco-Andorinhas é expressão no contexto da cidade de Vitória.

Nesse sentido, caberia destacar que já em meados da década de 1970 e, sobretudo, a partir da década de 1980, uma gama significativa de moradores desta área atuava em atividades do ramo da construção civil, outra importante fonte de trabalho para os moradores da área. De acordo com declarações do Sr. Oswaldo, morador de Mangue Seco-Andorinhas e trabalhador da construção civil,

“[...] na minha época, lá pros anos de 1980 e poucos, o pessoal quando mudou pra cá já trabalhava mais na construção civil...trabalhava mais na direção da Praia do Canto, Camburi e Jardim da Penha onde tinha muita construção.....eu mesmo era pedreiro...o primeiro prédio de 4 andar em Jardim da Penha eu construí.....tinha muito emprego na região.....muitos daqui trabalhavam por lá”(Sr. Oswaldo Silva).

Sobretudo a partir da década de 1980, sob o dinamismo de expansão urbana que a cidade assistia, a porção leste e norte da cidade (partes: insular e continental) transformou-se num significativo canteiro de obras e, enquanto tal, em importante “polo” de absorção da força de trabalho que, em sua maioria, era composta por trabalhadores assalariados de baixo nível de escolaridade e qualificação profissional residentes em bairros pobres, a exemplo de Mangue Seco - Andorinhas. Destacava-se, sobretudo, nos ramos de atividades da construção civil a demanda por pedreiros, ajudantes, marceneiros dentre outros profissionais envolvidos na edificação de empreendimentos imobiliários (construção de casas e prédios residenciais e comerciais) assim como, na implantação do parque industrial e siderúrgico da CST e CIVIT (PERUZZO, 1984).

É assim que, no contexto de expansão da mancha urbana, Mangue Seco-Andorinhas torna-se um importante “celeiro” de mão-de-obra. A intensificação da produção imobiliária, relacionada também à construção de conjuntos habitacionais e infraestrutura nos bairros de Goiabeiras, Camburi e Jardim da Penha, absolveu grande leva de trabalhadores da construção civil, resultando, mais tarde, na oferta de oportunidades para trabalhadores na área de serviços domésticos, tais como lavadeiras, arrumadeiras, porteiros, vigilantes, dentre outros profissionais, na sua maioria, residentes nos bairros pobres (PERUZZO, 1984), a exemplo de Mangue Seco-Andorinhas.

[...] Viemos de Laranja da Terra, a gente vivia na fartura. lá meu pai trabalhava nas olarias, fazia telhas de barro. Minha mãe plantava e criava galinhas prá vender na cidade.....tudo mais fácil... Viemos pra cá, meu pai já comprou de pessoas que invadiram. Era barraquinho de tábua. Tudo era comprado... .quando a gente chegou já tinham invadido....cheio de barraco... ainda tinha maré...ali a gente tomava banho e pegava caranguejo...depois foi sendo invadido também... era tudo pinguela.....a gente usava lamparina.....não tinha televisão,.... só tinha luz lá do outro lado....água era buscada na cabeça... **Minha mãe lavava umas 20 trouxas de roupa prá fora....buscava água longe...tinha muita lavadeira...buscava roupa no Jardim da Penha...carregando as troxonas na cabeça...e muitas vezes a trouxa com roupa limpinha caia na maré....minha mãe lavava e passava.....até hoje ela ainda lava...**”(Dona Nedir, 38).

Um traço de fundamental importância para a compreensão da formação de Mangue Seco – Andorinhas, sobretudo pelo quanto incide diretamente no cerne de nossa problemática de pesquisa, diz respeito aos conflitos que existiram entre os moradores da área, pejorativamente chamados de “invasores” (designação ideologizada da figura teórica dos grupos sociais excluídos) e os fiscais da prefeitura de Vitória, expressão da figura do Estado na esfera municipal.

Durante a realização das entrevistas e conversas com a maioria dos moradores que vivenciaram o período em que ocorreram os conflitos com a prefeitura, quando interpelados sobre o problema, não se consideraram “invasores” de terra, ressaltando que haviam comprado o direito de outros ou mesmo da Marinha. Por sua vez, muitos deles declararam ter presenciado a atuação dos funcionários da prefeitura municipal, na derrubada de barracos e expulsão dos moradores do lugar, como se pode constatar através da declaração abaixo:

“[...] eu nunca invadi... meu pai comprou um terreno de outro.... e ele ensinou que a gente nunca devia invadir o que é dos outros...e o mar não era de ninguém...acho quem era do governo, da marinha...então o que acontecia... o pessoal invadia e passava para outras pessoas que vinha e construía de noite e de manhã vinha as fiscalização da prefeitura para derrubar e a gente defendia...jogava pedra...eu mesmo quando criança.. joguei muita pedra, punha pedaço de pau na pinguela prá num deixar os fiscal da prefeitura passar ...eu atuava para defender junto o pessoal....tinha uns dez anos de idade e já atuava.... os fiscal diziam que a cidade precisava progredir e que a gente enfeiava a cidade....a construção era feita da noite pro dia porque tinha que fazer de madrugada porque a prefeitura perseguia... o pessoal invadia assim mesmo e construía...e ai eles derrubavam e a gente que era da comunidade apoiava as pessoas que precisavam construir....geralmente vinha gente mais de Minas...eles vinham atraídos pela CST, trabalho e emprego na CST, UFES, aqui do lado, quartel da policia militar para os filhos se inscrever e seguir a carreira militar” (Dona Bela).

A ocupação de Mangue Seco-Andorinhas revela, em sua singularidade estrita as contradições inerentes ao modelo capitalista de apropriação, produção e consumo da cidade cada vez mais disputada em sua forma-mercadoria (HARVEY, 1980). O papel do Estado enquanto agente disciplinador-repressor é patente no caso específico de Mangue Seco-Andorinhas no contexto particular de produção do urbano na cidade de Vitória. Assim, sob as contradições inerentes à produção capitalista do urbano verifica-se a ausência de políticas públicas e sociais capazes

de responder, dentre outras demandas, a falta de condições básicas de moradia para os pobres que precisaram buscar, então, o mangue como lugar para morar e viver sob condições precárias.

Conforme relato dos moradores, quando da fase da ocupação da maré havia constante ameaça de despejo por parte dos fiscais da prefeitura. Em muitos casos os moradores se uniram para o embate frontal contra as ações repressivas do poder público “[...] que não oferecia alternativa de moradia e por isso o pobre continuava ocupando a maré” (Dona Bela).



Foto nº.11 - Palafitas em Mangue Seco-Andorinhas

Fonte: Miranda et al (2008)

Sob esse contexto, na fase de consolidação da ocupação em Mangue Seco-Andorinhas, além da ausência de água tratada, luz, infraestrutura e serviços públicos que confirmaram a precariedade das condições de vida no local, os moradores sempre se sentiram inseguros também em relação a posse da terra. Para ilustrar isso cabe citar, no que segue, o relato de um morador que vivenciou a ação dos funcionários públicos que “[...] chegaram a derrubar um barraco com oito pessoas dentro. Eles iam embora e nós construíamos outro no mesmo dia” (Jornal A Tribuna, 01/02/2002).

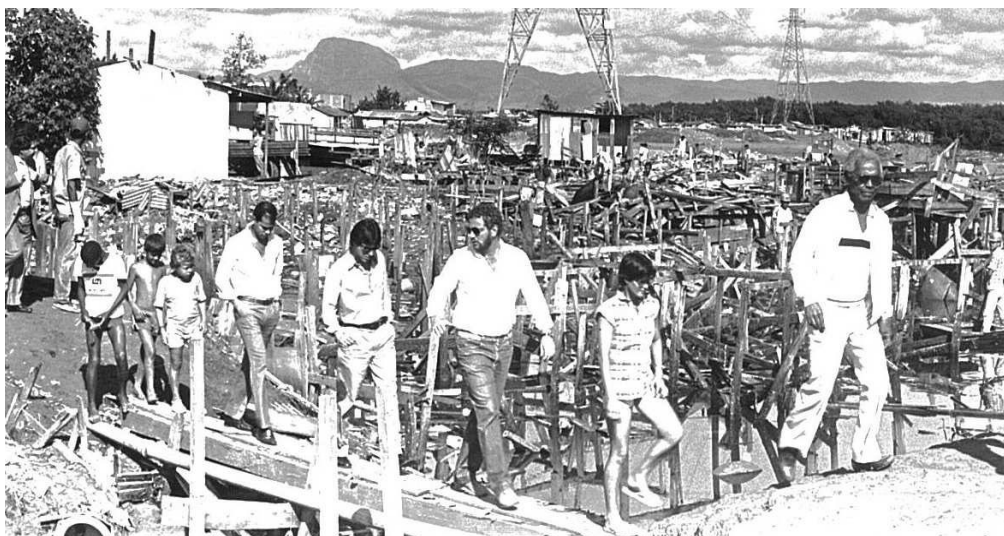


Foto nº 12 - Demolição de palafitas em Mangue Seco-Andorinhas- década de 80

Fonte: PMV (Catalogada em 2004)

De fato, através das entrevistas, foi possível reconhecer, nessa época, a concretização de uma grande contradição na lógica da expansão urbana da cidade de Vitória: em um vetor da expansão, referente ao “lado nobre” da cidade, a Marinha fazia concessões de uso da área para moradores; já em vetor da expansão, referente o “lado pobre”, a ação repressiva dos fiscais da prefeitura promovia derrubada de palafitas e expulsão dos pobres, estigmatizando-os, além disso, de “invasores”. A ação repressiva dos fiscais da prefeitura também é citada em parte da entrevista concedida por dona Adelaide (78), antiga moradora de Mangue Seco-Andorinhas:

[...] Eu sou de Conceição de Ipanema-MG. Aqui era tudo água. As casas era tudo de tábua. A maré enchia muito. Aqui era um campo de areia...a maré subia acabava tudo...ela descia e secava tudo . A travessia de uma casa para outra era pinguela. Tinha poste disfarçado, lá longe....a gente puxava os fios. Quando ia construir os fiscal vinha e eles derrubava. Quando já tinha casa e ia construir outra eles vinha e derrubava também....meu esposo era carroceiro, transportava tudo que encontrasse. Mudança, carroto.....trabalhava mais na Praia do Suá.....tinha serraria na rua de lá, na rua Maria Rosa”.

Assim refletindo as contradições inerentes à lógica capitalista da produção do espaço urbano, enquanto ocorriam as ações repressivas do poder público em Mangue Seco-Andorinhas, a cidade assistia, por sua vez, ao longo década de 1980, um intenso processo de expansão à reboque dos interesses dos agentes imobiliários, proprietários de terra, construtores, bancos e incorporadores imobiliários

(CAMPOS JR.2002, KLUG, 2009). A ausência de legislação urbanística específica capaz de corresponder aos processos espaciais de expansão e urbanização da cidade, isto somada à inércia do poder público em relação às demandas sociais, acentuou, assim, o quadro de fragmentação sócio-espacial e da segregação imposta aos pobres (SIQUEIRA, 2001, KLUG, 2009).

Desta maneira Mangue Seco-Andorinhas, como manifestação do tipo de ocupação que, ideologicamente, se convencionou denominar sob o rótulo de “invasão”, porquanto caracterizada pela predominância de moradias precárias edificadas sobre o mangue (fig.13), plasmou, na conformação de uma paisagem tornada internamente homogênea, uma expressão contundente da segregação imposta na cidade de Vitória. Não obstante esta condição inequívoca de área segregada, as precárias condições dos moradores de Mangue Seco-Andorinhas foram sendo paulatina e parcialmente remediadas por intervenções pontuais realizadas pelo poder público e por seus próprios moradores.



Foto nº.13- Palafitas: ocupação em Mangue Seco-Andorinhas /1980

Fonte: PMV (Catalogada em /2004)

No sentido de qualificar o papel das intervenções pontuais realizadas pelo poder público na área, cabe destacar a construção da lavanderia comunitária em 1970, considerado o primeiro equipamento comunitário, construída “[...] com o esforço das mulheres e das crianças do local, que traziam latas de água na cabeça para ajudar os funcionários da prefeitura que faziam a obra” (Jornal A Gazeta, 31/07/2006).

Ainda conforme divulgado no jornal citado acima, a lavanderia pública tornou-se o lugar de reunião de um grupo de mulheres que tinham na lavagem de roupa uma fonte de renda. Além do trabalho, as lavadeiras de forma organizada passaram a reivindicar melhorias para o lugar em conjunto com os demais moradores.

“[...] tudo começou com o trabalho voluntário na década de 1970.” A gente queria que o bairro crescesse, com condições para o pessoal viver”, conta dona Maria da Penha România, 68 anos. Com o tempo, foi inevitável que ela, o marido João România, 72, e a amiga Nair Matheus Duarte, 71, se tornassem lideranças comunitárias. “Foram mais de 18 anos trabalhando para a comunidade”, conta seu João.

Além da instalação da torneira pública, também na década de 1970, foi iniciada oficialmente a primeira fase de aterramento em Mangue Seco-Andorinhas, conforme declarado por Dona Bela:

“[...] a gente não tinha água, buscava....na cabeça..., não tinha água encanada...eu buscava...enchia dois latões destes de porto de gasolina....e enchia dos vizinhos para ganhar dim dim pra comprar material para estudar....Tinha um poço indo para Santa Marta e depois conseguimos a torneira pública onde a gente fazia fila pra pegar água.(...) O aterro foi conseguido em 1979. Meu pai conseguiu com o governador Élcio Alvares. Quando chegou o primeiro caminhão parecia uma festa no bairro, ninguém acreditava. Teve foguete e tudo mais... Começou pela Leitão da Silva ... aterrou primeiro a Leitão da Silva e os moradores foram puxando para seus quintais.....assim conseguiu fazer as ruas.....teve conflito para conseguir demarcar as ruas....aqui por exemplo um morador não quis ceder espaço para a rua e acabou ficando sem saída... ele não colaborou...tinha gente que queria pegar o espaço maior que pudesse”.

Caberia ressaltar que, antes mesmo das ações pontuais do poder público, os próprios moradores de Mangue Seco-Andorinhas tiveram um papel decisivo na produção de aterro das áreas ocupadas, conforme consta em trechos da entrevista concedida pelo Sr. Oswaldo Silva,

“[...] muitos de nós já providenciava aterro da área...o pessoal fala que os governo também começaram uma parte do mangue.. começaram pela Leitão da Silva. Depois de uns tempo eles vinham de novo e foram aterrando mais e mais. De forma que no começo só uma parte é que foi aterrada e depois já nos anos de 80 e 90, quando já tinha agua e luz..antes a gente sabe que muitos morador foi ajuntando e cimentando os beco....outras ruas ia recebendo paralelepípedo, isto nas rua principal onde começou a passar ônibus. Ai já ficou mais fácil de entra o carro de gás e outros carro também.”

Para muitos, o aterro promovido oficialmente por intermédio do Governo do Estado representava, em certa medida, uma perspectiva para a regulamentação da questão referente à garantia da posse da terra para aqueles moradores que não haviam sido

contemplados com o documento de cessão de uso fornecido pela Marinha. Ressalte-se o fato de que muitos temiam perder suas moradias, principalmente devido a ação repressiva do poder público local, anteriormente referida. Conforme declarado em entrevista concedida por uma moradora, o aterro esteve relacionado ao prenúncio da chegada de melhorias e alimentou a expectativa de mudança da realidade local:

“[...] minha mãe conta que quando ela veio de Montanha, do distrito chamado Pelajeque , ela veio morar em Vitória...ela falou que quando ela chegou aqui era tudo maré e tinha pinguelas prá todo lado. isto tem uns quarenta anos...era maré...quando eles iam buscar água tinham que ir lá em São Benedito ... buscava água para lavar roupa...ela foi lavadeira de uma senhora , Dona Maira Rigoni, e quando eu nasci já estava aterrando tudo....a partir do aterro as coisas foram melhorando...para os moradores o aterro foi muito importante....o bairro ganhou mais dignidade....depois que eu nasci já melhorou bastante...as ruas eram de terra, depois veio os paralelepípedos”(Sra. Simone).

De acordo com as declarações de Dona Bela, uma das moradoras pioneiras, na fase inicial do aterramento promovido pelo poder público, não obstante os conflitos estabelecidos na disputa pelo espaço - na medida em que as pinguelas foram paulatinamente sendo removidas - os moradores foram pactuando a cessão de parte das áreas ocupadas para tornar possível a abertura de vias e servidões (becos). Desta forma foram asseguradas, na medida do possível, as condições de mobilidade e acessibilidade aos locais de moradia, além das condições necessárias à implantação e melhoria da infraestrutura que viria ocorrer de modo prevalente ao longo da década de 1980.

Desse modo, também com a participação de fundamental importância dos moradores, o mangue foi progressivamente sendo aterrado e as ruas e becos foram surgindo, substituindo as “pinguelas” que ligavam as palafitas sobre o manguezal. Neste compasso os barracos de madeira aos poucos foram sendo substituídos por casas de alvenaria através da autoconstrução. Segundo declarações de moradores, como no caso do Sr. Atílio, as construções eram feitas pelos próprios moradores durante os dias feriado, nas folgas do trabalho e nos final de semana. Conforme relatado pelo Sr. Oswaldo Silva,

[...] Cheguei mais ou menos em 1980.... as pessoas chegava de dia mesmo...comprava...eu mesmo cheguei e comprei a uma área de agua por 4 mil e 500...depois que a maré baixou a área foi marcada com estaca...e quando a água subia de novo ela vinha no pescoço...eu gastei mais de 100 caçamba de terra.....quando eu cheguei , tinha mais vizinhança

formada...tinha o Tião, o Jeronimo, meu vizinho que foram aterrando e construindo primeiro barraco de tabua e depois alicerce lá em baixo fazendo lajão, com ferro 3/8 e fomos construindo....a maior parte dos que moram lá perto da maré são antigos moradores...enfrentaram a maré e estão até aqui até hoje...a ocupação do mangue foi continuando e cada um foi aterrando os lotes, fazendo as ruas, aí entrando os postes...prá muitos a luz continuava no gato....o ônibus vinha de lá e fazia ponto final aqui....hoje ele faz ponto final em Santa Marta...o ônibus Mangue Seco é titulado Mangue Seco – Santa Marta...não é Andorinhas mais....Mangue Seco passou a ser da igreja católica prá lá.... “

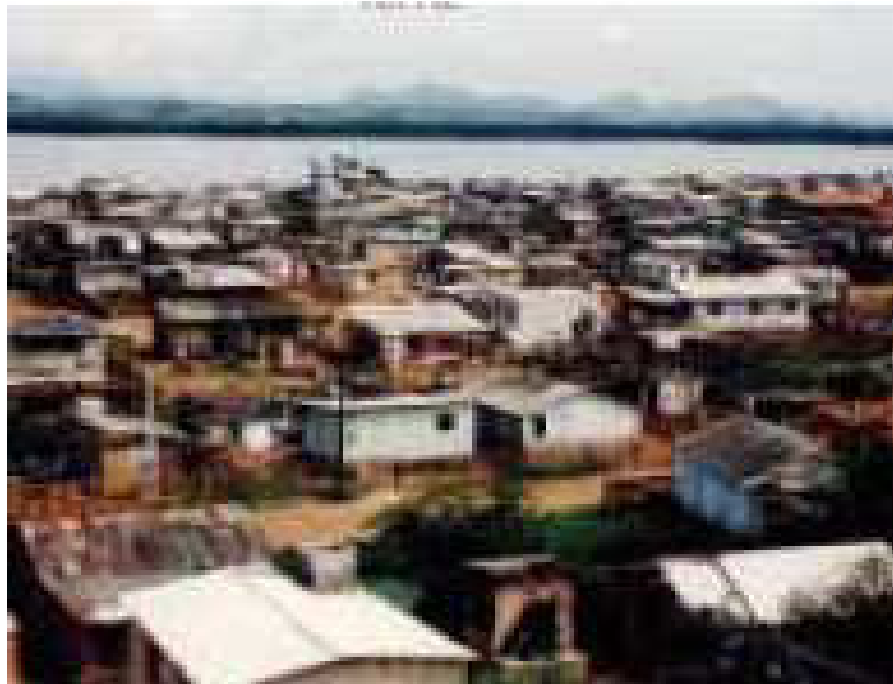


Foto nº.14 - Aterro em Mangue Seco-Andorinhas/1982

Fonte: Miranda et al(2008)

Assim, somente “[...] depois de um tempo, na década de 1980, na medida em que o aterro continuava o bairro finalmente ganhou serviço de água e luz”, conta dona Nair, sendo que, segundo ela, “[...] alguns anos depois o bairro começou a ser aterrado definitivamente pela prefeitura” (Jornal A Gazeta, 31 de julho de 2006).



Foto Nº. 15 - Via pública no Mangue Seco-Andorinhas/1985

Fonte: Arquivo Público da PMV/catalogada em 2004.

Ainda na década de 1980 caberia destacar a ocupação, em Mangue Seco – Andorinhas, de uma área pública de encosta localizada na divisa com o atual bairro Santa Marta. A área foi cedida a Fundação Ateneu Cachoeirense em 1959 para fins de desenvolver projetos sociais; uma vez ociosa e desocupada, passou, em 1983, a pertencer ao Estado, sendo posteriormente ocupada pelas famílias sem moradia que passaram a viver no lugar (FONSECA, 2004).

De acordo com os moradores, até a aproximadamente a primeira metade da década de 1980, o bairro praticamente não possuía vias pavimentadas e, na época, residiam no bairro cerca de mil moradores, sendo, então, “[...] uma das maiores conquistas da comunidade foram as construções da escola e da creche do bairro” (JORNAL A GAZETA, 19/07/2006).

O quadro acima indicado, que envolve desde a origem da ocupação até a década de 1980, caracterizado pelo protagonismo dos próprios moradores, na condição de grupo social excluído, na estruturação de Mangue Seco – Andorinhas, associado, outrossim, à ação néscia por parte do poder público, não só por sua omissão, mas, sobretudo, pelos episódios de opressão e conflito direto com os moradores do

bairro, marcou, de modo indelével, a gênese desta área como expressão da segregação imposta na capital capixaba.

A reprodução deste quadro, de acordo com os atributos básicos acima apresentados, encontrará, contudo, na década de 1990, um período que se poderia reconhecer como sendo de relativa inflexão. De fato, foi reiterado de modo sistemático através das entrevistas com os moradores o reconhecimento de que ao longo da década de 1990 começa a se delinear, em germe, o estabelecimento de um período que irá envolver transformações em Mangue Seco – Andorinhas. O cerne desse reconhecimento está associado, como será explicitado no tópico seguinte, ao significado que o Projeto Terra irá desempenhar sobre a área.

Se por um lado, a princípio, o referido projeto sinalizou, de fato, para os moradores, uma sensível alteração acerca do modo com o qual se efetivava a relação entre o poder público com os moradores da área; de outro, as repercussões que efetivamente se concretizaram a partir das intervenções urbanísticas associadas ao referido projeto acabaram por revelar, não raro, o caráter essencialmente ideológico, típica da ação do Estado, trazendo à tona os limites e o caráter dissimulado da pretensa transformação da modulação com o qual o poder público se posicionou em relação à área a partir da década de 1990.

Assim, conforme observado no início do capítulo, pelo quando incide no cerne da problemática da pesquisa, o tópico seguinte será exclusivamente reservado à análise do significado do Projeto Terra para Mangue-Seco Andorinhas, envolvendo desde as proposições originais do projeto até as intervenções que de fato se efetivaram, considerando, ainda, os conflitos decorrentes.

Contudo, antes da análise do referido projeto no tópico subsequente, considera-se necessário apresentar, de modo panorâmico, determinados elementos da dinâmica da expansão urbana que a cidade assumiu a partir da década de 1990, destacando, evidentemente, aqueles que mais diretamente incidem sobre a área de estudo. Não se trata, note-se, de desenvolver uma síntese da produção do espaço urbano de Vitória desde a década 90 até o presente, mas, tão somente, destacar - de modo condensado - aqueles aspectos observados como indispensáveis à compreensão do significado das principais transformações na dinâmica da cidade que, então, afetariam a área de estudo.

Nesse sentido sugere-se que caberia destacar, sobretudo, dois atributos elementares, inextricavelmente articulados, tão indispensáveis para a compreensão da estruturação interna da cidade de Vitória a partir da década de 1990, quanto, também, são fundamentais para o entendimento das principais transformações do setor da cidade no qual Mangue Seco – Andorinhas está localizado. Trata-se, aqui, de chamar à atenção, por um lado, para as repercussões da consolidação, ao longo da década de 1990, do porte metropolitano da aglomeração urbana da Grande Vitória; e, por outro lado, o papel que, desde então, desempenhou o processo de descentralização em direção à porção insular norte (mais especificamente na região da Praia do Canto) na reestruturação da centralidade intra-urbana da cidade.

Por um lado, a consolidação do porte metropolitano da Grande Vitória, porquanto diz respeito à estruturação do espaço urbano da cidade como um todo, traz, invariavelmente, repercussões para todas as áreas da metrópole, dentre as quais interessa destacar, para os propósitos da presente pesquisa, sua tendência inerente em aprofundar as contradições sociais e a fragmentação sócio-espacial entre as áreas da cidade, ampliando a complexidade da produção do espaço urbano, notadamente no que diz respeito aos processos espaciais tributários da dimensão social (CORRÊA, 1995). O processo de descentralização, por sua vez, ele próprio um processo típico das cidades capitalistas de porte metropolitano, terá, contudo, um efeito sensivelmente especial, em Vitória, sobre o setor da cidade que envolve Mangue Seco – Andorinhas. Cabe, assim, qualificar, de modo breve, a dinâmica desses processos em Vitória em sua repercussão mais imediata sobre a área de estudo.

A formação da região metropolitana da Grande Vitória constitui assunto sistematicamente abordado por diversos estudiosos do espaço urbano capixaba (ABE, 1991; SIQUEIRA, 2001; SILVA, 2005; MATTOS, 2010) através de perspectivas distintas e enfatizando dimensões específicas da complexidade do fenômeno. O agravamento das questões sociais associado ao fenômeno da metropolização das cidades brasileiras encerra um aspecto regularmente destacado na pesquisa urbana sobre o assunto, particularmente quando se trata de considerar o seu efeito de agravamento dos problemas sociais sobre as áreas segregadas na organização interna da cidade. É esse aspecto da metropolização que, dentre inúmeros outros, gostaríamos de destacar para problematizá-lo em relação à nossa

área de estudo. Esse atributo foi considerado especificamente em relação à metropolização da Grande Vitória por Silva (2005, p.53-54), para quem o referido processo fez emergir

“[...] uma Grande Vitória onde a ascensão da pobreza, da pauperização de grande parte das classes médias, o agravamento da situação de isolamento social dos pobres urbanos, concomitante aos altos índices de violência, desenharam uma nova geografia do centro e das margens, em ruptura com o modelo centro/periferia, do “centro para os bairros””.

De acordo com Silva (2005), a reboque da consolidação da metropolização na Grande Vitória nos anos 1990, novos atributos foram associados à segregação sócio-espacial imposto aos pobres, intensificando as consequências desse processo. É nesse período, também, que se verifica o auge das políticas neoliberais de alcance macroeconômico que resultaram principalmente no agravamento sistêmico das questões sociais no país, a exemplo do desemprego e da violência nas cidades, a exemplo de Vitória:

“[...] esse movimento é acompanhado, na Grande Vitória, de um envolvimento crescente dos atores privados na gestão da cidade, notadamente com a privatização dos grandes serviços, tais como energia elétrica e telecomunicações, entre outros, e com a redução brusca dos postos de emprego, com as privatizações das empresas mineradoras, siderúrgicas e portuárias estatais, gerando o desemprego crônico e em massa dentro da Região Metropolitana” (SILVA, 2005, p.54).

No caso específico de Mangue Seco – Andorinhas, a ampliação de problemas sociais associados à consolidação do padrão metropolitano em Vitória e à conjuntura política da década de 1990, tal como descritos acima, se manifesta na percepção dos moradores, sobretudo, através da referência recorrente ao significativo aumento da criminalidade, da violência e ao tráfico de drogas no bairro, tal como pôde ser constatado através de diversas entrevistas, dentre as quais a declaração de um morador do bairro permite ilustrar:

“[...] nos anos 90 continuou chegando mais gente pro lugar. Com o desemprego, o aluguel caro; cada vez mais o povo ia chegando e entrando canal adentro. Já ia emendando com o manguezal da UFES. Tudo Ficou uma muntueira de barracos de madeira. Ai começou a misturar muito. Uns tipos de pessoas não muito agradável. Começou a ficar mais perigoso e o sossego nosso foi acabando. Naquela época tinha os bandido que eram respeitado [...] Tinha o nego Bel, o Carioca e ai um monte de gente foi assassinado por causa das drogas”. Mais tinha uma coisa, os bandidos eram respeitados na comunidade. Eles tinham liderança e ninguém podia fazer nada com você aqui de dentro..eles eram igual ao Robinwood do lugar;defendiam a comunidade;mais o lugar era lugar perigoso, lugar que matava, lugar de pobreza.”

Os elevados índices de violência e criminalidade na Grande Vitória, em especial nos municípios da Serra e Vitória, envolvendo homicídios de jovens, ganharam projeção nacional (IPEA/2000). A gravidade da situação de violência e criminalidade tornou-se uma “[...] questão de saúde pública extremamente dramática, cuja proporção de óbitos por homicídio ultrapassou 50%” (LOBÃO, apud MATTOS, 2010, p.260-261). No contexto metropolitano, são as áreas submetidas à segregação imposta, tal como no caso de Mangue Seco - Andorinhas que, embora não de modo exclusivo, sofrerão de modo agudo os efeitos desse quadro.

A estruturação interna da metrópole capixaba a partir da década de 1990 será marcada, também, de modo contundente, por um processo espacial que desempenhará um efeito sensível em relação à localização de Mangue Seco – Andorinhas no contexto da cidade. Trata-se do processo de descentralização das atividades centrais em direção à zona norte da cidade.

A descentralização constitui um processo espacial típico das grandes metrópoles capitalistas (CORRÊA, 1995), configurando temática da pesquisa urbana desenvolvida através de diversas disciplinas. O tema da descentralização foi abordado em Vitória nas pesquisas de Reis (2001, p. 2007), para quem, até a década de 1990, nenhum núcleo secundário derivado do processo de descentralização ameaçava a primazia do Centro de Vitória na organização interna da cidade. Contudo, a partir da década de 1990, verifica-se uma intensificação do processo de descentralização em direção à zona norte da cidade, notadamente na região da Praia do Canto²⁷, circunvizinha de Mangue Seco – Andorinhas, cuja magnitude irá redefinir o padrão da centralidade intra-urbana estabelecido até então na cidade²⁸, promovendo uma profunda alteração na estruturação das áreas internas da metrópole.

²⁷ Por “Região da Praia do Canto” entende-se, aqui, o setor que envolve, a Região Administrativa V de acordo com a regionalização municipal estabelecida pela PMV.

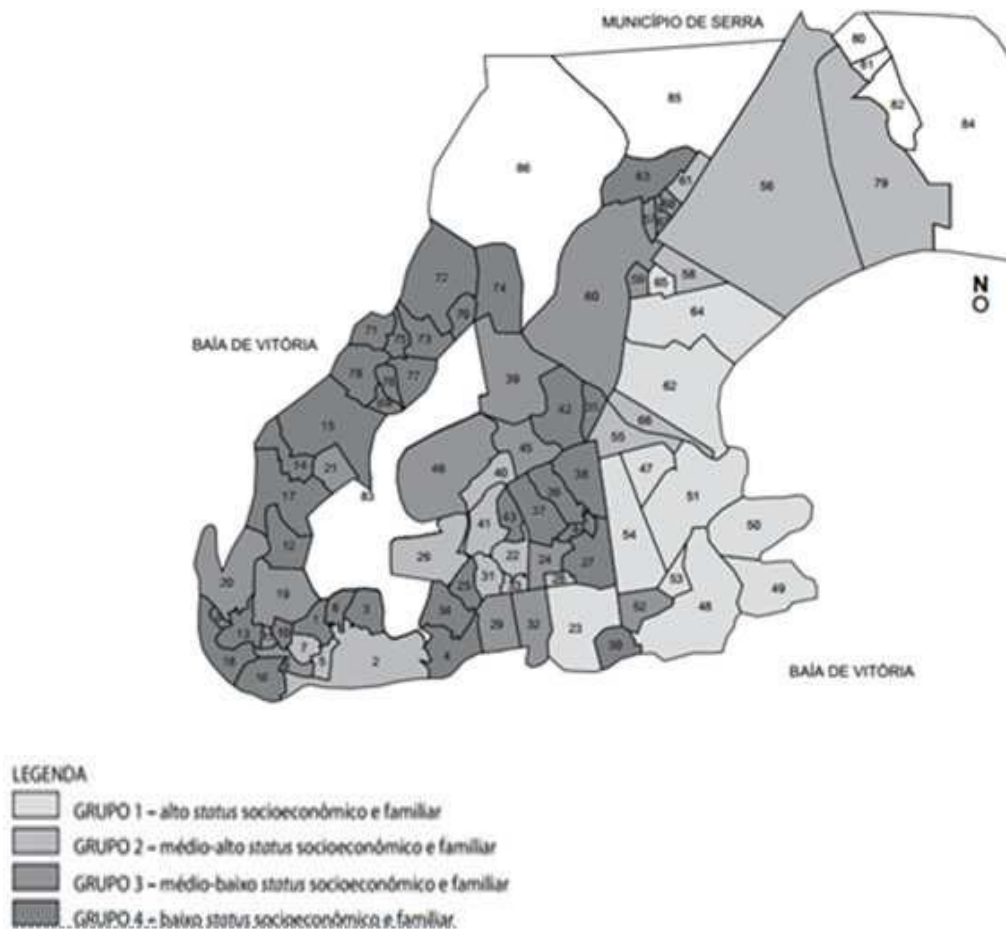
²⁸ Não se trata, aqui, de discorrer sobre a complexa teia de causas e efeitos que envolvem a deflagração e consolidação do processo de descentralização em direção à região da Praia do Canto na década de 1990, para tanto consulte-se Reis(2001,p. 2007). Trata-se, antes, de fornecer uma caracterização básica desse processo, que possibilite identificar as repercussões mais importantes sobre Mangue Seco – Andorinhas.

De acordo com Reis (2001; 2007), o entendimento da força que a descentralização assumiu em direção à Praia do Canto remete, em sua origem, a transferência, iniciada na década de 1980, da população de mais elevado status econômico e social da cidade, então predominantemente residente no Centro de Vitória, em direção à Praia do Canto, que fora eleita, então, como área privilegiada para a elite capixaba residir. Esse deslocamento da elite se intensifica ao longo de toda década de 1980, articulado a outros fenômenos - notadamente a intensa verticalização de prédios residenciais na Praia do Canto (GOMES, 2009) - ratificando a tendência de transferência da elite para esta área de modo decisivo, consolidando-a, nos anos 1990, como uma área nobre e elevada concentração da população de alta renda da metrópole. É assim que, paulatinamente, já desde a década de 80, o comércio e serviços procuraram se situar na proximidade desta área que concentrava a população de maior potencial de consumo.

Contudo, se na década de 80 a expressão da função comercial na região da Praia do Canto ainda se restringia a existência de poucos centros comerciais planejados voltados para a população de alto poder aquisitivo, a partir da década de 1990, a expressão das funções de comércio e serviços nesta área assume uma força sem precedentes na cidade (REIS, 2007). Multiplicam-se de modo exponencial o número de estabelecimentos de comércio e serviços, voltados, sobretudo, para atender a população de alta renda, mas seu alcance se projeta, nitidamente, para toda a cidade; além disso, multiplicam-se também o lançamento de grandes edifícios exclusivamente destinados às funções de comércio e serviços; novos centros comerciais planejados são inaugurados e, dentre eles, o primeiro shopping center de grande porte do Estado, o Shopping Center Vitória. Não obstante, a força da descentralização não irá se restringir à função comercial, pois, além dessa, serão construídos inúmeros edifícios na região da Praia do Canto para abrigar as mais importantes instituições do poder público capixaba, destacando-se dentre as mais importantes, sobre o aterro da Suá, a Assembléia Legislativa; o Tribunal de Justiça; o Tribunal de Contas; o Ministério Público; etc..., estabelecendo uma dinâmica que acabou por suplantar, em muito, a importância simbólica e econômica historicamente atribuída ao Centro da cidade e que, a propósito, continua em plena marcha atualmente, como se constata através da pujança econômica da localização da região da Praia do Canto para as atividades de comércio e serviços, bem como

através da construção de novos prédios para abrigar mais instituições do poder público (REIS, 2001; 2007).

O resultado do quadro acima destacado é que a região da Praia do Canto foi dotada de uma centralidade que lhe conferiu o *status* de um dos setores da mais alta valorização imobiliária (seja para função residencial ou de comércio e serviços) no contexto da região metropolitana da Grande Vitória. Sob um ângulo de consideração mais abrangente o que se verifica é, de fato, a formação de um “eixo” de valorização que, tendo como o epicentro de irradiação a região da Praia do Canto, atinge os bairros litorâneos mais ao leste da capital, bem como envolve os bairros litorâneos do município de Vila Velha que irão conhecer também um significativo processo de crescimento e valorização imobiliária. Ora, a área de estudo da presente pesquisa, expressão contundente da segregação imposta em Vitória, cuja gênese remete à ocupação do manguezal e às palafitas - tal como a análise desenvolvida anteriormente revelou - está “envolvida” nesse vetor de valorização imobiliária. O nexos desse processo de valorização sucintamente descrito acima e a espacialização das classes sociais na organização interna da cidade pode ser verificado através da figura abaixo:



Mapa nº. 07-Espacialização dos grupos sociais na cidade de Vitória - ES

Fonte: Melissa P. Boni, 2010.

A propósito, uma das principais avenidas da Praia do Canto, a “Reta da Penha”, tangencia Mangue Seco – Andorinhas. Assim, para os moradores de Mangue Seco-Andorinhas, as transformações que a cidade assistiu nos anos de 1990, sobretudo em relação à centralidade que região da Praia do Canto assumiu, redimensionaram, sensivelmente, o significado do bairro no conjunto da metrópole, notadamente em função de sua localização.

Paralelamente à dinâmica de expansão urbana da metrópole, acima descrita, é também ao longo da década de 1990 que as áreas ocupadas por populações pobres, tanto nos morros como nos manguezais passaram a merecer a atenção do poder público local, sendo consideradas segundo pressupostos de uma nova perspectiva ideológica de planejamento e intervenções urbanas. É sob esse enquadramento que as referidas áreas, consideradas “informais”, foram sendo paulatinamente incorporadas “oficialmente” ao tecido urbano (FREIRE, 2011).

Sob esse contexto, nos anos de 1990, ganham destaque as práticas voltadas para a inclusão dos bairros pobres ao contexto da “cidade formal” através de programas e projetos circunscritos aos pressupostos da nova matriz de planejamento urbano-habitacional definida à luz dos dispositivos apontados pela Constituição Federal de 1988, nos artigos, 5º, 182 e 183²⁹. Nestes termos, foram definidas estratégias para viabilizar a reforma urbana tendo como princípios norteadores as diretrizes contidas na proposta de pensar e planejar a cidade de forma sustentável³⁰ através de intervenções urbanas em assentamentos urbanos considerados subnormais e precários³¹. Com forte apelo nas questões relacionadas à sustentabilidade urbana apropriadas sob a tônica do discurso ambientalista/preservacionista, em Mangue Seco-Andorinhas, as intervenções urbano-habitacionais, assim como a regularização fundiária foram implementadas através do Projeto Terra.

²⁹ Os referidos artigos estão relacionados a garantia do direito constitucional à moradia assim como às considerações sobre diretrizes de planejamento urbano nas cidades brasileiras com vistas a assegurar o direito social da propriedade urbana.

³⁰ [...] A definição clássica de 1987, do Relatório da Comissão *Brundtland* para o termo Desenvolvimento Sustentável é que esse deve suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras suprirem as suas próprias necessidades. Em outras palavras, “é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente, e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas” (Comissão de Brundtland, apud Bissoli, 2007).

³¹ Os assentamentos precários são também objeto de investimentos pela gestão pública cotidiana: ela incorpora lentamente essas áreas à cidade, regularizando, urbanizando, dotando de infraestrutura, mas nunca eliminando a precariedade e as marcas da diferença em relação às áreas que já nascem regularizadas. Essa dinâmica tem alta rentabilidade política, pois dessa forma o poder público estabelece uma base política popular, de natureza quase sempre clientelista, uma vez que os investimentos são levados às comunidades como “favores” do poder público. As comunidades são assim convertidas em reféns, eternamente devedoras de quem as “protegeu” ou “olhou por elas”. Essa tem sido uma das grandes moedas de troca nas contabilidades eleitorais, fonte da sustentação popular de inúmeros governos. Se os investimentos em urbanização nos assentamentos têm alto interesse político, os processos de titulação podem ter um efeito ainda mais intenso, já que se trata de uma formalização da segurança de permanência em contextos extremamente vulnerável (ROLNIK, 2002, p.19).

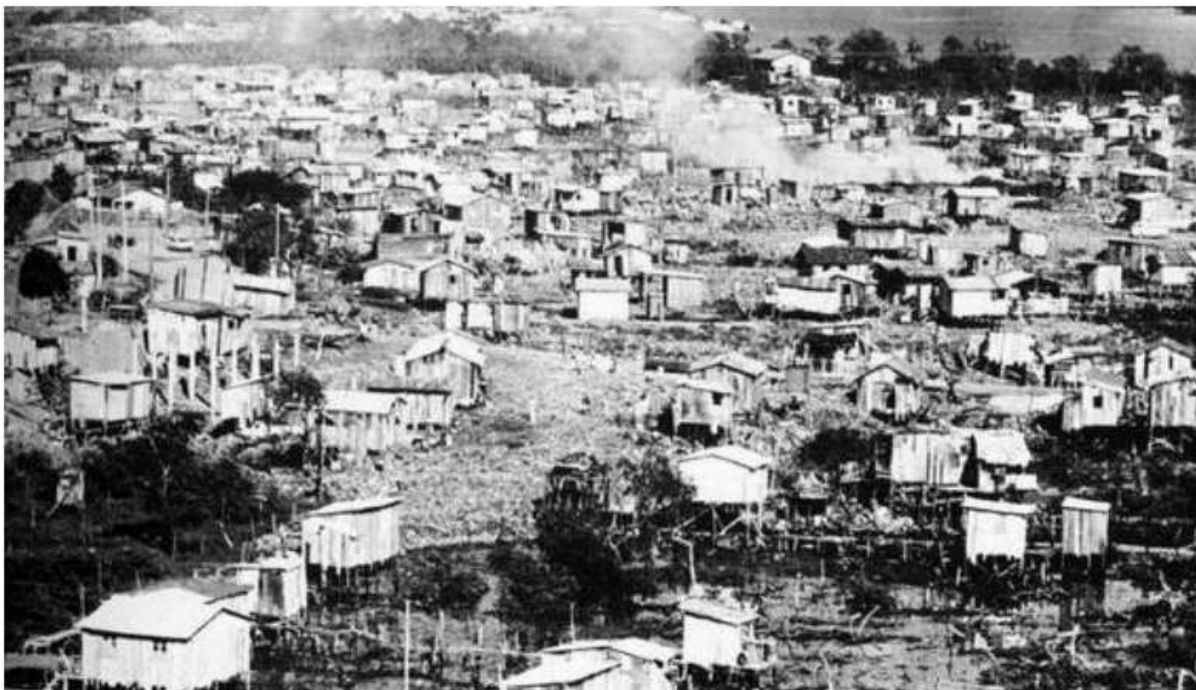


Foto nº.16 - Palafitas na ocupação dos mangues em Vitória

Fonte: Arquivo Público Municipal

Mediante a estratégia de tornar a cidade protagonista do próprio desenvolvimento, o Projeto Terra, tornou-se estruturante do Plano Estratégico Vitória do Futuro - PVF (1996-2010)³²; tratou-se de uma iniciativa que no âmbito da nova matriz de planejamento urbano que inaugurou um correspondente modo pensar e produzir a cidade a partir dos seguintes eixos: reforma urbana, cidade competitiva e desenvolvimento urbano sustentável, enfeixados nas bases do discurso ambientalista (RIBEIRO E CARDOSO, 1996).

³² No contexto de afirmação das políticas neoliberais, são controversas as abordagens relacionadas ao novo modo de pensar e produzir as cidades sob a orientação das técnicas de planejamento estratégico. Para o representante da Prefeitura de Vitória: [...] O projeto Vitória do Futuro representou para a nossa cidade o abandono do planejamento estratégico clássico ou planejamento, que se voltava quase unicamente para a dinâmica do meio físico e para o uso/ocupação do solo. O planejamento estratégico, ao contrário, além de ter em sua base metodológica a exigência da participação da população, é superior ao planejamento clássico também porque procura formar uma visão integral e abrangente da cidade, considerando todas as suas dimensões, ou seja, econômico, social, uso ocupação do solo, meio ambiente, qualidade de vida, infra-estrutura, administração pública, etc..." (Haroldo Correia Rocha/PMV *apud* Coelho, 2005,p.43).

No que segue buscaremos, preliminarmente, caracterizar o Projeto Terra em seus objetivos, diretrizes e estratégias gerais, enfatizando as propostas de intervenções urbano-habitacionais voltadas para Mangue Seco-Andorinhas. Em seguida a análise irá focalizar as principais repercussões e conflitos a reboque destas intervenções implementadas pelo poder público em Mangue Seco-Andorinhas.

4.2 O Projeto Terra e as Intervenções do Poder Público em Mangue Seco-Andorinhas: uma apreciação crítica.

O Projeto Terra constitui um instrumento das políticas públicas de intervenções urbanas estruturante do Plano Estratégico Vitória do Futuro (1996-2010), em especial no tratamento da questão habitacional e requalificação dos bairros pobres de Vitória, conforme diretrizes da Agenda 21 - pautada nas deliberações da Conferência de Estocolmo-1972, Rio-92 e Habitat II da ONU-1996. (NOVAES, 2003)

Sob este contexto ganham visibilidade questões relacionadas aos problemas ambientais, às precárias condições de moradia e segurança, à necessidade de geração de trabalho e renda, além de outros problemas urbanos a serem enfrentados conforme técnicas de planejamento estratégico³³. Entre seus objetivos principais, destaca-se o de assegurar condições de competitividade a cidade enquanto protagonista do próprio “desenvolvimento sustentável”.

O pioneirismo das políticas de intervenções urbanas voltadas para a reversão do significado dos manguezais enquanto lugar de lixo e pobreza ganhou força, no

³³ Ainda no campo das controvertidas abordagens relacionadas às técnicas de planejamento estratégico, Maricato, enfatiza que “(...) apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos planos estratégicos, vendidos às municipalidades latino-americanas, combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o “ajustes” das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington (que aliás, também vestiu uma roupagem democrática). Uma receita para os países e outra receita para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo, ou, mais exatamente, novos tempos de ajuste da relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista sob o império americano”. (MARICATO, 2008, p.57-58) “(...) O projeto Vitória do Futuro representou para a nossa cidade o abandono do planejamento estratégico clássico ou planejamento, que se voltava quase unicamente para a dinâmica do meio físico e para o uso/ocupação do solo. O planejamento estratégico, ao contrário, além de ter em sua base metodológica a exigência da participação da população, é superior ao planejamento clássico também porque procura formar uma visão integral e abrangente da cidade, considerando todas as suas dimensões, ou seja, econômico, social, uso ocupação do solo, meio ambiente, qualidade de vida, infra-estrutura, administração pública, etc...” (Haroldo Correia Rocha/PMV *apud* Coelho, 2005, p.43)

contexto capixaba, a partir do Projeto São Pedro - Desenvolvimento Urbano integrado e Preservação do Manguezal, implementado a partir de 1986 e que serviu de modelo para a estruturação do Projeto Terra, (cuja primeiras intervenções se deram em Mangue Seco - Andorinhas e Morro Jesus de Nazaré).

De fato, a tônica da preocupação com os manguezais já vinha tornando-se evidente desde a década de 1970, quando também através da Associação Capixaba de Meio Ambiente (ACAPEMA), ganhou destaque o discurso e as ações voltadas para a necessidade de preservação e recuperação dos manguezais.

No âmbito da legislação urbanística, os discursos e ações relacionados à questões de interesse ambiental estiveram também presentes nas diretrizes de uso e ocupação do solo integradas ao Plano Diretor³⁴ que passou a prever a delimitação das áreas de manguezais da cidade.

[...] Há mais de um ano, o PDU vem sendo discutido pela Prefeitura e Câmara Municipal, tendo sido feitas modificações. Para o presidente da Acapema, Claudio Saad Noé, o Plano deve ser aprovado com urgência para se garantir a não ocupação de todos os mangues da capital. “a população necessita de áreas para habitar, porém, é preciso que se restrinja a ocupação indiscriminada dos manguezais. Com a demarcação destas regiões, já estaria garantida a preservação de alguns mangues, o que já é um passo. É preciso que a população, os órgãos oficiais e privados se conscientizem de que o mangue não é uma área suja, mas fértil e que representa uma importante fonte econômica para todos os países do mundo, frisa Cláudio” (A TRIBUNA, 11/10/81).

Como pode ser observado pelo que foi divulgado pela imprensa local, além de lugar de reprodução da força de trabalho, através do discurso apologético de preservação dos manguezais, buscava-se desconstruir a ideia de lugar sujo, usualmente associada ao mangue. Desta forma, ressaltava-se, por outro lado, a relevância do mangue também na perspectiva do valor econômico, que traz a reboque uma série de novas atribuições de cunho ideológico que passam a ter aderência ao mangue, assim redimensionado, dentre outras: o de constituir lócus da “exploração”

³⁴ [...] Em 1974, foi elaborado o Programa de Reaparelhamento Estrutural (PRE), e em 1976, o Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória (PEE), ambos tendo como referencia o Plano de Desenvolvimento Integrado-PDI. Este segundo marca o início da condução do processo de planejamento urbano da Grande Vitória, pelo Governo Estadual. Atendendo orientações de complementação e detalhamento na escala municipal do PEE, inicia-se a elaboração dos planos diretores urbanos – PDUs. , para os municípios da Grande Vitória. Pioneira nesse processo, a cidade de Vitória inicia a construção do seu PDU em 1979, sendo aprovado somente no ano de 1984 (sendo revisado em 1994) (FERREIRA, 2005,p.84).

sustentável, espaço de consumo turístico além de fator de agregação à valorização imobiliária.

Assim, pela importância que possui o Projeto Terra no que diz respeito aos efeitos que exerceu tanto sobre a área de Mangue Seco-Andorinhas, quanto no entorno dos bairros, será conduzida, preliminarmente no item 4.2.1, uma breve apresentação das características gerais do referido Projeto; bem como, mais especificamente, suas propostas diretamente referidas a Mangue Seco-Andorinhas.

Em Seguida, no item 4.2.2, serão analisadas as intervenções mais importantes do Projeto que foram, de fato, concretizadas em Mangue Seco-Andorinhas a fim de dar visibilidade às suas repercussões efetivas.

4.2.1 Projeto Terra: Caracterização Geral e Propostas para Mangue Seco - Andorinhas.

O Projeto Terra - Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental nas Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda foi oficializado através do Decreto Municipal de número 10.131 de 14 de janeiro de 1998, sendo que no ano de 2008, após passar por revisão metodológica, foi então denominado Projeto Terra Mais Igual. O objetivo principal do projeto é apresentado no parágrafo único do Capítulo 1, nos seguintes termos:

[...] O Projeto Terra objetiva a incorporação das áreas ocupadas por população de baixa renda ao tecido urbano da cidade, dotando as de padrões urbanísticos adequados, infra-estrutura básica, equipamentos públicos, habitações dignas, segurança e melhorias microclimáticas, regularização fundiária e preservação ambiental, garantindo a qualidade de vida e pleno direito à cidadania aos moradores dessas comunidades.

Com o Projeto Terra reafirmou-se um novo paradigma de orientação às políticas urbanas, resultado principalmente da atuação ampliada das agências internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial) de financiamento na política urbana brasileira, com ênfase nas intervenções em áreas degradadas. Naquela ocasião (1998), tratou-se da reformulação do Programa Habitar Brasil-HBB, implantado pelo Governo Federal, com base em intervenções para fins habitacionais, regularização fundiária e produção de lotes urbanizados.

Nestes termos, embasado nas diretrizes definidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, o Programa Habitar Brasil-HBB, ao nível de política nacional passou a priorizar a urbanização de áreas de assentamentos precários através de projetos específicos, a exemplo do Projeto Terra em Vitória.

Neste contexto, o lançamento do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, pelo Programa das Nações Unidas (PNDU-1979), coadunou com esta nova fase de elaboração e implementação das políticas urbanas fundadas em ações comprometidas com a sustentabilidade, governabilidade/governança e cidadania/participação. Desta forma, o Projeto Terra, inspirado nas diretrizes apontadas pelas agências internacionais de financiamento, estruturou-se enfatizando problemáticas associadas diretamente ao meio ambiente como importante questão da agenda internacional para a conceitualização de desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2005).

Com a reformulação dos padrões de intervenções no espaço urbano, através da assimilação das diretrizes do HBB/BID, buscou-se a partir de 1998, com os incentivos na área de desenvolvimento institucional, adequar a cidade de Vitória às condições técnico-operacionais conforme as estratégias de intervenções então definidas pelo Projeto Terra.

Desta forma, em 2002, foi criada a Secretaria Especial de Habitação , quando também foi reformulada a política de tratamento da questão habitacional da cidade de Vitória antes feita de forma pontual em atendimento a situações emergenciais, principalmente relacionadas a localização de famílias em áreas de risco de deslizamentos ou de interesse ambiental (PMV/2003).

Nestes termos, a partir das experiências com as intervenções ocorridas anteriormente na região de São Pedro, o Projeto Terra foi implementado na perspectiva de estabelecer novos parâmetros de intervenções para reestruturação de áreas tidas como degradadas, também qualificadas como áreas de risco ambiental (LOBINO, 2008).

É importante destacar que o Projeto Terra esteve, na esfera de seus objetivos centrais, voltado também para ações visando a regularização fundiária das áreas que, ocupadas pelos pobres, eram consideradas “ilegais”; buscando, assim,

incorporar tais áreas ao tecido urbano da “cidade legal”, trazendo à tona o caráter ideológico de uma discurso dual polarizando a noções de legal-formal e o problema da cidade ilegal-informal. De acordo com Coelho (2005), o urbano, o social, o ambiental, a situação fundiária e o gerenciamento participativo foram os principais eixos integrados às diretrizes do Projeto Terra que teve, além de outros, os seguintes objetivos:

[...]

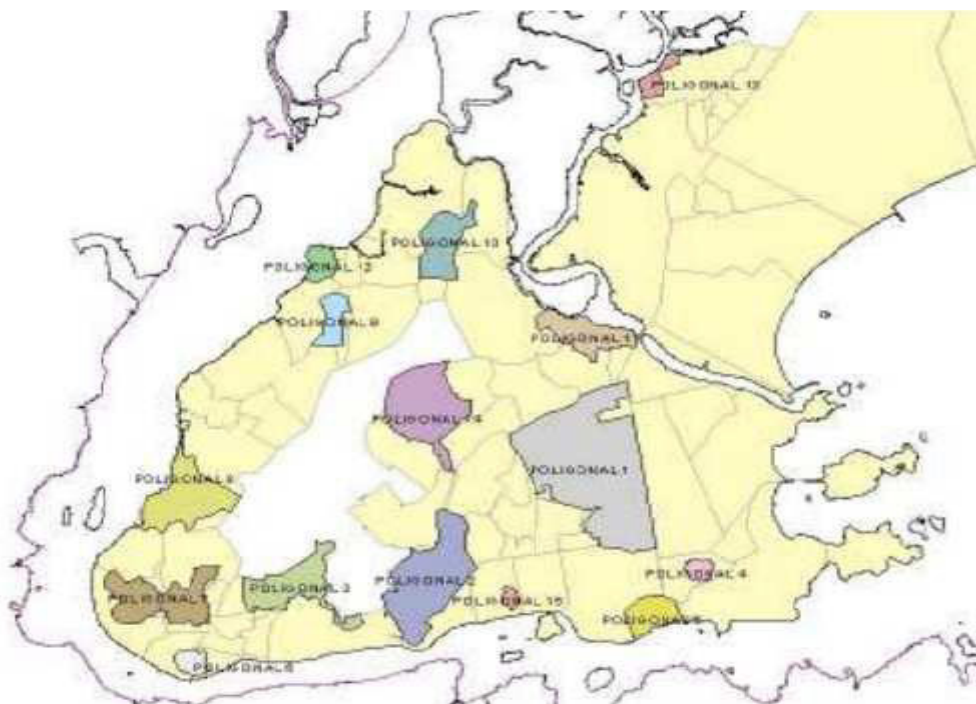
- i) promover melhorias urbanísticas nas áreas ocupadas dando condições de acessibilidade, implantando equipamentos de infra-estrutura públicos e comunitários e proporcionando melhorias das condições de habitabilidade;
- ii) promover a melhoria das condições socioeconômicas da população, desenvolvendo mecanismos integrados de incubação, de acesso a financiamento e de capacitação profissional que estimulem a transformação de desempregados excluídos do mercado em empreendedores individuais ou coletivos;
- iii) estabelecer o limite da ocupação urbana, preservando as áreas de interesses ambiental e intervindo para diminuição ou eliminação das áreas de risco;
- iv) reassentar as famílias residentes em áreas de interesse ambiental e de risco no interior ou no entorno da área de intervenção;
- v) implementar ações sociais integradas visando a melhoria e ampliação dos serviços e a participação popular em todas as fases de implementação do projeto;
- vi) promover a melhoria dos índices sociais, através da implementação da urbanização e de ações sociais integradas, visando a criação de novas perspectivas para a população local;
- vii) promover a regulação fundiária e a titulação dos lotes nas áreas publicas municipais, nas áreas cedidas pela União e nos reassentamentos.

[...]

Tendo sido programado para atender aproximadamente 1/3 da população da cidade, distribuídas em 36 bairros, numa área total de 6,09 km², através do Projeto Terra foram implementadas obras de infraestrutura e melhorias habitacionais em áreas denominadas Zonas de Intervenção Públicas Prioritárias- ZIPP, definidas no Plano Diretor de Vitória, instituído pela Lei Municipal nº. 4167/94.

Consideradas como áreas de interesse social, instituídas através da proposta de zoneamento do Plano Diretor de Vitória/1994, para as ZIPP foi previsto o desenvolvimento prioritário de programas de regularização fundiária e das edificações, assim como programas de urbanização específicas (PMV/2003). Nestes termos, as intervenções relacionadas a proposta de regularização fundiária emergiram como promessas futuras de valorização fundiária e imobiliária (FREIRE,2011,p.32).

Tendo em vista os objetivos definidos, conforme figura de nº 21, na estratégia de intervenção proposta pelo Projeto Terra, foram definidas 15 poligonais, compostas por diversos bairros, (Cf. Anexo 01), onde foram implementadas obras, ações e serviços articulados, destinados a urbanização, à promoção da regularização fundiária, bem como a preservação ambiental e ao desenvolvimento comunitário (PMV/2002).



Mapa 08 - Poligonais do Projeto Terra - Localização
 Fonte: SEPLAN/PMV

As poligonais foram tecnicamente definidas como unidades de planejamento e ação em territórios físicos pré-delimitados, em muitos casos, envolvendo mais de um bairro através de uma proposta de espacialização não restritiva a limites intra-bairros tradicionalmente estabelecidos (COELHO, 2005).

Nas 15 poligonais integradas ao Projeto Terra foram envolvidos diversos bairros considerados assentamentos subnormais e precários conforme anexo nº. 01, sendo que, conforme Lobino (2009), o Projeto Terra, no âmbito das intervenções pretendidas, em seus objetivos previa,

“[...] obras de habitação, urbanização, ação social, geração e ocupação de renda, regularização fundiária, reflorestamento, recomposição vegetal e delimitação de áreas de preservação. Tal projeto propõe que as áreas de morros e palafitas vão ao encontro dos padrões da dita cidade formal. (...)somando recursos próprios, do BNDES, Caixa Econômica, do Governo Federal e do Programa Habitar Brasil/BID, segundo dados do site oficial da Prefeitura de Vitória. A área desocupada de Mangue Seco foi identificada pelo Projeto Terra como Área de Interesse Ambiental (AIA), qualificando as moradias como em condição de risco ambiental” (LOBINO, et al,2009,p.476).

Nestes termos, o Projeto Terra previa não mais promover a remoção compulsória de moradias para fins de erradicação arbitrária dos assentamentos precários. Pretendeu-se, através dos eixos de ação do Programa Habitar Brasil/BID, integrar tais áreas consideradas como assentamentos subnormais e precários à vida da cidade, dotando-as de condições de habitabilidade a partir das seguintes prerrogativas (PMV/2003):

[...]

- i) Eixo 01: urbanização de assentamentos subnormais:
 - Reassentamento de famílias ocupantes de áreas de risco;
 - Promoção de regularização fundiária;
 - Realização de obras e serviços de infraestrutura urbana;
 - Promoção de ações de recuperação ambiental;
 - Construção de moradias;

- Implementação de equipamentos sociais.

II) Eixo 02: Mobilização e capacitação:

- Participação da comunidade nas etapas de implementação do projeto;
- Promoção de cursos para fins de gerar oportunidades de trabalho e renda;
- Atenuar conflitos existentes e promover a sustentabilidade às famílias atendidas;

III) Eixo 03: desenvolvimento institucional,

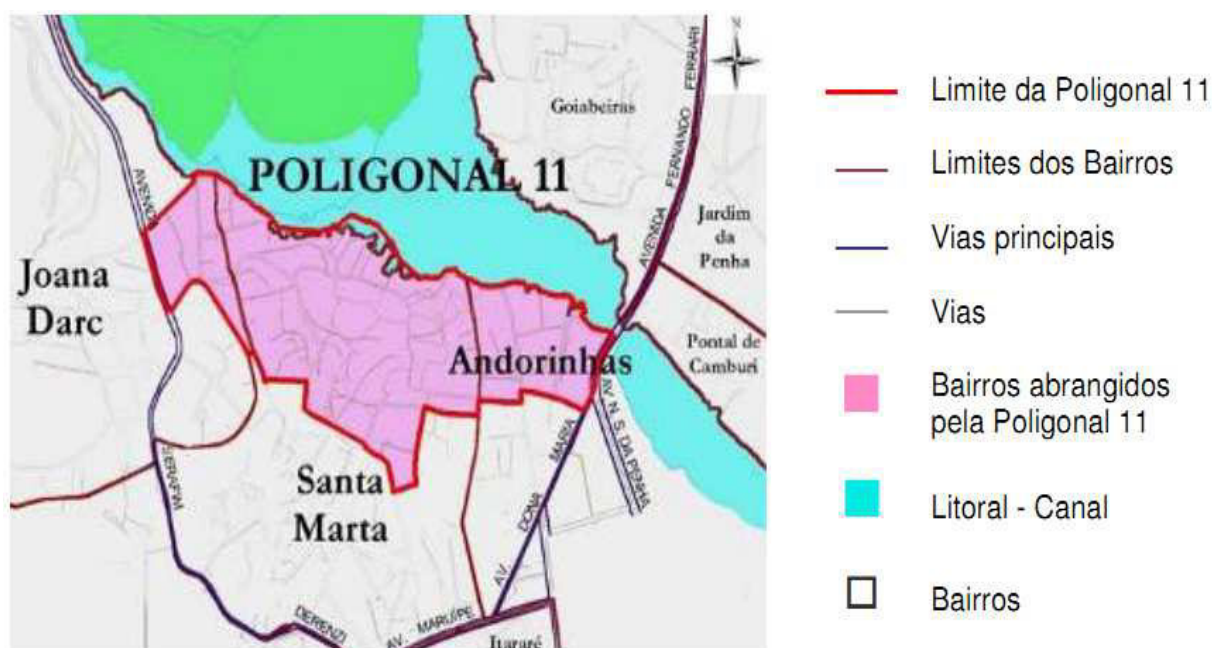
- Investimentos no desempenho técnico, econômico e financeiro e fiscal do município;
- Promover ações de fortalecimento do município para atuar na redução da pobreza (PMV, 2003).

[...]

Além das obras relacionadas à construção de moradias para fins de reassentar famílias removidas de suas moradias e promover melhorias habitacionais, através do Projeto Terra, as intervenções previstas nos assentamentos inseridos em Zonas de Intervenção Públicas Prioritárias-ZIPP, estavam relacionadas também a implementação de obras de saneamento básico, pavimentação, implantação de equipamentos de uso coletivo e regularização fundiária.

Caberia destacar que, circunscrito ao objetivo de promoção e inclusão social dos moradores de áreas sob intervenções através do Projeto Terra, a proposta de trabalho técnico-social buscou envolver as lideranças e moradores em atividades relacionadas principalmente ao eixo 02, anteriormente descrito, quando previa ações voltadas para solução de conflitos, bem como para a formação e capacitação profissional com foco na geração de trabalho e renda.

Dentre as 15 poligonais do Projeto Terra³⁵, parte do bairro Andorinhas (comunidade Mangue Seco) integra a poligonal de nº 11, também formada por parte dos bairros Santa Marta e Joana D'Arc, envolvendo 4020 famílias, residentes em 1154 unidades habitacionais (IBGE/PMV, 2000).



Mapa nº 09 - Bairros integrantes da Poligonal 11 - Projeto Terra -

Fonte: PMV/2000

Em Mangue Seco-Andorinhas, com base nas premissas relacionadas às ações de planejamento integradas e articuladas, buscou-se viabilizar o “desenvolvimento humano sustentável”, tônica máxima do Projeto Terra, sendo destacado como desafio principal garantir a participação popular conforme diretrizes do Plano Estratégico da Cidade - Vitória do Futuro elaborado em 1996-2010.

De acordo com os levantamentos e diagnósticos realizados para a definição das poligonais, a situação dos bairros integrantes da Poligonal 11 caracterizou-se pela

³⁵ [...]Na esteira da Agenda Habitat e da agenda 21, o município vem investindo maciçamente e dedicando significantes esforços ao combate da pobreza e à exclusão social e à construção e/ou preservação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental com experiências bem sucedidas que credenciam a cidade para assumir novos desafios” (...)Vitória será uma cidade com qualidade de vida, capaz de oferecer bem-estar e satisfação em nível individual e coletivo, oportunidades para o desenvolvimento das potencialidades humanas e das relações sociais, a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações, a preservação, como parte da identidade da cidade, da paisagem natural e construída, a incorporação progressiva dos excluídos do processo de produção e fruição dos benefícios de viver em sociedade, e oportunidades para a participação consciente e solidária dos cidadãos na vida da cidade”(Prefeitura de Vitória, apud Coelho,2005,p.45-47).

predominância de condições típicas de áreas de assentamento considerados subnormais (ilegais e precários)³⁶, em especial através da ocupação espontânea de áreas de manguezais, conforme verificado no quadro anexo nº 02.

Em Mangue Seco-Andorinhas, no plano das diretrizes urbanísticas, fundiárias, ambientais, sociais e gerenciais, as intervenções definidas buscaram contemplar as demandas previamente diagnosticadas. Desta forma foram previstas obras de infraestrutura: drenagem, pavimentação, urbanização da orla, construção de equipamentos públicos, melhorias habitacionais, demolição de palafitas, reassentamento de famílias, regularização fundiária e desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda³⁷.

Em sua estrutura gerencial, o Projeto Terra foi definido em três níveis: nível estratégico, tático e operacional, sendo predominante o papel do nível estratégico (campo de articulação técnica e política institucional) sobre os demais níveis. Desta forma, as metas e ações dos projetos eram previamente definidas pela equipe política e técnica para em seguida passar pelo referendo da comunidade através de suas formas representativas. Não obstante, a participação da comunidade se efetivava de forma superficial, validada apenas para confirmar as deliberações apontadas pela equipe técnica e validas pelo prefeito (KLUG, 2005).

Nas ações correspondentes ao eixo da mobilização popular, a fase de realização dos levantamentos, mapeamentos e diagnósticos da área, se deu com a participação das lideranças comunitárias. De acordo com declarações, em trechos da entrevista concedida por Dona Bela, na ocasião presidente da do Movimento Comunitário de Mangue Seco-Andorinhas (1996-2007), o papel das lideranças da comunidade foi determinante no sentido de facilitar a interlocução da Prefeitura com

³⁶ “[...] São ilegais porque estão fora do mercado imobiliário formal e desobedecem às leis que regulam e normatizam o uso do solo urbano; são precários porque excluídos dos grandes benefícios do urbano moderno”. (ROLNIK, 1990, p.3)

³⁷ “[...]A gerência do Projeto Terra estava localizada na Coordenadoria de Administração Estratégica (GAB/ADM) - posteriormente, Coordenadoria de Planejamento (GAB/PLAN), vinculada ao Gabinete do prefeito Municipal, demonstrando o papel estratégico que o projeto assumia dentro da administração municipal. Essa gerência se efetivava em três níveis: o estratégico, o tático e o operacional” (FERREIRA, 2005).

os moradores para fins de amenizar conflitos e assegurar condições também para a implementação das ações previstas no projeto.

[...] No Projeto Terra...os primeiros bairros contemplados foram Andorinhas e Jesus de Nazaré.... eu participei do projeto e tudo....o processo de remoção no início foi duro porque as pessoas tinham medo que a prefeitura viessem tomar o que era deles , e não dar nada em troca....pensando que fosse uma promessa de político...foi em 1998.... a gente visitava as casas em apoio a uma equipe de técnicos que veio de São Paulo e de outros lugares que vieram fazer um trabalho de pesquisa com os moradores.....eu participei de tudo isto....eles somente conseguiam entrar nas casas com as lideranças....os representantes da comunidade....as lideranças eram importantes para o trabalho do projeto.....com a gente os moradores tinham segurança de deixar entrar nas casas delesse não eles não acreditavam”.

De acordo com os projetos básicos e executivos elaborados, para a área correspondente a orla do Canal da Passagem, conforme figura nº. 06 foram previstas e executadas obras de urbanização com implantação de soleiras, atracador de barcos, galeria de jogos, dentre outras melhorias voltadas para a transformação da paisagem - desde sua origem estigmatizado pela condição de pobreza notadamente expressa através da presença das palafitas.

Através do Projeto Terra foi também prevista a remoção de famílias das 70 palafitas com reassentamento das mesmas, no Residencial Parque Barreiros, localizado no bairro vizinho de Santa Marta, com o qual faz divisa. Foi também previsto a demolição de moradias precárias, seguido de reconstrução e reassentamento no mesmo local, como também a edificação de módulos sanitários e melhorias habitacionais (PMV, 1996).

O quadro de insegurança em relação a questão da posse, aliada ao histórico de conflitos e ameaças de despejo por parte do poder público, foram alguns dos fatores que geraram desconfiança e, inclusive, reações da parte de alguns moradores que se recusavam a dar informações aos técnicos responsáveis pela interlocução com a comunidade na elaboração da proposta de intervenção (PMV/2003).

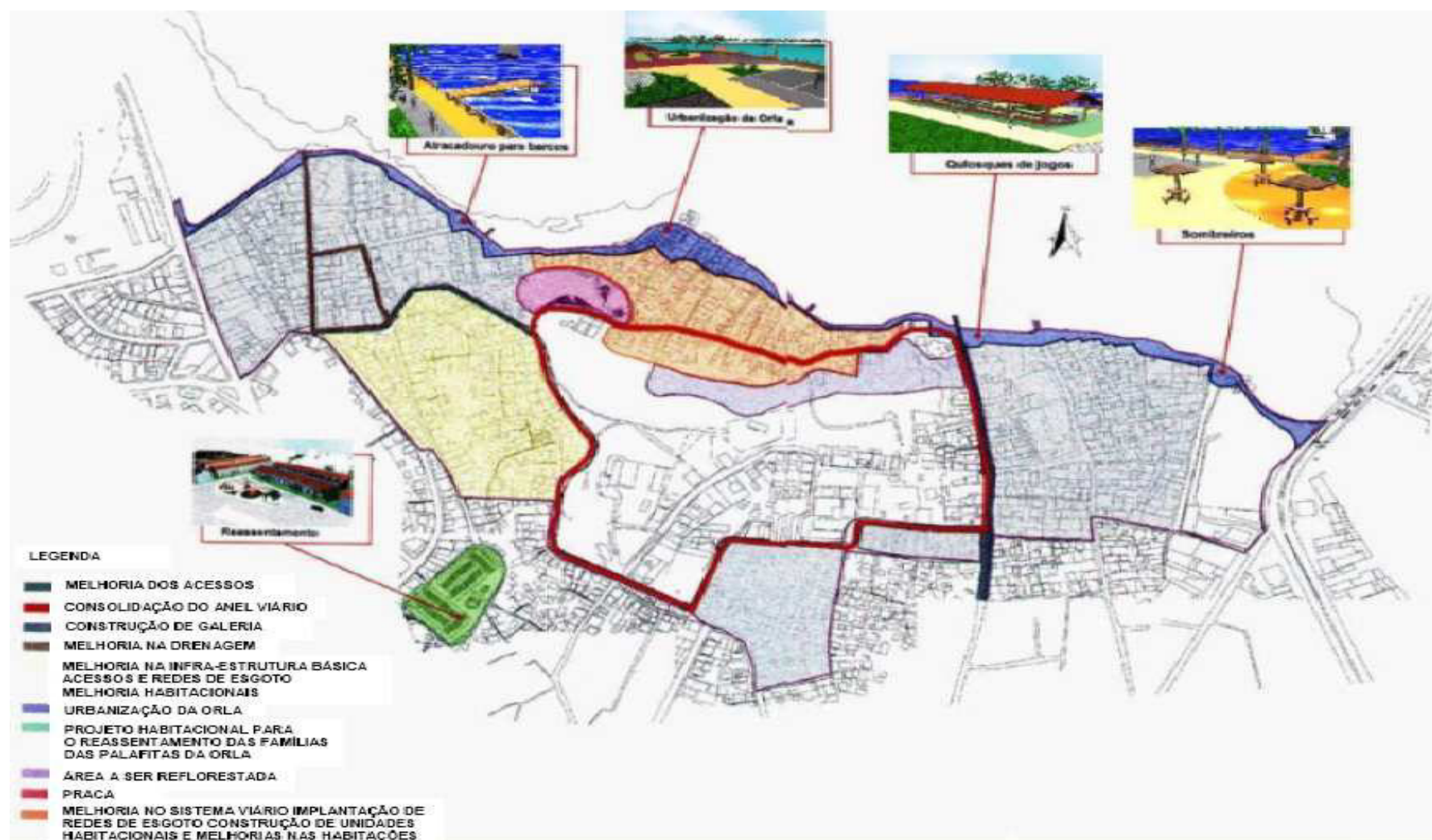


Figura nº. 06 - Croquis indicativo das intervenções urbanas previstas na Poligonal 11
 Fonte: Projeto Terra. Habitar Brasil/BID/2000.

Ainda no sentido de qualificar mais precisamente a natureza das intervenções urbano-habitacionais previstas para serem realizadas em Mangue Seco-Andorinhas, cabe ressaltar na seguinte passagem o relatório de gerenciamento de obras da PMV:

[...] A delimitação do aterro através de enrocamento e urbanização visa interromper o processo de ocupação de mangues. Fundamentado em um conjunto de obras que beneficiará muito a região em termos de qualidade de vida, a intervenção promoverá saneamento básico, preservação ambiental e potencial turístico. Estão previstos neste conjunto de obras: ciclovias com pavimentação asfáltica, calçadão, equipamentos comunitários, paisagismo, píers e iluminação pública. Em um trecho de 50m onde existe um afloramento rochoso junto com as águas do Canal, optou-se por interromper este enrocamento e construir uma passarela tipo deck de modo a não impactar o meio ambiente com as obras projetadas. A proposta para o sistema de drenagem de água pluvial, consiste em um projeto para a área de reassentamento, interligação das redes existentes e projetos de drenagem para urbanização da orla. No sistema existente observou-se a necessidade de um redimensionamento da bacia hidrográfica de contribuição. Desta forma, foi projetado para o local uma galeria com início na Av. Maruípe cruzando toda a área da Poligonal, através da Rua Emílio Ferreira da Silva totalizando 720 m de extensão” (PMV/2001).

O volume de recursos financeiros iniciais destinados à execução das obras de urbanização, construção e melhorias habitacionais em Mangue Seco Andorinhas, foram da ordem de R\$14.156,940, assim especificados:

FONTES	VALOR (R\$1,00)	(%) POR FONTES
Recursos próprios	4.710.870,00	33,28%
Programa Habitar Brasil - BID	9.446.069,00	66,72%
Total	14.156.940,00	100,00%

Quadro 02- Investimentos na Poligonal 11

Fonte: Projeto Terra - Programa Habitar Brasil- BID, 2000.

Conforme apontado pelas propostas de intervenções do Projeto Terra, a remoção das palafitas, as obras de infraestrutura, melhorias habitacionais e construção de equipamentos de uso coletivo em Mangue Seco-Andorinhas, previam tanto a transformação da paisagem quanto a melhoria das condições de vida dos moradores (MARTINUZZO, Projeto Terra Vitória de Todos, 2002).

4.2.2 Repercussões e Conflitos Derivados das Intervenções do Poder Público em Mangue Seco – Andorinhas.

A tônica do discurso do embelezamento, da inclusão social e da proposta de inserção de Mangue Seco-Andorinhas no contexto da cidade legal conduziram as intervenções do Projeto Terra em Mangue Seco-Andorinhas. Nestes termos, além das alterações urbanísticas, buscava-se nitidamente superar o estigma de pobreza e violência associados ao lugar.

Para muitos dos moradores entrevistados durante as campanhas de campo, o significado das transformações urbanísticas derivadas do Projeto Terra em Mangue Seco-Andorinhas, esteve mais fortemente associado às ações e obras que possuíam maior visibilidade, a exemplo da derrubada das palafitas e da expulsão das famílias da área de encosta na divisa com o bairro Santa Marta, do que, propriamente, efetivamente suplantam problemas sociais mais graves e essenciais na área.

Não obstante, para diversos moradores, o Projeto Terra de fato sinalizou uma perspectiva, ao menos a princípio, de benefícios efetivos da área:

[...] O Projeto Terra chegou, pegou a identificação de todo mundo. Eles deram tanta esperança pra gente. Como se estivesse se transformando o bairro. Não houve ameaça nenhuma de que iam despejar”[...] Como na televisão, é uma reforma. É isso. Construir uma área de lazer, ter direito de brincar...é um bom projeto. [...] Limpar a área, fazer a área ficar bonita; Ter um lazer, eles iam fazer o bairro, botar pavimentação, asfaltar” (FONSECA, 2004).

Contudo, as intervenções do Projeto Terra em Mangue Seco-Andorinhas – a despeito das “ações e decisões compartilhadas” entre técnicos da PMV e representantes da comunidade e das efetivas melhorias derivadas de suas intervenções na área -; trouxeram à tona conflitos que, de modo patente, revelariam as contradições verificadas entre o discurso esposado pelo projeto e a prática³⁸.

³⁸ “[...] a interface do projeto Terra com a população, ocorria através da instalação dos Escritórios Locais (equipe multidisciplinar) para coordenar os trabalhos nas poligonais e liderar o processo de mobilização e negociação com a comunidade. Contudo, apesar das lideranças do bairro apontarem que houve participação nas discussões do Projeto Terra, a mobilização se concentrou, sobretudo, nas diretorias dos movimentos e nas Comissões criadas pelo Projeto, sobretudo, para as áreas relacionadas às intervenções urbanísticas. No entanto, a prática nas poligonais, a medida em que o trabalho avançava ficavam explicitadas as relações clientelistas de lideranças comunitárias com a administração pública, vereadores e com membros da comunidade” (FERREIRA, 2005, p. 296).

É nesse sentido que, dentre as intervenções conduzidas pelo Poder Público, que chamam a atenção pela intensidade dos conflitos que gerou com os moradores de Mangue Seco-Andorinhas, destaca-se a polêmica ação de reintegração de posse da área localizada na divisa com o bairro Santa Marta. Essa intervenção, a despeito de, a princípio, não estar prevista no plano geral de ações relacionadas às intervenções do Projeto Terra, estava inextricavelmente fundada nas premissas do “desenvolvimento humano sustentável” que amparavam o projeto³⁹.

Enquanto área integrada à unidade de planejamento definida como Poligonal 11, a reintegração de posse da mesma ocorreu de forma conflituosa. Da referida área, reclamada pela Prefeitura de Vitória juntamente com o Governo do Estado, foram despejadas aproximadamente 400 famílias que, desabrigadas, passaram a ser representadas pelas lideranças do Movimento Nacional de Luta pelo Direito a Moradia - MNLP.



³⁹ “Inspirado nas teorias do economista Amartya Sen, a ex-Secretária de Ação Social, Vera Nascif,, trouxe para o Projeto Terra, segundo um técnico da PMV, a noção de desenvolvimento humano. Apropriando-se deste conceito o Projeto Terra conceitualmente focou-se na criação de um processo de transformação, motivação e desenvolvimento humano denominado pelos seus técnicos de “Desenvolvimento Humano Sustentável. Buscava-se assim, uma mudança de foco “do espaço”, para a “melhoria da vida das pessoas” (FERREIRA, 2005, p.285-286).

Figura Nº. 07 - Área pós- despejo / Mangue Seco-Andorinhas

Fonte: Bissoli, 2007; Adaptação: Aldo Rezende/2012.

Afim de ampliar a análise do impacto dessa intervenção urbana, que se poderia considerar arbitrária, promovida pelo Poder Público sobre a área de Mangue Seco-Andorinhas, sobretudo enfatizando o significado que possuiu para os moradores, é relevante destacar a importante declaração do advogado e assessor jurídico do MNLM/ES⁴⁰, Dr. Roberto, no sentido de qualificar a posição dos moradores.

“[...] nós recebemos um convite do então Secretário Municipal de Vitória, Ricardo Santos... se não me engano ele era secretário de obras ou de planejamento urbano, uma coisa assim....ele nos convidou na prefeitura e pediu para o Movimento de Moradia para ajudar , na verdade ajudar com a prefeitura..... com a intermediação... alguma coisa que significasse a retirada das famílias lá de Mangue Seco, nós falamos com ele: qual é a alternativa da prefeitura para estas pessoas.... tinha pessoas que estavam lá há mais de 20 anos...fui lá cadastrei...algumas dessas pessoas peguei procuração deles... daí ele disse que não tinha alternativa para os ocupantes, vão simplesmente sair de lá...foi o que eu entendi naquela época. Pela data do processo, isto foi mais ou menos em abril de 2003. Então nós falamos que sem alternativa para as famílias não tinha como o Movimento de Moradia fazer qualquer coisa...então neste instante, ele sacou lá um mandado judicial de despejo de todas as famílias...não estou muito certo do numero exato de famílias....alguma coisa perto de 300 a 400 famílias....e ai já estava com uma determinação judicial de despejo das famílias...disse que já tinha contactado a policia militar para o ato de desocupação...(Roberto).

Sob o apelo do discurso que enfatiza a relação entre a ocupação de uma área de risco com a problemática da preservação ambiental, a ação de despejo das famílias possibilita reconhecer a estratégia política de atuação do poder público local que visava promover a “requalificação⁴¹ da área” ocupada pelos pobres. Neste contexto, o Poder Público agiu, de forma tática, para impor, através do uso da força e da violência, seu poder sobre a área:

[...] Antes do despejo, pegaram nosso nome e prometendo ajudar a ganhar aquela terra. Foi tudo traição. Mas na verdade, pegaram o nome para colocar na liminar. Quando chegou a liminar só veio o nome das pessoas que deram o nome no Projeto Terra, [que]garantiu que a terra já era nossa. [eles vinham com blusa verde escrito Projeto Terra], não se apresenta, não

⁴⁰ MNLM/ES – Movimento Nacional de Luta pela Moradia - Espírito Santo.

⁴¹ [...] A área desocupada em Mangue Seco foi identificada pelo “Projeto Terra” como área de Interesse ambiental (AIA), e qualificou as moradias em condição de risco ambiental...(...) O espaço que sediou a moradia e seguiu o desalojamento dos moradores, Mangue Seco, identificado como AIA e transformado em parque, recebeu o sentido de “pacificação” de parte da paisagem da cidade, em relação à “desordem”.. A remoção dos moradores de Mangue Seco simbolizou a “segurança” e a “ordem urbana”, uma vez que foi transformado em um espaço que não gera perturbações ao “ambientalmente sustentável”, muito menos guarda evidencias de conflitos no passado”(LOBINO, et all, 2008).

fala o nome, não falava porque estava m ali. Só falavam que haveria melhoria para a gente.” (Moradora S)...(...) “ o projeto terra falava que a gente estava em área de risco e que a gente ia sair para outra área melhor do que aquela. Ali a gente corria risco. Projeto Terra. Eles localizam as pessoas nas áreas de risco, tiram as pessoas e colocam em outra área.(...) um lugar melhor para a gente, a gente ia pagando o IPTU e cada um teria sua moradia [informa o Projeto Terra]. Só falava de boca...nós saímos de lá debaixo de polícia, todo mundo perdeu suas coisas, minha minina perdeu o guarda-roupa que não tinha pagado ainda”(Moradora Z, citados por FONSECA,2004,P.37-38).

Conforme indicado pelo assessor jurídico do MNLM/ES, na atuação do poder público local ficou declarada a flagrante violação do Estatuto da Cidade, instituído em 2001, que então, a propósito, já estava em vigor a dois anos. Nele consta assegurada a prerrogativa da gestão democrática da cidade e garantia da função social da propriedade e da cidade enquanto direito de todos e todas. De acordo com o entrevistado, houve:

“[...]várias reuniões que não foi permitida a participação dos moradores despejados, nem mesmo eu como advogado pude participar.....Um dia eu estava passando em frente a casa do cidadão, em Maruipe, eu vi uma movimentação das pessoas que eu estava acompanhando, lá em frente....parei perguntei e soube da reunião de secretarias da PMV sobre o pessoal de Mangue Seco...tentei entrar na hora e o guarda- segurança proibiu, disse que eu não podia entrar....disse ser advogado das pessoas e fui impedido de participar....pedi que ele ligasse e de lá veio o recado de que não poderia entrar....fiz contato com o COPOM solicitando uma viatura por terem cerceado meu direito de exercer a profissão por uma atividade da Prefeitura de Vitóriaquando a viatura chegou a reunião estava terminando e os secretários saindo do prédio...não soubemos o que foi tratado na reuniãouma coisa absurda em plena vigência do Estatuto da Cidade que inclusive defende a realização de audiências públicas, que requer um processo participativo com todos os interessados.... e a prefeitura faz uma reunião em plena casa do cidadão, impedindo a participação do advogado e da comunidade.... depois O Movimento de Moradia tentou apresentar esta situação nas conferências da cidade e foi barrado....teve que ter intervenção da polícia para garantir a participação do movimento na Conferência da cidade.....a Conferência deveria ser um pacto a ser elaborado por todos e isto o Estatuto determina”(Roberto).

O conteúdo ideológico do apelo paisagístico presente nas propostas de intervenções propostas e implementadas pelo Projeto Terra também tornou-se alvo de crítica por parte do advogado do MNLM/ES, de modo cabal, nos seguintes termos:

[...] No mapeamento do Projeto Terra esta área fazia parte da poligonal 11...eu conversei bastante com os técnicos do projeto terra. Na verdade, antes quando você vinha da UFES para a Reta da Penha, o visual que você tinha era de uma favela...tinha tráfico de drogas, desova de corpos... [ressalva: numa área próximo ao quartel da PM;ainda hoje é uma área controlada pelo tráfico de drogas e ninguém faz nada]...mas hoje, além da ponte nova, a visão é bem panorâmica...era bem uma favela... não sei se devido a este projeto de restauração visual da cidade ...eu acho que tem uma coisa desta também no meio.... até porque o prefeito da época Luiz

Paulo tinha uma coisa obsessiva para jardinar a cidade, paisagismo ,coisa deste tipo...ou seja, gente não tem importância...tem importância a beleza da cidade”(Roberto).

Ainda, conforme declarações do entrevistado, além da ausência de dialogo e condições para viabilizar o exercício democrático de pensar e produzir a cidade de forma participativa, o despejo foi também comprometedor para a ação do poder público, uma vez em que,

“[...] envolveu muita manipulação do judiciário, toda a máquina pública envolvendo todas as autoridades para fazer o que o prefeito queria fazer Naquela época não tinha negociação não...as famílias de Mangue Seco despejadas foram retiradas de lá com cachorros, cavalos e batalhão de choque; eles quebraram literalmente os barracos e os despejados foram levados para o sambódromo e para uma escola da prefeitura na Praia do Canto, e ficaram morando ali numa situação verdadeiramente caótica... aos poucos devido ao processo de desgaste a prefeitura foi deixando que estas famílias se virassem de alguma forma...em razão da resistência de alguns a prefeitura acabou arrumando uma ajuda, bolsa aluguel para algumas famílias...hoje não sabemos qual a situação destas famílias....foi uma irresponsabilidade, uma improbidade gritante.... depois do despejo as famílias ficaram abandonadas...sem casa, sem móveis...sem nada...passou um furação lá, que foi a policia militar, e as pessoas não tinham nenhuma importância...o ato da desocupação a imprensa acompanhou...fizeram o carnaval deles e depois não acompanhou mais...eu lembro que mostraram uma senhora cega e idosa sendo arrastada da casa dela...ela morava lá a mais de 20 anos...entramos com todas as medidas cabíveis que foram todas negadas pelo Tribunal de Justiça. Não teve nada de desapropriação, de indenização, nada disto em plena vigência do Estatuto da cidade”(Roberto).

Sobre a destinação da área, palco da referida ação de despejo das famílias em Mangue Seco-Andorinhas, o advogado asseverou que,

“[...] a desculpa é que seria uma área de preservação ambiental...o Estado falava que seria destinado a habitação de interesse social e a prefeitura fala que seria um parque,,,uma divergência gritante que mostra não haver nenhum tipo de planejamento com destinação correta, definida para aquela área... foi sim, fruto de uma vontade política qualquer que a coisa deveria ser feita do jeito que alguém queria....não sabemos o que exatamente o que que era.... eu reconheço que o Projeto Terra era um projeto estruturante, bem concebido...mas a forma de execução é que ficou destorcida....o que tem mais é aparência do que qualquer outra coisa”(Roberto).

De modo em geral, as intervenções realizadas em Mangue Seco-Andorinhas através do Projeto Terra, envolveram - além da ação despejo das famílias pobres - obras de saneamento básico, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, assim como as intervenções urbanísticas na orla do Canal de Passagem e construção do parque Mangue Seco.

A despeito da operação de “assepsia” da área, também através da construção da ciclovia, área de lazer e áreas de uso público, houve paralelamente a demarcação de “novas fronteiras” diretamente derivadas da ação do poder público; transfigurando a relação que historicamente os moradores haviam estabelecido com elementos fundamentais na elaboração da identidade com o lugar, como no caso da maré. Isso é evidenciado, de modo patente, com a criação de barreiras “físicas” (cercados), através das quais o mar foi distanciado. Além disso, nem mesmo o sentido estritamente paisagístico que pretensamente se procurou promover com tais obras (Fotos 17 e 18), logrou, efetivamente êxito para o desfrute cotidiano dos moradores de Mangue Seco-Andorinhas, pois, o lugar das palafitas removidas, hoje o setor da “orla” planejado para uso e lazer públicos, acabou por ser sub-aproveitado, via de regra, pelo clima de insegurança associado ao consumo e tráfico de drogas.



Foto nº 17 - Orla do Canal da Passagem/Mangue-Seco-Andorinhas/2012

Fonte: Aldo Rezende 04/2012

De fato, foi possível constatar, durante os trabalhos de campo da pesquisa, que na área urbanizada denominada “*Orla*” do Canal da Passagem a presença dos moradores é inibida pelo consumo e comércio de drogas que se realiza no local. A regularidade, isto é, constância desta “territorialização” foi, por sua vez, ratificada através de conversas e depoimentos dos moradores. A esse respeito, chamou ainda atenção a observação de alguns moradores, segundo a qual, a rotina do tráfico de drogas ao longo da “orla” estaria tão estabelecida que revelaria um padrão de

comportamento em contraponto ao horário de deslocamento diário dos trabalhadores ao longo dos dias da semana: o tráfego seria “interrompido” (ou, ao menos, torna-se mais discreto) no início da manhã e no final da tarde, em função do deslocamentos dos moradores que passam pela orla a pé ou de bicicleta para a ida e para o retorno do trabalho.

Além disso, no prolongamento da faixa urbanizada da orla em direção aos bairros da região de Camburi, mais especificamente no local de travessia debaixo da ponte estaiada, de acordo com os moradores, por ocasião da inauguração da referida ponte foi anunciado a construção de um equipamento turístico (um restaurante panorâmico). No entanto, conforme verificado em campo é visível o quadro de degradação do local transformado em depósito de lixo, ponto de encontro de grupos de usuários de crack e lugar de moradia de mendigos.



Foto nº.18 - Área degradada sob a Ponte “Estaiada”: junto à “Orla” de Mangue Seco-Andorinhas
Fonte: Aldo Rezende- maio/ 2012.

A análise dos dados extraídos do Relatório de Avaliação das Ações Pós-Intervenções do Projeto Terra (PMV/RA/2008)⁴², pode servir, de modo

⁴² [...] Esse estudo teve por objetivo analisar se os investimentos aplicados pelo Programa Terra, incluído no Programa Habitar Brasil e realizado na Poligonal 11, foram eficazes em promover a melhoria da qualidade de vida da população daqueles bairros, historicamente excluídos do acesso a bens e serviços públicos. Para realizar a avaliação foi utilizada uma metodologia padronizada pelo

complementar, para uma leitura crítica acerca das repercussões que Projeto Terra exerceu sobre Mangue Seco-Andorinhas. Para tanto, eles serão analisados através de uma apreensão crítica em relação à proposta de “desenvolvimento humano sustentável”, enquanto eixo central que orientou as intervenções do referido projeto, sob a apologia do discurso de promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida no lugar⁴³.

Um primeiro elemento da análise diz respeito à melhoria em relação aos equipamentos de lazer, esporte e cultura. A esse respeito, os resultados do Projeto Terra divulgados pelo divulgados no relatório PMV/RA/2008 são desapontadores, pois, a despeito dos investimentos realizados na implantação de equipamentos de esporte, lazer e em atividades culturais, 96% da população entre 14 e 24 anos declararam não estarem inseridas nas referidas atividades. Conforme sugerido pelo mesmo documento (PMV / RA/ 2008, p. 138) a subutilização dos equipamentos de esporte e lazer, bem como o distanciamento dos jovens e adolescentes das atividades esportivas e culturais pode estar relacionado à presença inibidora do tráfico de drogas. A propósito, esta leitura é reiteradamente endossada pelos moradores,

[...] O problema mais serio é a droga e os adolescentes. O tráfico de drogas...tem jovens e crianças de 8 anos já participando...a nossa orla que podia estar sendo usado de forma empreendedora, não acontece.....foi embelezada a orla mais não foi feito um projeto social pra ensinar o povo a ocupar o espaço que eles tem...ai o tráfico ocupou o espaço.....Se não cuidar agora...ainda há tempo de cuidar...senão vai ficar um bairro da Penha, Jaburu, onde eles dão ordem de toque de recolher....aqui não teve isto aqui...mas se não começar agoravai ser tarde demais. As nossas crianças...uma renca, já estão envolvidas entregando a droga...eles já estão com tablete na orla de bicicleta para entregar”(Moradora B. Entrevista concedida em 15/05/2012).

Segundo os entrevistados, muitos moradores do próprio bairro estão diretamente envolvidos no tráfico de drogas (principalmente maconha e crack). A localização do

Ministério das Cidades para medir os resultados da atuação do Projeto Terra naqueles territórios, que inclui pesquisas documentais, entrevistas com gestores, informantes-chave e moradores e pesquisa de observação de campo. O referencial teórico elaborado e a análise dos dados permitiram concluir que os resultados e impactos cumpriram parcialmente seus objetivos “(PMV/2009).

⁴³ [...] O Projeto Terra, de forma sucinta, pode ser apresentado como um conjunto integrado de obras, ações e serviços de natureza política, que visa oferecer iguais oportunidades aos moradores da cidade e desenvolver o processo de inclusão social, promoção humana e melhoria da qualidade de vida. Esse objetivo maior é buscado por meio da mobilização social e da implementação de serviços, ações e obras de urbanização, preservação ambiental, geração de ocupação e renda, emancipação cidadã e regularização fundiária” (MARTINUZZO, 2020).

bairro, notadamente a proximidade com vários bairros nobres, é também apontada como sendo um fator relevante para o comércio de entorpecentes:

“[...] tem uma relação direta com os bairros vizinhos..... os de fora vem buscar...o tráfico está sendo mantido por Jardim da Penha, Praia do Canto, estes bairros da elite. Assim....eles alimentam este comércio de drogas daqui, e a violência também...e é uma rede de tráfico que existe e que gera renda...e se não ocupar as nossas crianças hoje...isto porque o Cajun⁴⁴ já foi um projeto importante...hoje não está mais respondendo...isto porque os nossos jovens de hoje são mais possessivos, energéticos, eles querem algo mais forte...não são mais como os jovens de antigamente que eram bobinhos....querem algo mais para preencher o vazio deles, a ansiedade deles, as necessidades deles” (Moradora B. Entrevista concedida em 23/05/2012).

Sobre acessos a serviços e equipamentos sociais, conforme apontado pelo PMV/RA/2008, 58% dos entrevistados consideram que houve melhora, enquanto 29% consideram que não houve diferença significativa em relação a 2000; e 13% consideram que houve piora. Foi possível reconhecer, através dos entrevistados, que a unidade de saúde recentemente construída está totalmente ociosa não correspondendo às necessidades dos moradores, principalmente em relação a especialidades médicas e exames, sendo que “[...] às vezes a pessoa morre sem conseguir ser atendida” (D^a. Bela).

Em relação a situação de segurança pública, o PMV/RA/2008 aponta que, de acordo com 40% dos entrevistados, a situação melhorou. Para outros 31% permaneceu como estava em 2000 e para 29%, a situação piorou, sendo que as maiores ocorrências referem-se ao tráfico de drogas, que teria sido substancialmente ampliado, seguido das praticas de furtos e roubos. Ainda conforme divulgado pelo Relatório de Avaliação das Ações Pós-Intervenções do Projeto Terra (PMV/RA/2008):

[...]

- A percepção dos moradores registra que não houve incremento no mercado de trabalho dos chefes de domicilio;

⁴⁴ Projeto Caminhando Juntos-CAJUN, realizado em parceria entre a Prefeitura de Vitória e a Fundação Fé e alegria. Tem como objetivo principal a reintegração social de crianças e adolescentes conforme prerrogativas do Estatuto da Criança e Adolescentes. Em Mangue seco-andorinhas através do Projeto Cajun são desenvolvidas diversas atividades socioeducativas e culturais dirigidas às crianças e adolescentes; dança, coral, teatro, oficinas culturais, etc.(JORNAL A GAZETA, 3/8/2006)

- Uma parcela razoável (56,5%) não possui o ensino fundamental completo ou é analfabeto o que justifica o baixo incremento no mercado de trabalho e da renda;
- Todas as faixas de renda em comparação com 2000 tiveram um decréscimo observado tanto na renda do chefe, na renda familiar e na per capita;
- Os programas de transferência de renda não estão contribuindo para a promoção social nas faixas mais baixas de renda;
- Apesar da oferta de cursos profissionalizantes não houve impacto na renda familiar (PMV/RA/2008, p.137).

[...]

Tendo como referência alguns dos objetivos do Projeto Terra, na perspectiva do eixo inclusão social e inserção no mundo do trabalho, de acordo com o RA/PMV/2008, 63 % dos entrevistados consideraram que **não** houve ampliação das oportunidades de trabalho a partir das ações sociais implementadas pelo Projeto Terra. No que se refere a resultados do Projeto Terra na melhoria da renda familiar: 74,2% dos entrevistados disseram que não reconhecem a pretensa melhora; sendo que, destaque-se, 79,8% dos entrevistados afirmaram serem beneficiados por programas de transferência de renda (bolsa família, bolsa escola, etc.).

Mesmo sem considerar a interferência dos programas sociais na composição da renda familiar, os dados comparativos entre 2000 e 2008, revelam que 57,7% das famílias tinham em 2000, renda mensal na faixa de +0 a 03 SM, passando para 71,9% no ano de 2008. Efetivamente, o que os dados do relatório revelam é que houve decréscimo da renda familiar no período entre 2000-2008, sendo que a renda per capita de 2000 era de 1,72 salários mínimos, enquanto em 2008 passou para 1,27 salários mínimos. Com relação ao nível de escolaridade do chefe da família, constatou-se que 47,8% possuem apenas educação infantil ou não completaram o ensino fundamental, 8,7% são analfabetos e 19,7% não concluíram o ensino médio.

No que segue serão apresentados alguns elementos que visam auxiliar a compreensão do significado de morar, atualmente, em Mangue Seco – Andorinhas.

4.2.3 Mangue Seco-Andorinhas hoje: das palafitas à “espetacularização” a permanência da condição e estigma de área segregada.

Embora as intervenções urbano-habitacionais conduzidas pelo poder público, notadamente a partir do Projeto Terra, tenham promovido melhorias urbanísticas inequívocas em Mangue Seco - Andorinhas, e, acrescentando-se, além disso, a localização relacionalmente privilegiada que o bairro assumiu na esteira da reestruturação da centralidade intra-urbana, esses acontecimentos não suplantaram, como será evidenciado no que segue, o estigma de área segregada tradicionalmente associado ao lugar, reiterado, atualmente, por novos elementos, dentre os quais a apropriação de espaços públicos pelo tráfico de drogas, a violência, mas, também, pela alta densidade da ocupação dos lotes por casas autoconstruídas entre becos e vielas.

Nas declarações dos moradores, quando interpelados sobre o significado de morar atualmente em Mangue Seco – Andorinhas, a importância localização atual da área no contexto metropolitano foi, sem dúvida, um dos atributos positivos mais recorrentemente destacados⁴⁵. Na medida em que a área foi envolvida – de modo mais evidente a partir da década de 1990 - num dos setores que se destaca pela intensidade da valorização imobiliária que assumiu no contexto metropolitano, a localização⁴⁶ da área se converteu, desde então, na principal amenidade destacada pelos moradores de se residir atualmente em Mangue Seco – Andorinhas, como as declarações abaixo atestam:

“[...] hoje mudou muito, a proximidade dos bairros ricos facilita para trabalho, está perto de tudo; eu particularmente acho que é o melhor lugar para morar...final de semana agente tem o pagode ali...tem o galeto, ... tá faltando uma praça onde as pessoas podem colocar as coisas...tipo a pracinha de Jardim da Penha(D^a. Simone).

“[...] aqui tá ótimo agora... quem tem...quem sofreu pra fazer não vai sair pra outro lugar... é perto de tudo.....é vantagem morar aqui...eu não vendo isto aqui para ir pra outro lugar.....aqui não alaga mais não.....não enche de mais de agua não (Dona Geralda).

⁴⁵ Ver anexo 3 – quadro de atributos positivos e negativos

⁴⁶ A noção de localização é aqui utilizada em um sentido restrito, isto é, não coloquial, que a distingue de noção de “lugar”. Assim, é importante “Não confundir localização e, lugar. O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E o lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar. (SANTOS, 1985, p.2)”. Nesse sentido, a localização atual de Mangue Seco – Andorinhas diz respeito ao significado que a área assumiu na dinâmica atual da expansão da cidade.

De fato, quando se considera a localização de Mangue Seco – Andorinhas no contexto atual da organização interna da capital capixaba é fácil reconhecer o papel que esse atributo assumiu enquanto amenidade para os moradores da área. A reboque do processo de descentralização em direção à região da Praia do Canto, intensificado a partir da década de 1990, configurou-se uma área que assumiu o papel dominante no que respeita à centralidade intra-urbana da metrópole. Essa dinâmica traduz-se na intensa valorização desta parcela da cidade, que irá envolver tanto a dimensão econômica (através da valorização imobiliária associada às funções residencial, comercial e de serviços); como a dimensão simbólica (imponência de prédios do poder público; sedes de grandes empresas; novos hotéis; shopping centers; verticalização; sofisticação urbanística, etc.), marcando, de modo contundente a paisagem circunvizinha de Mangue Seco – Andorinhas.

Assim situado no contexto da valorização imobiliária do entorno, destacam-se, dentre outros, a proximidade e/ou acessibilidade: aos bairros nobres; áreas de centralidade econômica e financeira; sedes de grandes empresas; campus da Universidade Federal do Espírito Santo (e faculdades particulares); hipermercados; shopping centers; prédios do poder público (estadual e municipal); etc. Destaca-se, ainda, o fácil acesso ao aeroporto; e de importantes rodovias interestaduais e municipais, revelando a localização “estratégica” na qual Mangue Seco – Andorinhas foi rotacionada na dinâmica atual de estruturação da cidade. As figuras 08 e 09 destacam alguns poucos desses elementos, que permitem ilustrar, ainda que de modo parcial, o quadro descrito.

Ainda, neste particular, especificamente relacionado à valorização do entorno de Mangue Seco-Andorinhas, a reconfiguração espacial da porção noroeste insular e continental, especificamente a partir da região da Praia do Canto, diversas obras (e projetos) recentes de grande magnitude, dentre as quais: a duplicação da Avenida Fernando Ferrari e requalificação de toda área em sua extensão, inclusive na faixa de acesso a UFES, assim como a fusão da referida avenida com a Reta da Penha através da ponte estaiada; o início das obras de construção de hotel de bandeira internacional às margens do Canal da Passagem; a construção do restaurante panorâmico rotatório no prédio da Federação das Indústrias do ES; a construção do prédio sede da Petrobrás, o projeto de requalificação da Avenida Nossa Senhora da

Penha até o acesso com a Enseada do Suá; o Projeto de Mobilidade Urbana com a implantação do BRT⁴⁷.

⁴⁷ BRT *Bus Rapid Transit*: modelo de transporte coletivo de media capacidade. Constituído de veículos articulado ou biarticulados que trafegam em pistas exclusivas. SEPLAE/ES.

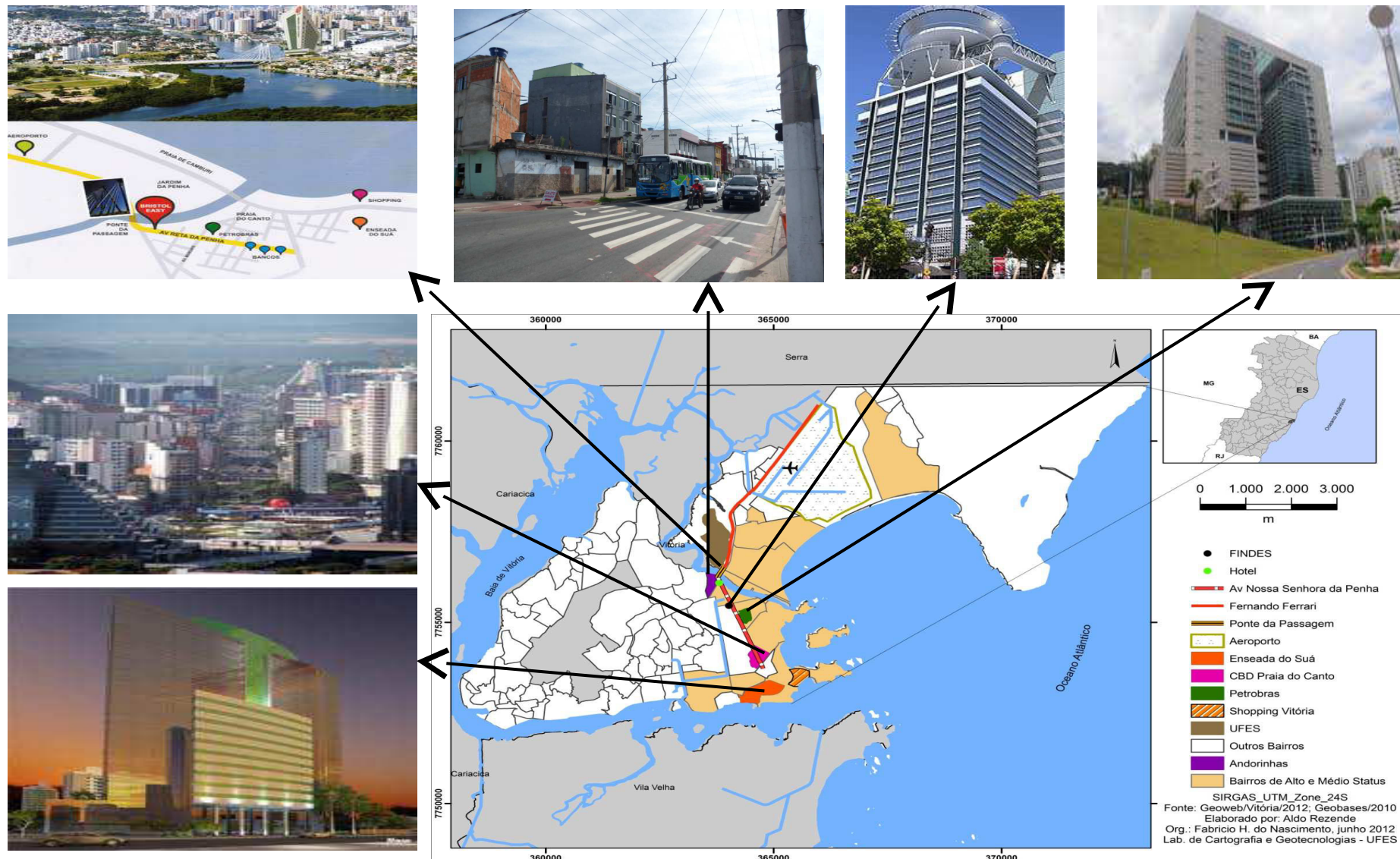


Figura 08 - Elementos da valorização econômica e simbólica da faixa litorânea leste da porção insular e continental de Vitória, (organizado pelo autor).



Figura nº. 09 - Vista Panorâmica do Canal da Passagem: destaque para a ponte estaiada e a projeção do Hotel Bristol Easy.

É evidente que o quadro acima descrito, fundamentalmente associado a localização de Mangue Seco-Andorinhas em relação ao entorno, trouxe efeitos em Mangue Seco – Andorinhas, dentre as quais, o interesse pela aluguel de imóveis no bairro é sobremodo saliente. A este respeito, uma moradora forneceu o seguinte depoimento,

“[...] há uma procura muito grande por aluguel por causa do acesso....pelo local ser próximo a Ufes, próximo a vários ônibus com acesso a vila velha, Cariacica....a procura é muita...só que eu digo pra você que foi um bairro que não foi projetado, não foi urbanizado...hoje em dia o aluguel é muito caro,...vamos supor minha casa, é meio lote, tive que fazer encima. Tem muitas casa que não tem uma estrutura de cobrar um aluguel, querem cobrar um salário mínimo.....tem um prédio que a mulher se mudou prá Jucutuquara e dividiu tudo em cômodos de aluguel...ganha-se muito dinheiro com aluguel aqui”(Dona Ilza, entrevista concedida em 12/05/2012).

De acordo com entrevistas realizadas com moradores, o aumento da demanda de imóveis para alugar, sobretudo por estudantes que vem de outras localidades para estudar na UFES, tem relação direta com o aumento de obras de ampliação das moradias, tal como descrito acima, para dividi-las em kitnetes ou, mesmo, aumentar

o número de quartos (foto 19). Em alguns casos, a locação de imóveis passou a corresponder a principal fonte de geração e complementação da renda familiar.



Foto nº.19 - Prédio de kitnetes para aluguel em Mangue Seco-Andorinhas
Fonte: Aldo Rezende/2012

De fato, existem no bairro diversos prédios com quitinetes, na sua maioria de um quarto e banheiro, prevalentemente alugados por estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, mas, também, por trabalhadores que atuam profissionalmente em empresas localizadas na proximidade de Mangue Seco-Andorinhas. Conforme verificado através de trabalho de campo, os preços dos aluguéis de imóveis de quarto e banheiro variam entre de R\$ 350,00 a R\$ 450,00 reais por mês. Outro efeito da intensa procura por imóveis para locação no bairro está ligado, de acordo com entrevistados, à saída de moradores antigos que alugam a residência em Mangue Seco – Andorinhas e mudam para outros bairros, na perspectiva de gerar ou complementar a renda. De acordo com entrevista concedida por D^a Nedir, Mangue Seco-Andorinhas já desperta interesses mais audazes do setor imobiliário:

“[...] eu gosto de morar aqui porque é perto de tudo....alguns tem escritura do terreno dada pelo Projeto Terra....este bairro tem muito pra crescer ainda...está em crescimento..., tem muita gente que vem querer comprar.....mas pra vender agora é muita burrice...está crescendo, tá valorizando, pelo fato de ser perto de tudo....a própria Petrobras aluga imóveis aqui para os funcionários....eu ouvi um

o número de quartos (foto 19). Em alguns casos, a locação de imóveis passou a corresponder a principal fonte de geração e complementação da renda familiar.



Foto nº.19 - Prédio de kitnetes para aluguel em Mangue Seco-Andorinhas
Fonte: Aldo Rezende/2012

De fato, existem no bairro diversos prédios com quitinetes, na sua maioria de um quarto e banheiro, prevalentemente alugados por estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, mas, também, por trabalhadores que atuam profissionalmente em empresas localizadas na proximidade de Mangue Seco-Andorinhas. Conforme verificado através de trabalho de campo, os preços dos aluguéis de imóveis de quarto e banheiro variam entre de R\$ 350,00 a R\$ 450,00 reais por mês. Outro efeito da intensa procura por imóveis para locação no bairro está ligado, de acordo com entrevistados, à saída de moradores antigos que alugam a residência em Mangue Seco – Andorinhas e mudam para outros bairros, na perspectiva de gerar ou complementar a renda. De acordo com entrevista concedida por D^a Nedir, Mangue Seco-Andorinhas já desperta interesses mais audazes do setor imobiliário:

“[...] eu gosto de morar aqui porque é perto de tudo....alguns tem escritura do terreno dada pelo Projeto Terra....este bairro tem muito pra crescer ainda...está em crescimento..., tem muita gente que vem querer comprar.....mas pra vender agora é muita burrice...está crescendo, tá valorizando, pelo fato de ser perto de tudo....a própria Petrobras aluga imóveis aqui para os funcionários....eu ouvi um

boato.....futuramente queriam comprar uma parte de Andorinhas para fazer prédios...”

A estrutura funcional de comércio e serviços é acanhada, formada por estabelecimentos destinados a suprir as demandas de consumo frequentes: padarias, mercearias, papelarias, bares, salões de beleza, etc., além de oficinas, “fábricas” de salgado, serralha e depósitos de material de construção, etc.. Os estabelecimentos estão concentrados principalmente nas principais ruas do bairro e, na sua grande maioria, são anexos às residências (fotos 20 e 21).



Foto nº 20 - Comércio na via principal de Mangue Seco- Andorinhas

Fonte: Aldo Rezende - Maio/2012



Foto nº 21 - Estabelecimento comercial em Mangue Seco-Andorinhas

Fonte: Aldo Rezende-05/2012

O comércio ambulante é mais frequente nos dias de final de semana e próximo a datas festivas, quando os moradores expõem principalmente produtos de uso pessoal, artesanato, além de salgados e doces para venda (foto 22).



Foto nº.22 - Mercado ambulante em Mangue Seco-Andorinhas
Fonte: Aldo Rezende-05/2012

A despeito das obras de melhorias nas unidades habitacionais é significativo o número de moradias que carecem de acabamento. Conforme verificado em campo, o contínuo processo de ampliação das moradias, popularmente denominado de “puxadinho”, posterga indeterminadamente a conclusão das obras nas residências, através da auto-construção, dando a impressão de que as edificações do bairro estão permanentemente inacabadas. Além disso, a densidade da ocupação dos terrenos constitui uma característica que salta aos olhos, sendo que, na maioria dos casos, a área construída ocupa praticamente a totalidade do espaço, além do aproveitamento de paredes na condição de marco divisório entre as propriedades. Em muitos casos verificados, o lugar de moradia é acessado por becos (servidões) bastante estreitos, com 0,70 a 1,50 metros de largura.



Foto nº.23 – Servidões (becos) típicos de Mangue Seco-Andorinhas
Fonte: Aldo Rezende/2012



Foto nº. 24 - Adensamento em Beco - Mangue Seco-Andorinhas
Fonte: Aldo Rezende-Maio/2012.

De fato, a ideologia da integração de Mangue Seco – Andorinhas à “cidade legal”, subjacente às intervenções conduzidas pelo poder público na área, acabou por se

restringir, sobretudo, em essência, à promoção da espetacularização de determinados elementos da paisagem da área. Assim pode ser apreendida, por exemplo, a “composição” paisagística que articula a primeira ponte estaiada do Espírito Santo, considerada “marco de desenvolvimento da capital” (PMV, 2009), e as melhoras urbanísticas da “antiga maré”, hoje denomina “orla”, além do Parque Municipal Mangue Seco, aonde, não obstante a aparente melhoria, acabou por se constituir na principal localização do comércio de drogas que envolve, em sua maioria, jovens.

É nesse sentido que, a despeito das melhorias que Mangue Seco - Andorinhas conheceu, permanece, redimensionado através de novos elementos, o estigma que marcou, de modo indelével, sua origem como expressão da segregação imposta em Vitória. De acordo com uma antiga moradora, entrevistada durante as abordagens realizadas pelas ruas do bairro, quando questionada sobre como é morar atualmente em Andorinhas, respondeu:

“[...] as pessoas que mora hoje em dia tem uma estrutura melhor de vida, um estudo... um lugar de acesso a tudo e a todos, mas se você entrar dentro do bairro o aspecto é um aspecto de um bairro pobre, um bairro que não tem urbanização, desleixado...É diferente de alguém entrar em Jardim da Penha, Praia do Canto.....O aspecto físico do bairro, se vê lixo, o pessoal coloca lixo na entrada.... o aspecto físico do bairro desvaloriza” (Dona Ilza).



Foto nº 25 - Vista panorâmica da “Orla” do Canal da Passagem/Mangue-Seco-Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.



Foto 26 - Ponte Estaiada sobre o Canal da Passagem / Mangue Seco - Andorinhas. Fonte: Aldo Rezende-04/2012.

Por sua vez, quando questionada sobre a impressão que tem da percepção do bairro por quem não é morador de Mangue Seco – Andorinhas, respondeu nos seguintes termos:

“ [...] tem discriminação sim...tem lugar que você liga para pedir , pizza, alguma coisa.... eles não vem.....eles tem medo de ser roubado...porque é próximo a mangue seco...dependendo do local eles não vem não” (Dona Nair).

De acordo com declarações da entrevistada, para os moradores de outros bairros, Mangue Seco - Andorinhas permanece um lugar estigmatizado pela imagem de pobreza, criminalidade e a violência, típicas de áreas fortemente submetidas à segregação imposta,

[...] Eles tem medo; eles acham que o bairro passa um terror...um bairro de medo...e por coincidência logo ali no terreno baldio eles colocaram assim: afaste. perigo....tem pessoas que chegam ali e vê aquela placa ali....acha que o bairro é de terror mesmo...no terreno baldio, perto da ponte nova ...alguém escreveu.: .afaste perigo de morte....pras pessoas que não conhece..., ficam com esta visão de bairro...(...) Eu tenho uma filha que ela trabalha e a menina falou assim para ela: ali tem um bairro *Andorinhas* que é **superperigoso**... As pessoas tem esta visão. Minha filha ficou com vergonha de dizer que morava aqui.(...). Muitos tem vergonha de falar que moram aqui....quando uma pessoa fala assim mora onde? em Andorinhas? ...ali é muito perigoso (...) Já foi um bairro perigoso...eu não vejo tanto perigo assim...os de fora continuam achando o bairro perigoso” (Dona Ilza).

Um excerto, brevíssimo, extraído do depoimento de um antigo morador, o Sr. Oswaldo, que viveu a história de formação de Mangue Seco – Andorinhas, desde à fase das palafitas até as intervenções urbanísticas recentes na “orla” sob a imponente urbanística da ponte estaiada, chamou-nos a atenção pela maneira com a qual capta, de modo singelo e contundente, as múltiplas e contraditórias determinações que revelam o significado da referida área como expressão atual da segregação em Vitória. Para ele, Mangue Seco – Andorinhas é, antes de tudo,

“[...] um lugar que parece que é fora da cidade e é dentro da cidade... (Sr. Oswaldo, 74).

No que segue serão apresentadas as considerações finais do trabalho, no sentido de fornecer uma breve síntese dos resultados obtidos através da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do presente estudo de caso sobre Mangue Seco – Andorinhas como expressão da segregação em Vitória, o papel de atuação dos agentes produtores e consumidores do espaço urbano revelou, de modo contundente, o papel de condicionante social que a produção do espaço desempenha na reprodução das relações sociais.

Assim, reconhecidas as condições históricas de sua origem, o lugar denominado de Mangue Seco-Andorinhas reitera o significado perverso do fenômeno da segregação imposta, em sua relação intrínseca com os processos sócio-econômicos e políticos correspondentes ao modelo excludente de apropriação, produção e consumo do espaço urbano.

A origem da ocupação do mangue marcada, sobretudo, pela construção das palafitas, traduz a forma de apropriação e produção do espaço levada a tempo pelos agentes sociais excluídos; imprescindíveis, por sua vez, enquanto força de trabalho abundante e, portanto, necessária à produção da cidade considerada “formal”, erigida sob a lógica da perversa estratégia de exploração e espoliação dos pobres.

Sob a efervescência da ideologia da modernização típica dos anos de 1970, foi na esteira da dinamização da economia na aglomeração urbana da Grande Vitória, que, além dos barracos de madeira dependurados nos morros da cidade de Vitória, a apoteose das palafitas fincadas sobre o mangue também se fez presente, como elemento característico na perspectiva da reprodução e acumulação capitalista. Sob a lógica da contradição que lhe é típica, na proporção em que os lugares de importância econômica e de residência das classes de médio e alto status foram sendo dotados de infraestrutura e serviços urbanos, nos lugares apropriados e ocupados pelos pobres, a exemplo de Mangue Seco-Andorinhas, a ausência de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços urbanos confirmaram o processo de segregação sócio-espacial imposta.

Além dos atributos relacionados a forma de apropriação e produção do espaço de moradia precário, no qual prevaleceu a autoconstrução das palafitas e, paulatinamente, das edificações em alvenaria, predominou em Mangue Seco-Andorinhas o baixo índice de escolaridade, mão de obra desqualificada, além dos baixos salários, empregos informais e desemprego, atributos estes que possibilitam,

para além da configuração territorial e também através do conteúdo social, consolidar a condição lugar enquanto expressão da segregação sócio-espacial imposta na cidade de Vitória.

Até então, desde sua gênese, era prevalente a atuação dos agentes sociais excluídos na produção do lugar denominado Mangue Seco-Andorinhas. Foram iniciativas centradas em princípio pela apropriação do manguezal enquanto lugar de vida e busca da sobrevivência na cidade. A partir da demarcação da área, paulatinamente foram sendo erguidas as palafitas interligadas por “pinguelas” de madeira sobre a maré sendo servidas por ligações clandestinas de energia elétrica e água.

No contexto do crescimento e expansão urbana da cidade de Vitória, até meados da década de 1990, concomitante às ações dos moradores na produção e modelagem de Mangue Seco-Andorinhas, a atuação do Estado deu-se precipuamente de maneira pontual, se limitando em atender às necessidades básicas em doses homeopáticas, em muitos casos através das práticas clientelistas. Nestes termos, a natureza da atuação do poder público em relação à área revelava-se, então, não raro, por sua ambiguidade. É assim que, por exemplo, articulam-se ações tão disparares como, dentre outras, a truculenta atuação repressiva dos fiscais da prefeitura orientados a por fim na “invasão” com a derrubada das habitações; a doação de lixo para aterro do mangue; o estímulo à expectativa dos moradores em assegurar a posse do lugar “ilegalmente” apropriado e “desordenadamente” ocupado.

Não obstante o quadro indicado acima, a instauração de uma nova lógica de pensar e orientar a produção da cidade irá redimensionar, sobretudo a partir dos anos 90, a atuação do Estado sobre as áreas pobres, impondo sua presença mais direta como agente ordenador e disciplinador sobre o espaço urbano como força produtiva integrada à nova estratégia de acumulação e valorização do capital.

No âmbito das iniciativas mediatizadoras dos conflitos resultantes do modelo excludente de pensar e produzir a cidade, no período de 1998 a 2004, através do Projeto Terra, a ação do poder público se efetivou principalmente através de intervenções urbano-habitacionais voltadas para tentativas de requalificação da área tida como social e ambientalmente degradada. Buscava-se, desta forma,

corresponder aos interesses, prevalentemente hegemônicos, dos agentes sociais dominantes da produção do espaço urbano, notadamente aqueles beneficiados com o intenso processo de valorização do setor da cidade que envolve Mangue Seco - Andorinhas, dentre eles os promotores imobiliários, proprietários fundiários os construtores e demais setores da cadeia produtiva da construção civil.

Conforme verificado através das pesquisas realizadas no período pós- intervenções do Projeto Terra em Mangue Seco - Andorinhas, foram efetivamente pouco representativos os resultados obtidos, tendo em vista, principalmente, o objetivo de “inclusão social” dos moradores e de inserção do lugar ao conjunto do espaço da cidade “legal”. Mesmo tendo sido assegurada a “limpeza da área” com a remoção das palafitas da maré e com a “expulsão” de aproximadamente 400 famílias ocupantes de uma área pública localizada entre Mangue Seco-Andorinhas e Santa Martha, as contradições associadas ao significado desses eventos acabaram confirmando o caráter fundamentalmente ideológico da ação dos agentes dominantes, materializados na figura do Estado, na reprodução das desigualdades sociais e afirmação da cidade enquanto força produtiva.

De fato, as intervenções urbano-habitacionais promovidas pelo poder público sinalizaram para a estratégia de inserção do lugar na lógica de valorização da porção noroeste insular e continental da cidade, diretamente relacionada aos processos de descentralização e de criação de uma nova centralidade intra-urbana, que passou a se destacar no contexto metropolitano por sua contundente expressão no que diz respeito as instâncias econômica, bem como político-jurídico, ideológica e simbólica.

Na atualidade, os principais atributos da segregação sócio-espacial em Mangue Seco Andorinhas refletem os processos inerentes às contradições estruturais, relacionadas à manutenção do padrão de acumulação e valorização do capital. A requalificação do lugar conduzida pelas intervenções do poder público realizou-se ao largo das expectativas mais essenciais e genuínas de seus moradores.

Para os moradores a remoção das palafitas, a desobstrução do canal da passagem e o embelezamento da orla, assim como a expulsão das 400 famílias seguido da construção do Parque Mangue Seco foram, a princípio, apresentados como meio através do qual Mangue Seco-Andorinhas seria integrada à vida da cidade “legal”

que pulsa “valorização”. A histórica condição de lugar segregado seria suplantada através das melhorias urbanísticas que, em essência, se mostraram pífias em relação à expectativa de efetiva “inclusão social”.

Por influência dos novos “feixes” de valorização que redefinem funções e formas no conjunto da dinâmica sócio-espacial da metrópole, a localização de Mangue Seco-Andorinhas situa-se no limite de áreas que são, hoje, fator de cobiça, de interesse imobiliário. É sob esse fundamento que, sugere-se, reside o significado da beleza cênica que foi imputada à área, formada pelo conjunto paisagístico que articula a ponte estaiada sobre o canal da passagem, e a “orla” de Mangue Seco – Andorinhas. Entretanto, como foi evidenciado no capítulo precedente, nos bastidores do cenário da “cidade-espetáculo”, que se limita a expor a aparência dos fatos, dissimula-se uma vida cotidiana dos moradores do local profundamente marcada pela convivência diária (e intransigente) com o tráfico de drogas, a criminalidade e violência, elementos que redimensionam atualmente o significado atual da segregação – quando contrastado com a fase de sua gênese – atualizando, também, o estigma de área segregada.

Nesta perspectiva, em Mangue Seco - Andorinhas a segregação sócio-espacial se afirma novamente enquanto imposição das classes dominantes sobre o restante do maior número da sociedade, tendo em vista a ação hegemônica de determinados agentes dominantes: proprietários dos meios de produção, construtores, incorporadores e principalmente o Estado, na medida em que afirma o quadro de contradições resultante da desigual forma de apropriação, uso e controle da cidade enquanto força produtiva. Trata-se, enfim, da segregação espacial com *um* meio, dentre outros, através do qual o qual a cidade do capital se vale para se reproduzir de acordo com sua lógica e, do qual, o caso de Mangue Seco – Andorinhas exprime - de modo desconcertante e patente - na cidade de Vitória.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE A. Tomoyuki. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ABRAMO, Pedro. **Dinâmica espacial e instabilidade do mercado imobiliário: a ordem desordem urbana**. Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Curso de Gestão Urbana e de Cidade, 2001. Disponível em: <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/gestaourbana/index1.php>. Acesso em 16 abr. 2008.

ABREU, Carol. **O desejo da conquista**. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, 1993. (Série documentos Capixabas).

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Brasília: Senado Federal, 1996.

ALENCASTRO, Leonora U. A produção e o consumo: a cidade como espaço de segregação. In: **Política urbana: a produção e o consumo da cidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

ALVES, Cida. O bairro que cresceu em cima do mangue. **A Gazeta**, Vitória, 31 de jul., 2006.

_____. Orla de Andorinhas é ponto de lazer. **A Gazeta**, Vitória, p.S1-5, 03 de agosto, 2006.

ARANTES, Otilia, Beatriz Fiori. **Uma estratégia fatal**. In ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos, MARICATO, Erminia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAENINGER, Rosana. **Reestruturação urbana: algumas considerações sobre o debate atual**. Textos Nepo, n. 48, 2004. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br>

BALLY, A.S. **“Les theories de L” organization de L! espaceurbain**. L’ espacegéographique. Paris: DoinÉditeurs, 1973.

BARBOSA, Isabella Batalha Muniz. **Modernidade e assimetrias na paisagem: a fragmentação de ecossistemas naturais e humanos na baía noroeste de Vitória-ES**. (Dissertação de mestrado). Faculdade de urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.

BASSET, K. & SHORT, J.R. **Housing and residential structure**. Londres: R. & Kegan Ed., 1980.

BIDOU-ZACHARIANSEN, C. Introdução. In: Bidou-Zachariansen, C.; Hiernaux-Nicolas, D.; Rivière d’Arc, H. (orgs.) **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.

BONDUKI, N. ROLNIK, Raquel. **Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho**. In: (MARICATO, E.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.117-154.

BRANDÃO, Carlos R. Outros afetos, outros olhares, outras idéias, outras relações. In: A questão ambiental: cenários de pesquisa. A experiência do Ciclo de seminários do NEPAM. Campinas: Unicamp/Nepam, 1995. p. 13-30.

BRASIL. Constituição (1988).Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal,1988.

BRASIL. **Estatuto das Cidades**. Brasília, 2003. 23 p.

CALDEIRA, T.P. R. **Cidade de muros: crime ,segregação e cidadania em São Paulo**.34 ed. São Paulo:Edusp,2003.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade. Formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Flor e Cultura, 2002.

_____. THALISMAR Matias Gonçalves. **Produção do espaço urbano da Serra-Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária**. In: Mecator, volume 8, número 17, 2009: set./dez.,2009, p. 69 a 78

CAPEL, Horácio. **La historia, lacuidad y elfuturo.scripta** Nova. Revista Electrônica de Geografia y Ciencias Sociales.[Em línea] .Barcelona, 1º de agosto de 2003,v.VII, n. 146(003).[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn/-146\(003\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn/-146(003).htm)[ISSN:1138-9788]

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CAVALCANTI, Mariza. A destruição dos manguezais. **A Tribuna**, Vitória, 11 de outubro, 1981.

CLAVER, Nuria. A Ciutat Vella de Barcelona: renovação ou gentrificação. In: Bidou-Zachariansen, C.; Hiernaux-Nicolas, D.; Rivière d'Arc, H. (orgs.) **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade. Formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Flor e Cultura, 2002.

CAPEL, Horácio. La historia, lacuidad y elfuturo.scripta Nova. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. [Em línea] .Barcelona, 1º de agosto de 2003,v.VII, n. 146(003).[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn/-146\(003\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn/-146(003).htm) [ISSN:1138-9788]

CASTELLS, Robert. **A questão urbana**. Trad. de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRIOTA, Leonardo B.(Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora Acre, 2003.

COELHO, M. B. S.. **Gestão de políticas públicas com inclusão social no âmbito da Prefeitura Municipal de Vitória**. 2005. Monografia (Especialização em Gestão Municipal de Políticas Públicas) - Programa de Pós Graduação em Gestão Municipal de Políticas Públicas, Instituto Saber e Cidadania eFaculdades Integradas de Vitória, Vitória, 2005.

COMÉRCIO AVANÇA NO BAIRRO ANDORINHAS. **A Tribuna**, Vitória, s/d, p.14, caderno Cidades.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

_____. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

COUTINHO, Luiz Amadeu. **Mapa da vulnerabilidade à ação antrópica em Mangue Seco e proximidades**. Vitória, ES. Monografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.

DIAS, Genebaldo F. *Educação Ambiental, princípios e práticas*. 2 ed. São Paulo: Gaia, 1993. 400 p.

DIAS, Tavares. Manguezais desaparecem sob aterros e esgotos. **JS Capixaba**, Vitória, 10 a 16 de jul/1982, p.1 e p.4, c/1 e 2,3,4.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

FARRET, Ricardo L. Paradigmas da Estruturação do espaço residencial intra-Urbano. In:_____. (Org.). **O Espaço da Cidade**: contribuição à análise urbana. São Paulo: Ed. Projeto, 1985.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade no século XXI segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Conseqüências, 2011.

FERREIRA, G. A. C.. **Vitória do Futuro, Vitória para todos?** Uma análise dos

“novos” modelos de planejamento e gestão urbanos em Vitória/ES. Estudos de caso: Plano estratégico de Vitória e Projeto Terra. 2005. 344f. Dissertação Mestrado em 154 Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FONSECA, Katia Dyana. **Conflitos em terras urbanas: a luta pelo direito de morar protagonizada pelos moradores despejados de Mangue Seco**. Monografia. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.

FRÚGOLI JR., Heitor & SKLAIR, Jessica. The Luz district in São Paulo: **anthropological questions on the phenomenon of gentrification**. Paper para o IX Congresso Internacional da BRASA (Brazilian Studies Association), New Orleans, mar. 2008. Disponível em: <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/gO5Hfq/FrugoliSklair.doc>. Último acesso em: 02 mai. 2010.

FREIRE, Ana Lucy O. **Urbanização e mudanças na paisagem e nos tempos da vida: um estudo sobre Vitória-ES**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 5, n. 3 dez/2011 p.32-56 Página 32

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo: Edusp, 1993.

GASPAR, Samantha dos Santos. **Gentrificação**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-USP: pub. Avulsa, 2009.

GIL FILHO, S.F. **Notas sobre a teoria do uso do solo urbano a partir de categorias analíticas marxianas**. Public. Avulsa. Departamento de Geografia, UFPR: s/d.

GOMES, Eduardo Rodrigues. **a geografia da verticalização litorânea em Vitória: Praia do Canto**. Vitória: Editora Gsa, 2009.

HALL, P. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000 (resultados preliminares). Vitória, 2000.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES (IPES). **Verticalização e Reestruturação Urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória**, 2005.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Estudo básico da organização socioeconômica do município de Cariacica**.(Versão Final). Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones Santos Neves. Vitória. 1983.169 p.

_____. **Grande Vitória em dados**. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones Santos Neves.1997.

KAYANO, Jorge. CALDAS, Eduardo L.Indicadores para o diálogo. São Paulo: POTIS-Programa de Gestão Pública e cidadania/EAEST/FGV, 2001.

KATZAMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos.Revista de La CEPAL, n.75, dir. 2001.

KLUG, Leticia B. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l' espace**.Paris, Maspero,1974.

_____. **O Direitoa Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: editora UFMG, 1999.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, Ed. Unicamp, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil-1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel,1999

LIRA, Pablo. **Instâncias urbanas e violência. Uma análise dialética**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

LIPIETZ, Alain. **Alguns problemas de produção monopolista do espaço urbano**. In: Notes méthodologiques em architecture, n.5, jul.1976.

LOBINO,Camilla. Etall. **Problematizando a sustentabilidade urbana: as práticas de reordenamento urbano na Grande Vitória, no Espírito Santo**. Revista Bahia Análise & Dados, Salvador, v.19, nº. 2, p.473-485. Jul./set.2009.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. ABREU, Estela dos Santos.(Trad.). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 357 p. ISBN 85-336-0584-6.

_____. Os desafios da revolução informacional no limiar do terceiro milênio. In: OLIVEIRA, F. A. (Org.). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

MARICATO, Ermínia.**Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Brasil, cidades, alternativas para a crise urbana**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

MARCUSE, Peter. **Enclaves sim; guetos, não: a segregação e o estado.** Segregação urbana. Espaço & debates. São Paulo: Revista de Estudos Regionais e Urbanos-v.24, n.24,n45- jan/jul/2004,p.24-33.

MARTINUZZO, José Antônio. Projeto Terra: Vitória para todos. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória-ES, novembro, 2002.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

MATTOS Rossana Ferreira Da Silva. **Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória.** Revista Dimensões, vol. 25, 2010, p. 249-265.

MELLO, Paulo. **Os grandes projetos na berlinda.** Entrevista. Vitória - ES: Revista do IJSN, Ano vi, nº 02, jul/set, 1987, p.8.

MENDONÇA, Eneida M. S. Transferência de interesse no percurso da verticalização das construções em Vitória (ES). Tese de Doutorado, faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas.** Organizadores: Geraldo Magela Costa, Jupira Gomes de Mendonça. Belo Horizonte: Editor: Fernando Pedro da Silva, 2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.**(Rio de Janeiro: Editora Bertrand).Oxford,1996.Concise science dictionary (Nova York: Oxford University Press).

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). 1988. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro Editora da Fundação Getúlio Vargas.

NOVAES, Henrique de. Plano de urbanização de Vitória. In: BRIGIDO, Laerte Rangel. O Município de Vitoria sob regime revolucionário- triênio 1930-1933.Rio de Janeiro: Oficinas Alba Gráficas,2003.

OLIVEIRA, Francisco. **O estado e o urbano no Brasil.** Revista Estudos e Debates, 6.

_____ **Os direitos do antivalor:a economia política da hegemonia perfeita.** Petrópolis: Vozes,1998.

PAVANI, Aldo. A lógica da perifização em áreas metropolitanas. In:SANTOS, Milton & Maria Adélia A.(orgs.) **Território,globalização e fragmentação.**São Paulo:HUCITEC,1996.

PEGORETTI, Michela S. et all. **O contexto das novas posturas políticas urbanas no processo de intervenção de áreas ocupadas por população de baixa renda. O caso do projeto terra-Vitória (ES).**[S.l.:s.n, 2002?]

PORCARO, Fernanda. **Obras mudam imagem de Mangue Seco.** A Gazeta, Vitória, p.17/c 123,19 mar. 2002.

PERUZZO, D. **Habitação**; controle e espoliação. São Paulo: Ed. Cortez, 1984. 133 p. Rio de Janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA. **Projeto Terra.** Pesquisa socioeducativa: Poligonal 11, Vitória/2000.

_____. **Vitória do Futuro.** Vitória: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996. 147 p. (Coleção Escritos de Vitória. v. 14). (b)

_____. **Vitória do futuro – Plano estratégico da cidade - 1996-2010.** Vitória: PMV, 1996. 113 p. (c)

_____. COORDENADORIA de Administração Estratégica. **Planoestratégico da cidade 1997-2000.** Vitória: PMV, 1997. 28 p.

_____. COORDENADORIA de Administração Estratégica. **Planoestratégico da cidade – relatório de balanço 1997/2000.** Vitória: PMV, 2000. 50 p.

PRETECEILLE, Edmond, etall. **A construção da segregação urbana: convergências e divergências.** Segregação urbana. Espaço & debates. São Paulo: Revista de Estudos Regionais e Urbanos-v.24, n.24,n45- jan/jul/2004,p.11-23.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na grande Vitória - ES.** (Tese de Doutorado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGG. Rio de Janeiro: 2007.286 f.

REZENDE, Aldo. **Interfaces da crise habitacional brasileira. Projeto mutirão: experiências e vivências no contexto da gestão social de projetos.** Dissertação de Mestrado. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2005.

_____. **Programa de Arrendamento Residencial - PAR: institucionalização da reprodução das desigualdades em espaços de declarados contrastes sócioespaciais.** In: III Seminário Nacional Metrôpole: Governo, Sociedade e Território. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, dezembro, 2010.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. ROBERT, Pechman. **O que é questão da moradia.** São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. JUNIOR, Orlando dos S. **Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira.** Revista eure (Vol.XXIX, nº. 88), pp. 79-95, Santiago de Chile, Dezembro,2003.

RIBEIRO, L. C. Q. Segregação, **acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro.** In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, n. 2, p. 79-103, jul/jan. 2002.

ROCHA, H. C. e MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991. 167 p.

ROLNIK, Raquel. **Planejamento urbano: morar, atuar e viver.** São Paulo: Revista Teoria e Debate, nº 9, fevereiro a março de 1990.

SABATINI, Francisco.et all. **Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três ultimas décadas e possíveis cursos de ação.** Espaço & debates.São Paulo: Revista de Estudos Regionais e Urbanos-v.24, n.24,n45- jan/jul/2004,p.60-74.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec,1993.

_____ **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ **Metamorfose do espaço habitado.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____ **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo-SP: Edusp,2006.

_____ **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, José Lázaro de Carvalho. **Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo.** s/d:p.7.

SOGAME, Mauricio. **Rudimento para o exame da urbanização em sua face crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial.** In Revista Geografares, Vitória, nº 2, junho de 2001, p.95-104.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Inovações na política de intervenção em assentamentos pobres.** In: Mecator - Revista de Geografia da UFC.Fortaleza: ano 076, número 14,2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 2010.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SILVA, Edna das Neves. **Impactos da marginalidade avançada sobre a ordem socioespacial do Espírito Santo: avanço global, exclusão social e violência**. Florecultura Editores: Vitória, 2005.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In MARICATO, E. (Org.) **A Produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais**. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). O espaço no fim do século- a nova realidade. São Paulo: Contexto, 1999, p.83-99.

_____. **O chão arranha o céu: a lógica da re(produção) monopolista da cidade. 1991**. Tese de doutorado em geografia humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SPU PRETENDE CONTROLAR MANGUEZAIS DE VITÓRIA. **A Tribuna**, Vitória, 2 de junho de 1983, p.7, 1º caderno

SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória-1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.

_____. **A questão regional e a dinâmica econômica do espírito santo - 1950/1990**. Revista de História e Estudos Culturais: Vol. 6, Ano VI, nº 4, out-dez/2009, 1-16.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: **Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51. ISBN 85-200-0396-6.

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo. **Guia para normalização de referências bibliográficas: NBR 6023:2002**. Vitória - ES: Biblioteca Central, 2006.

_____. **Normatização e apresentação dos trabalhos científicos e acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES**. 3ª ed. Atualizada. Vitória - ES: Biblioteca Central, 2011.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VASCONSELOS, Pedro de Almeida. **Processos e formas sócio-espaciais das cidades: propostas para avançar no debate**. In: Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento. SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. (Org.). João Pessoa: Editora Grafset, 2011, p.7-28.

VIEIRA, Alexandre Bergamim. MELAZZO, Everaldo Santos. **Introdução ao conceito de segregação socioespacial**. Presidente Prudente: SP, UNESP, 2002.

VILLAÇA, Flávio. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. In **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. V.24, nº 45, jan/jul, 004, p.94-95

_____. **Uma contribuição para a historia do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R.(org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.;

VITORIA GANHA NOVO BAIRRO EM ANTIGA ÁREA DE MANGUE INVADIDA. **A Gazeta**, Vitória, 02 de setembro de 2003, p. 17, C/1.2e 3

ZANOTELLI, C. L. **O espaço da violência na Grande Vitória: o caso dos homicídios**. In: CAMACHO, T. (Org.). *Ensaio sobre violência*. Vitória: EDUFES, 2003, p. 237-260.

ANEXOS

ANEXO 01- TABELAS DO IQU -

Tabela nº. 01 - Dimensão Educacional: aponta para o nível de escolaridade

Indicadores	1991	IQU	2000	IQU
Percentagem (%) de analfabetos e população total;	11,3%	0,65	6,8%	0,65
Percentagem (%) dos responsáveis pelo domicílio com menos de 4 anos de estudo;	32,4%	0,40	22,0%	0,56
Percentagem (%) dos responsáveis pelo domicílio com 15 anos ou mais de estudo	0,4%	0,01	0,6%	0,01

Tabela nº 2 .- Dimensão de Renda: indica concentração e desigualdade de rendimentos

Indicadores	1991	IQU	2000	IQU
Rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos;	2,35	0,05	3,10	0,03
Percentagem (%) dos responsáveis pelo domicílio com renda até 2 salários mínimos;	55,4%	0,35	47,4%	0,43
Numero de responsáveis pelo domicílio com renda até 2 salários mínimos;	253	-	293	-
Percentagem (%) dos responsáveis pelo domicílio com rendimento superior a 10 salários mínimos.	1,3%	0,02	3,6%	0,04
Número dos responsáveis pelo domicílio com rendimento superior a 10 salários mínimos.	06	-	22	-

Tabela nº. 3-Dimensão Ambiental: reflete a infraestrutura de serviços urbanos

Indicadores	1991	IQU	2000	IQU
Percentagem (%) dos domicílios com serviço de abastecimento de água adequado - ligados à rede geral;	98,2%	0,95	100,0	1,00
Percentagem (%) dos domicílios com serviço de esgoto adequado - ligados à rede geral ou pluvial;	81,5%	0,81	98,7%	0,99
Percentagem (%) dos domicílios com serviço de lixo adequado - coletado por serviço público de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza.	88,8%	0,88	100,0	1,0

Tabela nº. 4 - Dimensão Habitacional: mensura o nível de conforto dos indivíduos

Indicadores	1991	IQU	2000	IQU
Número médio de pessoas por domicílio;	4,24	0,39	3,41	0,52
Número médio de banheiros por domicílio.	1,07	0,16	1,25	0,20

Fonte: PMV/SEMFA/2004

ANEXO 02: POLIGONAIS DO PROJETO TERRA

PROJETO TERRA : COMPOSIÇÃO DAS POLIGONAIS POR BAIRROS			
Poligonal	Bairros	Unidades Habitacionais	População
Poligonal 1	Consolação, São Benedito, Morro Gurigica, Alto Itararé, Engenharia, Jaburu, Constantino, Bonfim, e Bairro da Penha.	10.800	30.257
Poligonal 2	Cruzamento, Romão, Forte São João.	1.458	8.611
Poligonal 3	Piedade, fonte Grande, Moscoso, Santa Clara e Capixaba.	1.181	3.936
Poligonal 4	Morro São José e Morro de Santa Helena.	199	1.437
Poligonal 5	Jesus de Nazaré	682	3.392
Poligonal 6	Ilha do Príncipe	741	2.323
Poligonal 7	Alagoano, Quadro, Cabral, Bananal, e Alto Caratoira	3.184	10.948
Poligonal 8	Bela Vista, Pedra do Bode e Orla de Santo Antonio.	1.971	7.740
Poligonal 9	Comdusa	452	1.555
Poligonal 10	Conquista	535	2.311
Poligonal 11	Joana D´Arc, Andorinhas e Santa Maria	1.154	4.020
Poligonal 12	Ilha das Caieiras	691	1.531
Poligonal 13	Maria Ortiz	506	2.812
Poligonal 14	Morro do Macaco	1.100	3.702
Poligonal 15	Morro do Monte Belo e Santa Maria	300	1.500
TOTAL		24.954	86.075

SITUAÇÃO DA POLIGONAL 11 - 1999

1. COMPOSIÇÃO DE BAIRROS	Andorinhas, Joana D'arc, Comunidade de Mangue Seco e Santa Martha.
2. LOCALIZAÇÃO	A Poligonal localiza-se na porção noroeste da parte insular do Município, tendo início a leste na Avenida Nossa Senhora da Penha, na altura da Ponte da Passagem, estendendo-se ao longo dos três bairros que compõem a mesma, finalizando a oeste com a Rua José Martins Delazari, próximo a Avenida Serafim Derenze e ao norte com o Canal da Baía de Vitória. Situa-se, portanto, dentro da malha urbana de Vitória, próximo ao centro funcional, o que facilita a inserção dos moradores à cidade e aos serviços públicos básicos.
3. ÁREA TOTAL	318.926,51 m ²
4. NÚMERO DE HABITANTES	4.020 habitantes
5. DENSIDADE DE HABITANTES	126,04 hab/ha
6. NÚMERO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO	3,5
7. RENDA FAMILIAR	43,7 % - 0 a 3 s.m; 20,9 % - 3,1 a 5 s.m; 11,7 % - 5,1 a 7 s.m; 3,7 % - 7,1 a 8 s.m; 15,0 % - + 8; 5% - sem renda
8. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA	Geograficamente divide-se em morro e baixada, com Características físicas que incorporam áreas planas, morros com declividade média e altitude não superior a 35m acima do nível do mar e uma faixa ao longo do canal de Vitória, com extensão aproximada de 1 (um) km, sendo que a parte mais baixa está situada em área de manguezal.
9. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EXISTENTES	03 escolas municipais, 01 centro de educação infantil e 01 posto de saúde.

(Continuação)

10. A OCUPAÇÃO E OS	A ocupação desordenada gerou a
----------------------------	--------------------------------

IMPACTOS AMBIENTAIS	degradação da vegetação nativa e aterro do canal.
11. CARACTERÍSTICAS INFRAESTRUTURAIS e FUNDIÁRIA	<p>Alto índice de atendimento do abastecimento de água, energia elétrica e telefone.</p> <p>Rede de esgoto e drenagem em forma de sistema unitário;</p> <p>Alta concentração de imóveis com situação fundiária irregular;</p> <p>Ausência de equipamentos de lazer, cultura e esporte.</p> <p>Habitações precárias;</p> <p>Redes de drenagem insuficientes para a demanda da bacia de contribuição;</p> <p>Serviço de coleta de lixo regular;</p> <p>O sistema viário interno é indefinido e dificulta a circulação do transporte coletivo.</p> <p>Ausência de pavimento em muitos trechos de vias de pedestres;</p> <p>Existência de habitações em áreas de interesse ambiental</p>

Fonte: PMV: Projeto Terra: Programa Habitar Brasil BID, 2000.

ANEXO 03: CONDIÇÕES DE MORADIA EM MANGUE SECO-ANDORINHAS



Considerações sobre as Condições de Moradia em Mangue Seco - Andorinhas	
ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Localização: proximidade de serviços diversos: bancos, comercio diversificado, UFES, supermercados, hospitais ,igrejas, casa do cidadão, etc. oportunidades de emprego e trabalho	Transito intenso em horas de pico: as ruas do bairro servem de desvio para atingir outros bairros e acumulo de lixo nas ruas, alto preço dos aluguéis;
Acessibilidade a áreas de centralidade no entorno: Jardim da Penha/Praia do Canto/Camburi e favorece acesso a toda a região metropolitana;	Ruas estreitas e sem saídas e Ausência de calçadas
Existência de equipamentos públicos: unidade de saúde, CRAS/Cajun, escola de ensino fundamental, creche	Atendimento médico precário na unidade de saúde: faltam médicos especialistas; escola precisa de reforma; ausência de praça e áreas de lazer; .ausência de policiamento.
Paisagem: orla do Canal da Passagem	Área degradada debaixo da ponte dificulta: lixo, usuários de droga, prostituição, indigência; poluição da maré;
As pessoas se conhecem se conhecem, são amigas;	Pouca participação dos moradores nas reuniões do bairro; Crianças envolvidas com o trafico de drogas;
Tranqüilidade-sossego;	Espaços públicos controlados pelo trafico: ex, orla e parque municipal do Mangue Seco, Elevado índice de alcoolismo, Presença de moradores de rua; sonorização abusiva de veículos e festas nas residências.

Fonte: elaboração do autor a partir de entrevistas realizadas junto a moradores de Mangue Seco- Andorinhas/2012